

CARTA SOCIAL DE ODEMIRA

Relatório Final

abril 2024



(página propositadamente deixada em branco)

Ficha Técnica

Estudo: Carta Social de Odemira

Documento: Relatório Final

Data: 30 de abril de 2024

Número de páginas: 139

Equipa Técnica:

Coordenação Geral:

Luís Carvalho

Especialistas:

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Inês Andrade

Liliana Calado

Pedro Henriques

Sónia Vieira

(página propositadamente deixada em branco)



Carta Social de Odemira

Relatório Final Preliminar

Resumo

O presente documento constitui o Relatório Final da Carta Social de Odemira elaborada pelo RUR - Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais, Lda, para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral. Este documento tem como objetivos principais caracterizar a oferta de equipamentos e respostas sociais no Município, avaliar a adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica atual e futura do município, e, formular uma estratégia e programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

junho 2023

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

ACRÓNIMOS	13
0. NOTA DE APRESENTAÇÃO	15
1. METODOLOGIA	17
1.1. Fluxograma metodológico	17
1.2. Auscultação de atores	18
2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, POLÍTICO E INSTITUCIONAL	19
2.1. Conceitos de referência	19
2.2. Contextualização da política social europeia e nacional	20
2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências	23
2.4. Quadro institucional de planeamento social e local	24
3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	29
3.1. Dinâmicas demográficas e sociais	29
3.2. Rede territorial e urbana	32
3.3. Inclusão e desenvolvimento social	35
4. DIAGNÓSTICO DA PROVISÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS	39
4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais	39
4.2. Caracterização dos equipamentos sociais	42
4.3. Caracterização das respostas sociais	46
4.3.1. Infância e juventude	46
Creche	48
Centro de Atividades de Tempos Livres	50
Intervenção Precoce	52
4.3.2. População Adulta	54
4.3.2.1. Pessoas Idosas	57
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas	57
Serviço de Apoio Domiciliário	59
Centro de Dia	61
Centro de Convívio	63
4.3.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência	64
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	64
Lar Residencial	66
4.3.3. Família e comunidade	67
Ajuda Alimentar	69
Cantina Social	71
4.3.4. Pessoas Imigrantes	72
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	74
5. DIAGNÓSTICO SOCIAL PROSPETIVO	77
6. CENÁRIOS DEMOGRÁFICOS	79
6.1. Enquadramento	79
6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030)	79
6.3. Cenarização por domínio específico	81
7. ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE AÇÃO	85
7.1. Visão estratégica	85
7.2. Critérios de programação	87
7.3. Modelo territorial de provisão	89
7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações	90
7.5. Programa de Ação	92
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	95
A.1. Entidades da Rede Social	97
A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais	100
A.3. Caracterização dos equipamentos sociais	102
A.4. Caracterização das respostas sociais	106
B. Normas de Programação	133

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma metodológico	17
Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral	26
Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Odemira, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata).....	29
Figura 4. População residente (N.º), nas freguesias de Odemira, em 2011 e 2021 (INE)	29
Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (‰), em Odemira, entre 2011 e 2022 (INE)	29
Figura 6. Pirâmide etária, de Odemira, em 2011 e 2021 (INE)	29
Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Odemira, entre 2011 e 2022 (INE).....	29
Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria)	32
Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)	32
Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Odemira, em 2011 e 2021 (INE)	35
Figura 11. Taxa de desemprego, em Odemira (%), em 2011 e 2021 (INE)	35
Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Odemira, entre 2011 e 2021 (INE)	35
Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Odemira, entre 2011 e 2021 (INE)	35
Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Odemira, em 2021 (INE).....	35
Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)	39
Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022.....	42
Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º).....	43
Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)	43
Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)	43
Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)	43
Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%).....	43
Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)	43
Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Odemira, em 2023.....	46
Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada atual em creche (N.º)	47
Figura 25. Evolução do número de utentes em creche, entre 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)	47
Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada atual em CATL (N.º)	47
Figura 27. Evolução do número de utentes em CATL, entre 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)	47
Figura 28. Utentes em Intervenção Precoce no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)	47
Figura 29. Utentes atuais segundo o grupo etário (%)	47
Figura 30. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Odemira, em 2023.....	54
Figura 31. Utentes e capacidade máxima instalada atual em ERPI (N.º).....	55
Figura 32. Utentes de ERPI no triénio 2019 a 2021 (N.º).....	55
Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada atual em SAD (N.º)	55
Figura 34. Utentes de SAD no triénio 2019 a 2021 (N.º)	55
Figura 35. Utentes e capacidade máxima instalada atual em centro de dia (N.º)	55
Figura 36. Utentes de centro de dia no triénio 2019 a 2021 (N.º)	55
Figura 37. Utentes e capacidade máxima instalada atual em centro de convívio (N.º)	55
Figura 38. Utentes de centro de convívio no triénio 2019 a 2021 (N.º).....	55
Figura 39. Utentes e capacidade máxima instalada atual em CACI (N.º)	56
Figura 40. Utentes de CACI no triénio 2019 a 2021 (N.º)	56
Figura 41. Utentes e capacidade máxima instalada atual em lar residencial (N.º)	56
Figura 42. Utentes de lar residencial no triénio 2019 a 2021 (N.º)	56
Figura 43. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Odemira, em 2023.....	67
Figura 44. Utentes e capacidade máxima instalada atual em ajuda alimentar (N.º).....	68
Figura 45. Cabazes distribuídos no âmbito da resposta social ajuda alimentar, entre 2019 e 2021 (N.º)	68
Figura 46. Utentes e capacidade máxima instalada atual em cantina social (N.º)	68
Figura 47. Utentes de cantina social no triénio 2019 e 2021 (N.º)	68
Figura 48 - Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção das pessoas imigrantes, em Odemira, em 2023.....	72
Figura 49. Utentes e capacidade máxima instalada atual (mensalmente) em CLAIM (N.º).....	73
Figura 50. Utentes em CLAIM, segundo o grupo etário (N.º)	73

Figura 51. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos.....	88
Figura 52. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Odemira.....	90

Índice de Quadros

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos	22
Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais	23
Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº)	39
Quadro 4. Análise SWOT.....	77
Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário alternativo voluntarista)	80
Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista - cenários de referência para a programação)	81
Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista - cenários de referência para a programação).....	82
Quadro 8. Objetivos da visão estratégica da Carta Social de Odemira	86
Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Odemira	86
Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Odemira	91

Índice de Anexos

Anexo 1 - Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), 2023.....	97
Anexo 2. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais	100
Anexo 3. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º)	100
Anexo 4. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação	101
Anexo 5. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção	101
Anexo 6. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias	101
Anexo 7. Equipamentos segundo o domínio de intervenção.....	102
Anexo 8. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)	102
Anexo 9. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento.....	102
Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação	103
Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento.....	103
Anexo 12. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada	104
Anexo 13. Funcionalidades dos equipamentos.....	104
Anexo 14. Estado de conservação dos equipamentos	105
Anexo 15. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações	105
Anexo 16. Fontes de financiamento para funcionamento	105
Anexo 17. Recursos humanos afetos aos equipamentos.....	105
Anexo 18. Capacidade de resposta do serviço.....	106
Anexo 19. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches	106
Anexo 20. Evolução do número de utentes.....	107
Anexo 21. Utes, segundo grupo etário e género.....	107
Anexo 22. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche	107
Anexo 23. Estado de conservação das instalações.....	107
Anexo 24. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	107
Anexo 25. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	107
Anexo 26. Áreas de investimento.....	108
Anexo 27. Capacidade de resposta do serviço.....	109
Anexo 28. Caracterização dos recursos humanos	109
Anexo 29. Evolução do número de utentes.....	110

Anexo 30. Utentes, segundo grupo etário e género	110
Anexo 31. Fontes de financiamento específicas para a valência CATL	110
Anexo 32. Estado de conservação das instalações	110
Anexo 33. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	110
Anexo 34. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	111
Anexo 35. Áreas de investimento	111
Anexo 36. Caracterização dos recursos humanos	112
Anexo 37. Evolução do número de utentes	112
Anexo 38. Utentes, segundo grupo etário e género	112
Anexo 39. Capacidade de resposta do serviço	113
Anexo 40. Caracterização dos recursos humanos	113
Anexo 41. Evolução do número de utentes	114
Anexo 42. Utentes, segundo grupo etário e género	114
Anexo 43. Entidades com lista de espera	114
Anexo 44. Fontes de financiamento específicas para a valência	114
Anexo 45. Estado de conservação das instalações	115
Anexo 46. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	115
Anexo 47. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	115
Anexo 48. Áreas de investimento	115
Anexo 49. Capacidade de resposta do serviço	116
Anexo 50. Número médio de refeições diárias servidas*	116
Anexo 51. Caracterização dos recursos humanos	116
Anexo 52. Evolução do número de utentes	117
Anexo 53. Utentes, segundo grupo etário e género	117
Anexo 54. Grupos-alvo apoiados	117
Anexo 55. Fontes de financiamento específicas para a valência	117
Anexo 56. Estado de conservação das instalações	118
Anexo 57. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	118
Anexo 58. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	118
Anexo 59. Áreas de investimento	118
Anexo 60. Capacidade de resposta do serviço	119
Anexo 61. Número médio de refeições diárias servidas	119
Anexo 62. Caracterização dos recursos humanos	119
Anexo 63. Evolução do número de utentes	120
Anexo 64. Utentes, segundo grupo etário e género	120
Anexo 65. Grupos-alvo apoiados	120
Anexo 66. Fontes de financiamento específicas para a valência	120
Anexo 67. Estado de conservação das instalações	121
Anexo 68. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	121
Anexo 69. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	121
Anexo 70. Áreas de investimento	121
Anexo 71. Capacidade de resposta do serviço	122
Anexo 72. Serviços prestados	122
Anexo 73. Número médio de refeições diárias servidas	122
Anexo 74. Caracterização dos recursos humanos*	122
Anexo 75. Evolução do número de utentes	122
Anexo 76. Utentes, segundo grupo etário e género	123
Anexo 77. Fontes de financiamento específicas para a valência	123
Anexo 78. Estado de conservação das instalações	123
Anexo 79. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	123
Anexo 80. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)	123
Anexo 81. Capacidade de resposta do serviço	124
Anexo 82. Serviços prestados	124
Anexo 83. Caracterização dos recursos humanos	124
Anexo 84. Evolução do número de utentes	124
Anexo 85. Utentes, segundo grupo etário e género	125
Anexo 86. Utentes segundo a tipologia de deficiência	125
Anexo 87. Fontes de financiamento específicas para a valência	125
Anexo 88. Capacidade de resposta do serviço	126
Anexo 89. Serviços prestados	126

Anexo 90. Caracterização dos recursos humanos	126
Anexo 91. Evolução do número de utentes.....	126
Anexo 92. Utentes, segundo grupo etário e género.....	126
Anexo 93. Utentes segundo a tipologia de deficiência	127
Anexo 94. Fontes de financiamento específicas para a valência	127
Anexo 95. Capacidade de resposta do serviço.....	128
Anexo 96. Serviços prestados.....	128
Anexo 97. Caracterização dos recursos humanos	128
Anexo 98. Evolução do número de utentes.....	128
Anexo 99. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos	129
Anexo 100. Fontes de financiamento específicas para a valência.....	129
Anexo 101. Estado de conservação das instalações.....	129
Anexo 102. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?	129
Anexo 103. Investimentos programados a curto prazo (2 anos).....	129
Anexo 104. Capacidade de resposta do serviço	130
Anexo 105. Número médio de refeições diárias servidas*	130
Anexo 106. Caracterização dos recursos humanos.....	130
Anexo 107. Evolução do número de utentes	130
Anexo 108. Capacidade de resposta do serviço	131
Anexo 109. Serviços prestados.....	131
Anexo 110. Caracterização dos recursos humanos.....	131
Anexo 111. Evolução do número de utentes	131
Anexo 112. Utentes, segundo grupo etário e género, em 2021	131
Anexo 113. Utentes/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021	132
Anexo 114. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021	132
Anexo 115. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local.....	133
Anexo 116. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade.....	134
Anexo 117. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central.....	136

(página propositadamente deixada em branco)

Acrónimos

%	Percentagem
‰	Permilagem
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CC	Centro de Convívio
CD	Centro de Dia
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CIMAL	Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral
CLASO	Conselho Local de Ação Social de Odemira
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
CM	Câmara Municipal
CSM	Cartas Sociais Municipais
CSS	Cartas Sociais Supramunicipais
CUC	Centros Urbanos Complementares
CUE	Centros Urbanos Estruturantes
CUR	Centros Urbanos Regionais
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
ER	Estrada Regional
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
IC	Itinerário Complementar
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
km ²	Quilómetro quadrado
MTSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Nº	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais

PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDM	Plano Diretor Municipal
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RLIS	Redes Locais de Intervenção Social
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
RSI	Rendimento Social de Inserção
RUR	Estudos e Projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda.
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SARS-CoV-2	Coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2
SCM	Santa Casa da Misericórdia
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SFL	Sem Fins Lucrativos
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Ativa
US	Universidade Sénior

0. Nota de apresentação

Este documento constitui o Relatório Final Preliminar da Carta Social de Odemira, realizado pela RUR – Estudos e projetos Urbanos, Regionais e Locais, Lda., para a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral – CIMAL.

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização do território e elemento de fomento da equidade no acesso a bens e serviços públicos, indispensáveis para a qualidade de vida.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento indispensável na proteção e no desenvolvimento social das comunidades, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para os mais diversos grupos sociais, com especial relevo para os mais vulneráveis, com um papel determinante no combate à pobreza, bem como na promoção da inclusão social e na conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste contexto, a Carta de Equipamentos Sociais, enquanto ferramenta essencial de planeamento da RSES, apresenta-se como um instrumento central na definição da política social local e no planeamento territorial, permitindo oferecer um quadro de caracterização e análise da oferta e da procura e programar os investimentos a realizar em resultado das carências atuais e futuras que foram identificadas.

Em Portugal, as Cartas de Equipamentos Sociais/Cartas Sociais ganharam visibilidade nos últimos anos no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, concelho, região ou mesmo do país –, constituindo um instrumento técnico que está suportado em vários métodos e técnicas, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas com maior relevância em cada território.

A elaboração destes documentos ao nível local ganhou uma recente importância acrescida, em resultado processo de descentralização de competências do Estado Central para as Municípios e das Comunidades Intermunicipais. Nestes termos, o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, veio consolidar um maior envolvimento das entidades municipais e intermunicipais, na prossecução da política social, estabelecendo que *“cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Neste quadro, o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de infraestruturas sociais à procura existente e previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento.

O documento que agora se apresenta integra as diversas componentes fundamentais da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município, designadamente:

- enquadramento concetual, político e institucional

- quadro de referência territorial
- diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais
- diagnóstico social prospetivo
- cenários demográficos
- estratégia e programa de ação

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de apoiar a tomada de decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de equipamentos e respostas de ação social, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes e garanta uma maior integração e inclusão social e territorial.

Para a sua elaboração foi essencial o envolvimento ativo do Município de Odemira e das entidades do setor social que desenvolvem a sua atividade neste território, aos quais a Equipa muito agradece.

1. Metodologia

1.1. Fluxograma metodológico

A Carta Social de Odemira tem como objetivos principais: (i) a caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais, atual e prospetiva; (ii) a avaliação da adequação desta oferta à luz da realidade socioeconómica do município; (iii) a formulação de um programa de investimentos a realizar num curto e médio prazo com vista a superar as necessidades identificadas.

O processo de elaboração da Carta está por isso definido por três grandes momentos – caracterização, avaliação e intervenção –, estando estruturado em 7 fases sequenciais (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**).

Figura 1. Fluxograma metodológico



Fonte: RUR (2023)

1.2. Auscultação de atores

Para a elaboração deste documento, foram realizadas reuniões com o Município e implementado um processo de inquirição (Anexo A2, A3 e A4) às entidades gestoras dos diversos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho. Para além das opiniões e informações associadas a esse processo, a elaboração da Carta Social de Odemira fundamentou-se em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ou disponibilizados na Carta Social, elaborada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS).

O lançamento do processo de inquirição ocorreu em janeiro de 2021, coincidindo com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada a 11 de março de 2020, e que em janeiro de 2021 persistia, inclusive com restrições à circulação). Este facto constituiu um impedimento à celeridade do processo, atendendo aos inúmeros constrangimentos sentidos pelas entidades do setor social durante este período.

O processo de inquirição foi antecedido do levantamento das entidades gestoras dos equipamentos sociais no concelho, com base na Carta do Social do MTSSS, e em informação local, devidamente validada pelo município. A estas entidades foram enviados inquéritos para resposta online, de modo a caracterizar a sua atividade. Cada entidade gestora preencheu um questionário respeitante a cada equipamento sob sua gestão, como um questionário de caracterização de cada uma das respostas sociais que presta.

2. Enquadramento concetual, político e institucional

2.1. Conceitos de referência

O **conceito de coesão social**, tem conhecido recentemente uma evolução significativa decorrente da emergência de novos desafios societais, a par com a persistência de desafios tradicionais na sociedade.

Os **desafios societais mais marcantes** integram os fenómenos do crescimento do desemprego, motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela pandemia da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e com fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos, em particular, a população jovem com qualificação superior, que se confrontam com crescentes dificuldades de inserção no mercado de emprego.

Mais recentemente, consolidou-se a problemática do envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o Estado), e emergiram novos desafios como a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias crónicas, que acarretam cuidados sociais e de saúde prolongados.

Destacam-se também as **múltiplas transformações** na família tradicional, marcadas pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, com repercussões nas formas tradicionais de apoio às crianças e idosos, na dificuldade de conciliação da vida profissional e familiar e no aprofundamento de novas desigualdades no mercado laboral.

Cumulativamente, ao longo do século XXI, tem-se assistido à **emergência de outros fenómenos de elevado impacto social**, que importa considerar, com especial destaque para:

- novas perceções sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação);
- mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico) e de relações laborais, mas também de novas formas de discriminação no acesso a serviços públicos;
- crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas, impulsionando muitas vezes importantes mudanças sociais;
- perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional);
- mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação;
- preocupação com as questões ambientais, com consequências no aumento da pressão sobre o Estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados;

- declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos atores, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador;
- a própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, onde o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos e pela abertura de fronteiras) e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta complexa *new ecology*, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando a uma monitorização regular, mas também à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Muito embora possam ser considerados diversos conceitos de coesão social na literatura sobre o tema, é aqui adotada a **definição proposta pelo Conselho da Europa**, de acordo com o qual a coesão social traduz a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspectiva de responsabilidade partilhada" (*Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*, 2005). Esta resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: (i) direito igual de todo e qualquer cidadão aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; (ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todos os cidadãos tenha acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

2.2. Contextualização da política social europeia e nacional

Atualmente, a **coesão social constitui-se como um domínio-chave no desenvolvimento humano e social** de cada país, desempenhando uma elevada transversalidade em diversas áreas da vida humana e social. A sua promoção depende da concertação de múltiplos fatores, no entanto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais desempenha uma importância nevrálgica para assegurar respostas a segmentos especialmente vulneráveis da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o bem-estar social e contínuo processo de desenvolvimento.

Neste contexto, a oferta de equipamentos, serviços e respostas sociais tem vindo a assumir considerável importância na política internacional, europeia, nacional, regional e local.

À **escala internacional**, verifica-se por exemplo, na "Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável", adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, em 2015, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos, nomeadamente, objetivo 1 erradicar a

pobreza; objetivo 2 erradicar a fome; objetivo 3 saúde de qualidade; objetivo 4 educação de qualidade; objetivo 5 igualdade de género; objetivo 10 reduzir as desigualdades; entre outros.

Ao nível europeu, Pilar Europeu dos Direitos Sociais constitui-se atualmente como o quadro de referência para a promoção da coesão social na União Europeia (UE), ao promover e reforçar os direitos sociais dos cidadãos europeus.

O pilar é composto por 20 princípios e direitos que abrangem três áreas principais: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas e proteção social e inclusão social. Esses princípios incluem, por exemplo, o direito a salários justos, à proteção social adequada, à igualdade de género, ao acesso a serviços de saúde e ao apoio à infância.

A relação entre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a coesão social é estreita. A coesão social refere-se à capacidade de uma sociedade manter a equidade, a inclusão e a solidariedade entre os seus membros. O pilar contribui para a coesão social ao garantir que todos os cidadãos europeus tenham acesso a direitos sociais básicos e igualdade de oportunidades. Isso promove uma sociedade mais justa, onde todos podem participar plenamente na vida económica, social e cultural.

Além disso, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais também está relacionado com a oferta de equipamentos sociais. Estes equipamentos são infraestruturas e serviços que visam responder às necessidades sociais dos cidadãos, como creches, centros de emprego ou serviços de apoio à terceira idade. Ao promover a igualdade de acesso aos direitos sociais, o pilar reforça a importância de garantir a existência e a qualidade desses equipamentos sociais.

Através do pilar, a UE procura incentivar os Estados-Membros a investirem em políticas sociais e a cooperarem para melhorar a proteção e os direitos sociais dos cidadãos. O objetivo é garantir uma Europa mais justa e coesa, onde todos possam beneficiar de um elevado padrão de vida e de oportunidades iguais.

À escala nacional, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, entendidos como cruciais em matéria de coesão social e desenvolvimento regional. Assim, estas reformas e investimentos têm procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade territorial da oferta.

Esta é uma evidência transversal aos principais e mais recentes instrumentos financeiros em curso como, por exemplo, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Na sua arquitetura, este instrumento estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (lares de idosos e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;

- garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

O PRR assume assim como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais norteadas especialmente para alguns grupos vulneráveis com expressão quantitativa mais relevante ou que carecem de atenção particular, nomeadamente, as crianças e jovens, as pessoas idosas, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes. Consequentemente, o esforço de investimento público nesta área tem sido considerável, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

As crises económica, financeira e social cíclicas experienciadas ao longo da última década, reafirmaram a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, dos mais tradicionais, como as crianças e os idosos, aos novos grupos vulneráveis, como os desempregados, os imigrantes e os que são afetados por quadros de doença e incapacidade inesperada motivados por recentes patologias.

Este quadro social e económico de referência impulsionou, nos últimos anos, as cartas de equipamentos e respostas sociais como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que concorrem para a promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência dos indivíduos, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes, estas cartas contribuem ainda para promover um melhor ordenamento e gestão do território. Com efeito, a sua integração e articulação com os demais instrumentos de gestão territorial é fulcral.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social. Estes programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social constituem marcos nevrálgicos da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos, ainda que outros pudessem igualmente aqui ser mencionados.

Quadro 1. Programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos

Instrumento	Descrição
Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)	Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	No quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.

Instrumento	Descrição
Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)	Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)	Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)	Criada pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, a RLIS é um modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social e na promoção de uma cultura de inovação social, com um âmbito de atuação que abrange todo o território nacional.
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente SLDs-4G.
Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais	Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expectativas.
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)	Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

2.3. Planeamento de equipamentos sociais e a transferência de competências

Mais recentemente, tem-se dinamizado o processo de transferência de competências da Administração Central, para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da ação social, ainda que extensível a outras áreas. Visando o reforço da autonomia e das competências do poder local, este processo assenta no reconhecimento do papel das Autarquias enquanto estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento dos cidadãos aos diversos cuidados sociais.

No âmbito deste processo, destacam-se primordialmente os seguintes **marcos legais** sistematizados no quadro seguinte.

Quadro 2. Marcos legais de referência no planeamento de equipamentos sociais

Diploma Legal	Descrição Síntese
Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto	Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece a transferência de competências para estas entidades, com identificação precisa das competências a atribuir aos órgãos municipais no seu artigo 12.º.
Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto	Concretiza mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal. No seu Artigo 4.º estabelece para a Carta Social, entre outros aspetos, que é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional e que compete à câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal. No seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece, entre outros aspetos a considerar, que é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal, que compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social supramunicipal e compete à assembleia intermunicipal aprovar a carta social supramunicipal e as respetivas revisões. Importa ainda referir que no seu Artigo 6.º define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das cartas sociais municipais e supramunicipais, são reguladas por portaria

Diploma Legal	Descrição Síntese
	dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social e, por último, importa destacar o seu Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da carta social municipal pela assembleia municipal.
Portaria n.º 66/2021, de 17 de março	Relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entende que a “A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de carácter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território”, visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como “uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade”. Com a presente portaria criam-se assim as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão. No seu Artigo 3.º estabelece o conceito de Carta Social Municipal, no seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, no Artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social. No Artigo 9.º estabelece que a carta social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Este enquadramento legal vem assim reafirmar a necessidade de manter a carta social municipal atualizada, em estreita consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social municipal, considerando as principais dinâmicas observadas no concelho (em especial, as principais alterações na oferta e na procura de equipamentos, respostas e serviços sociais). A sua monitorização regular constitui uma condicionante central da pertinência e adequabilidade deste instrumento para os decisores políticos e técnicos do município, assim como para a promoção efetiva da coesão social e territorial.

2.4. Quadro institucional de planeamento social e local

O município de Odemira dispõe de **Rede Social** criada pela resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de novembro e implementada ao abrigo do Programa da Rede Social, com a Declaração de Retificação nº10-0/98 de 30/5/98, e do Decreto-Lei n.º 115/2006. A Rede Social constitui uma estrutura de governança local que visa promover a articulação e união de esforços entre os agentes sociais ativos no município para construção de uma estratégia de intervenção social capaz de impulsionar a ativação de respostas e otimização de recursos para responder da forma mais eficaz e eficiente aos desafios e problemas sociais identificados neste território.

A Rede Social de Odemira é composta por:

- Conselho Local de Ação Social de Odemira (CLASO);
- Comissões Sociais Interfreguesias/Comissão Social de Freguesia.

O **CLASO** é um órgão local de concertação estratégica e congregação esforços que funciona como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas sociais no concelho de Odemira. Este tem como objetivo primordial a conceção e avaliação da política social concelhia para a promoção do desenvolvimento social no concelho. Este é constituído por 124 entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, com intervenção direta ou indireta na área social (conforme listagem em Anexo), que formalmente aderiram à Rede Social. O CLASO é presidido pelo/a Presidente da Câmara de Odemira, ou por Vereador/a com competências delegadas, em estreita conformidade com o estabelecido no Regulamento Interno do CLASO.

O CLASO é constituído pelo Plenário, uma estrutura de carácter deliberativo, e pelo Núcleo Executivo, um órgão técnico operativo. O Núcleo Executivo é constituído por 7 entidades, integrando obrigatoriamente representantes da Segurança Social, da Câmara Municipal de Odemira e de uma entidade Sem Fins Lucrativos (SFL) eleita entre os parceiros deste grupo, de acordo com o estabelecido na Secção II, Artigo 17º do Regulamento Interno do CLASO.

As **Comissões Sociais Interfreguesias/Comissão Social de Freguesia** são órgãos plenários de decisão, constituídas por Presidentes de Junta, organismos públicos, entidades SFL, grupos comunitários organizados

representativos de grupos da população e quaisquer pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local. No concelho de Odemira existem 4 Comissões Sociais Interfreguesias e 1 Comissão Social de Freguesia, designadamente:

- Comissão Social Interfreguesia de Sabóia/Santa Clara-a-Velha/Luzianes-Gare;
- Comissão Social Interfreguesia de São Salvador/Santa Maria/ Boavista dos Pinheiros/São Luís;
- Comissão Social Interfreguesia de Vila Nova de Milfontes/Longueira e Almogrove;
- Comissão Social Interfreguesia de Colos/São Martinho das Amoreiras/Vale Santiago/Relíquias;
- Comissão Social de Freguesia de São Teotónio.

No Alentejo Litoral existe ainda a **Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral**. Estas Plataformas foram criadas com o propósito de garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio ao nível da Rede Social, com vista à dinamização de um trabalho em rede que congrega diversas entidades locais e regionais.

A Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral tem uma abrangência territorial que se estende para além do município de Odemira, aos restantes municípios da NUTS III Alentejo Litoral (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines). Esta integra representantes e dirigentes de importantes atores locais em matéria de ação social, nomeadamente, os representantes dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social das áreas territoriais respetivas; os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas; os presidentes dos CLAS respetivos; assim como os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, Número 3 do Artigo 32º, a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral agrega um conjunto de cinco competências sintetizadas na figura seguinte.

Figura 2. Competências da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral



Fonte: Segurança Social (2023)

O concelho dispõe do **Diagnóstico Social de Odemira**. Instrumento da maior relevância para a atuação estratégica da Rede Social, no entanto, conta aproximadamente com quase uma década, tendo sido aprovado em novembro de 2015. Em fevereiro de 2016, o CLASO aprovou também o **Plano de Desenvolvimento Social de Odemira**.

Por conseguinte, a elaboração da **Carta Social do Município de Odemira** agora em curso constitui-se crucial por quatro razões centrais, nomeadamente:

- o processo de recenseamento das entidades equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, em termos conceituais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelhio, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;
- o processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;
- a realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- o exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Este processo procura ainda responder a cinco grandes desafios, mais especificamente:

- promover um processo de governação ativa, assente na mobilização dos atores-chave ao longo de todo o processo de Revisão da Carta Social;
- compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e sub-regional;
- promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para os seus residentes, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (aproximadamente 2030).

(página propositadamente deixada em branco)

3. Quadro de referência territorial

3.1. Dinâmicas demográficas e sociais

Figura 3. Evolução da população residente (N.º), em Odemira, entre 1960 e 2021 (INE & Pordata)

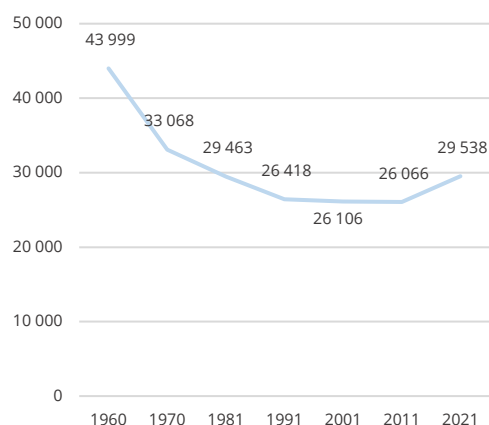


Figura 4. População residente (N.º), nas freguesias de Odemira, em 2011 e 2021 (INE)

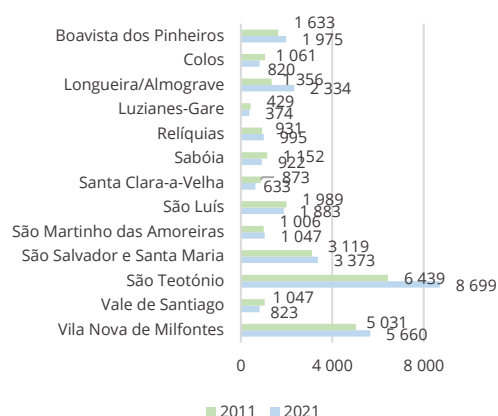


Figura 5. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade (%), em Odemira, entre 2011 e 2022 (INE)

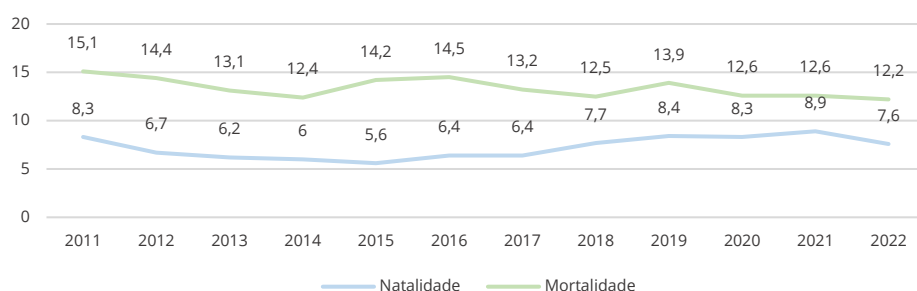


Figura 6. Pirâmide etária, de Odemira, em 2011 e 2021 (INE)

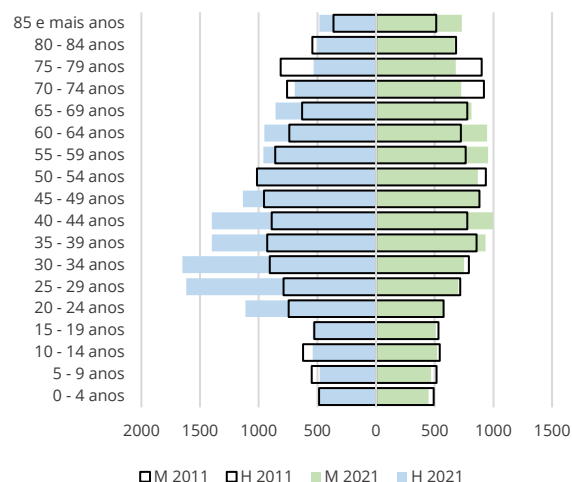
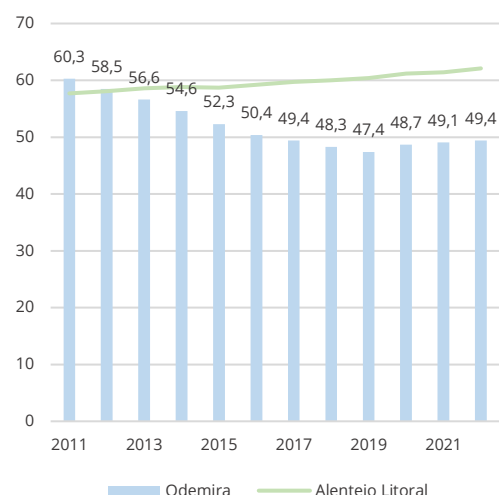


Figura 7. Índice de dependência total (N.º), em Odemira, entre 2011 e 2022 (INE)



Em 2021, residiam no concelho de Odemira 29.538 pessoas. De um modo geral, **o Município tem vindo a perder população nos últimos 60 anos**, tendo-se registado um decréscimo populacional de 32,9%, entre 1960 e 2021, não só em resultado da quebra da natalidade, mas também devido aos fluxos migratórios negativos, com impactes no envelhecimento populacional. **Desde 2001, mas de forma mais expressiva na última década, o concelho registou um acréscimo assinalável, sobretudo como resultado da forte capacidade de atração de população migrante.**

Ao longo da última década, as taxas de natalidade e mortalidade espelharam as tendências demográficas estruturantes. A taxa bruta de natalidade manteve-se relativamente estável, sendo que **no ano de 2022 nasceram cerca de 7,6 crianças por cada 1.000 habitantes** (valores abaixo da média nacional, 8 ‰). Por sua vez, a taxa bruta de mortalidade apresentou oscilações mais vincadas, situando-se nesse ano, nas **12,2 mortes por cada 1.000 habitantes** (valor a par da média nacional, 11,9 ‰).

A baixa natalidade tem vindo a reforçar a tendência de envelhecimento no concelho. Em 2021, **cerca de 23% da população residente possuía 65 ou mais anos**. Esta situação é mais gravosa nas freguesias com menor efetivo populacional, como é o caso de Sabóia, cuja população com 65 ou mais anos representava, nesse ano, mais de 42%. No sentido oposto, **o peso da população jovem (com menos de 15 anos) tem vindo a diminuir no concelho, representando apenas cerca de 10% à data do último período censitário.**

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à população jovem, assiste-se a um **progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no caso de Odemira**, passou de 200,3 idosos por cada 100 jovens em 2011, para os **220 idosos por cada 100 jovens** em 2022 (muito acima da média nacional, 185,6).

A Pirâmide Etária do concelho descreve um fenómeno particular, no contexto sub-regional. Por um lado, existe um duplo envelhecimento (redução do número de jovens e aumento do número de idosos), que advém das múltiplas dinâmicas já identificadas (redução da natalidade e êxodo da população em idade ativa), mas também revela o aumento positivo da esperança média de vida. **Por outro, ocorreu um crescimento da população masculina entre os 20 e os 49 anos, como resultado da forma presença de população migrante nesta faixa etária.**

Naturalmente, **uma pirâmide etária mais envelhecida comporta desafios socioeconómicos**. O índice de dependência total tem revelado um decréscimo gradual ao longo da última década, atingindo o valor mais baixo no ano de 2022. Assim, **para cada 100 indivíduos em idade ativa, existem aproximadamente 49 com algum grau de dependência**, quer sejam jovens (15,4) ou idosos (34). Estes valores situam-se abaixo da média nacional, que nesse ano era de 58,4 indivíduos com algum grau de dependência por cada 100 indivíduos em idade ativa.

A distribuição da população no território concelho evidencia algumas assimetrias. No ano de 2021, a freguesia de São Teotónio constituía a freguesia mais populosa do concelho, com 8.699 residentes, seguida da freguesia de Vila Nova de Milfontes com 5.660, São Salvador e Santa Maria com 3.373, Longueira/Almograve com 2.334, Boavista dos Pinheiros com 1.975, São Luís com 1.883, São Martinho das Amoreiras com 1.047, Relíquias com 995, Sabóia com 922, Vale de Santiago com 823, Colos com 820, Santa Clara-a-Velha com 633 e Luzianes-Gare com 374 habitantes. **Ao longo do último decénio, as freguesias registaram variações populacionais heterogéneas**, culminando num crescimento populacional de 13,3% na globalidade do concelho de Odemira. A densidade populacional, em 2021, permite verificar **algum grau de dispersão quanto à ocupação territorial do concelho**. A freguesia de São Teotónio detém cerca de 30% do efetivo populacional concelho e registou uma densidade populacional de 25,1 habitantes por Km² (das mais elevadas do concelho). Comparando com outros âmbitos territoriais, nomeadamente do Alentejo (18,2 h/Km²) e de Portugal (112,2 h/Km²), **a grande dimensão territorial e o reduzido efetivo populacional estão na génese desta baixa densidade.**

Caixa 1. Síntese dinâmicas demográficas e sociais

- Crescimento populacional ao longo passado decénio.
- Distribuição populacional assimétrica, com uma elevada concentração da população residente nas freguesias de São Teotónio e Vila Nova de Milfontes.
- Concentração da população nos lugares com menos de 2.000 em detrimento da ocupação dispersa.
- Taxa de mortalidade algo acima da taxa de natalidade.
- Peso da população idosa no efetivo populacional concelhio abaixo da média sub-regional.
- Pirâmide etária em envelhecimento (diminuição da população jovem e aumento da população idosa).
- Grande peso da população migrante na população ativa.
- Índice de dependência abaixo da média nacional.

3.2. Rede territorial e urbana

Figura 8. Localização das principais infraestruturas rodoviárias e ferroviárias no concelho (Elaboração Própria)

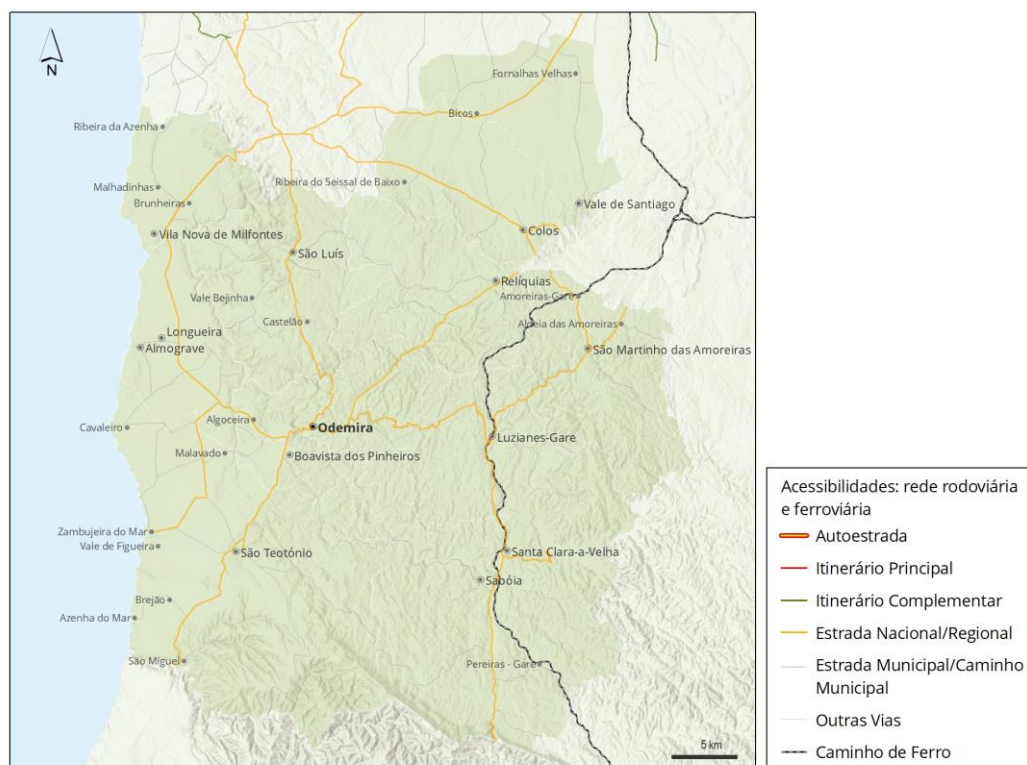
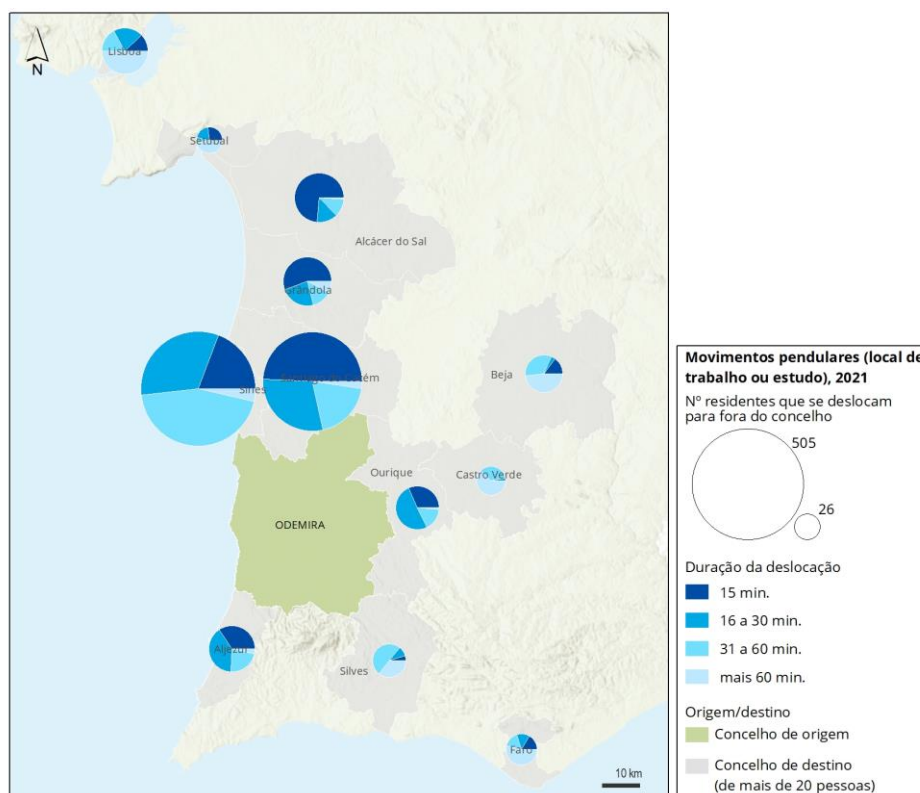


Figura 9. Movimentos pendulares, destino e duração das deslocações, em 2021 (INE)



O concelho de Odemira constitui um **território de transição entre o Alentejo Litoral e o Algarve** e faz fronteira a Norte com Santiago do Cacém e Sines, a Este com Ourique, a Sudeste com Silves, a Sul com Monchique e Aljezur com o Oceano Atlântico. Quanto à sua organização interna, o município encontra-se subdividido em treze freguesias, designadamente, Boavista dos Pinheiros, Colos, Longueira/Almograve, Luzianes-Gare, Relíquias, Sabóia, Santa Clara-a-Velha, São Luís, São Martinho das Amoreiras, São Salvador e Santa Maria, São Teotónio, Vale de Santiago e Vila Nova de Milfontes.

Quanto ao subsistema territorial do Alentejo Litoral, estabelecem-se **dois eixos rodoviários de importância regional classificados como vitais para a afirmação do Litoral Alentejano** como polo nacional de desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, o **eixo longitudinal costeiro que liga Alcácer do Sal-Santiago do Cacém-Sines-Odemira**, estabelecendo, como já referido anteriormente, a interligação com a AML e com o Algarve (materializado sobretudo pelas ER 253 e 261 e pelo IC4). Em segundo, o **eixo transversal de ligação de Odemira ao nó IP1/IP2 em Ourique**.

Segundo o PROT, **a consolidação de um sistema urbano regional policêntrico assenta numa estrutura urbana organizada em torno de uma tipologia de centros urbanos**: Centros Urbanos Regionais (CUR); Centros Urbanos Estruturantes (CUE); e Centros Urbanos Complementares (CUC). Os CUE desenvolvem um leque de funções razoavelmente diversificado ou um conjunto de funções especializadas. Neste sentido, Odemira e os restantes CUE devem assumir esta função regional e para o alcançar devem:

- afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;
- desenvolver redes de forte articulação com os CUR e os CUC, consolidando subsistemas urbanos;
- desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e ou sócio -cultural;
- afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

Com base na rede de infraestruturas de comunicação existentes, em matéria de acessibilidades, a **presença e a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, ao IC4** que, com ligação à EN120 são responsáveis pela distribuição longitudinal do tráfego pelo município e a ER389 que com a sua orientação transversal, oferece uma ligação ao IC1.

Ainda ao nível das acessibilidades, a conectividade ferroviária é definida pela presença da linha do Sul, que passa perto das localidades de Sabóia e Pereiras.

As transformações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos anos em Portugal introduziram, também, modificações relevantes na forma como as populações se distribuem pelo território. As linhas gerais do povoamento apontam para a **concentração da população nos aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica**.

No concelho de Odemira, ao longo da última década, a população apresentou uma tendência de concentração nos lugares com menos de 2.000, em detrimento da ocupação dispersa e dos aglomerados com 2.000 ou mais habitantes. Assim, **em 2021, cerca de 56% da população residia em lugares com menos de 2.000 habitantes**.

Tal como consta do PDM, o sistema urbano de Odemira é constituído por um conjunto de aglomerados populacionais que, segundo a sua posição relativa na hierarquia urbana foram subdivididos em Aglomerados Urbanos e Povoamentos Rurais. **Os Aglomerados Urbanos caracterizam-se** por espaços urbanos e urbanizáveis, consolidados ou em consolidação, que dispõem de níveis mais elevados de infraestruturação e de equipamentos e encontram-se classificados em três categorias, **consoante a sua localização no território, população, acessibilidades e funções centrais**. A Hierarquia urbana apresenta a seguinte organização:

- categoria I: Odemira; S. Teotónio; S. Luís; Vila Nova de Milfontes; Zambujeira do Mar; Almogrove;
- categoria II: Amoreiras-Gare; Bicos; Boavista dos Pinheiros; Colos; Luzianes-Gare; Pereiras-Gare; Portas do Transval; Relíquias; Sabóia; Santa Clara-a-Velha; São Martinho das Amoreiras; Vale de Santiago;
- categoria III: Algoceira; Azenha do Mar; S. Miguel; Baiona; Brejão; Cavaleiro; Cruzamento do Almogrove; Fataca; Longueira; Malavado.

Por sua vez, **os povoamentos rurais** correspondem aos aglomerados rurais, conforme o definido no PROT Alentejo e **consistem nos núcleos populacionais com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural**.

A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Segundo os censos de 2021, dos 15.584 residentes em Odemira que trabalham ou estudam, **1.671 destes desempenham as suas atividades fora do concelho (10,7%)**. A procura incide com particular destaque nos concelhos de Sines (505) e Santiago do Cacém (376). **Estes dados revelam um incremento da população que estuda ou trabalha fora do concelho em termos absolutos, face aos dados de 2011**. É importante reter que os valores de 2011 podiam estar condicionados pelos impactes da crise económica.

Caixa 2. Síntese rede territorial e urbana

- Odemira constitui o território de transição entre o Alentejo Litoral e o Algarve.
- Odemira integra os dois eixos rodoviários de importância regional para a afirmação do Litoral Alentejano.
- Proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente, o IC1 e o IC4, que com características semelhantes, oferecem uma ligação entre a AML, o Alentejo Litoral e o Algarve.
- Concentração da população nos aglomerados de menor dimensão, em desfavor das áreas de ocupação dispersa.
- A hierarquia dos aglomerados de Odemira foi definida em função da sua localização no território, população, acessibilidades e funções centrais.
- Existe uma significativa pendularidade da população ativa no concelho (1.671 residentes trabalham ou estudam em outros concelhos e 1.244 residentes de outros concelhos deslocam-se a Odemira para trabalhar ou estudar).

3.3. Inclusão e desenvolvimento social

Figura 10. Nível de ensino da população residente (%), em Odemira, em 2011 e 2021 (INE)

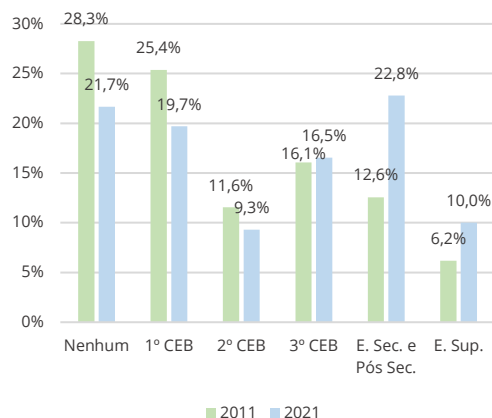


Figura 11. Taxa de desemprego, em Odemira (%), em 2011 e 2021 (INE)

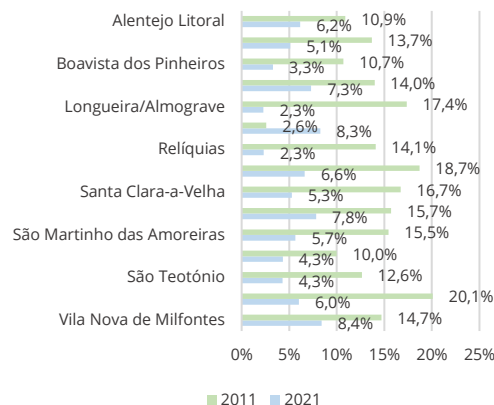


Figura 12. Evolução da população estrangeira (N.º), em Odemira, entre 2011 e 2021 (INE)

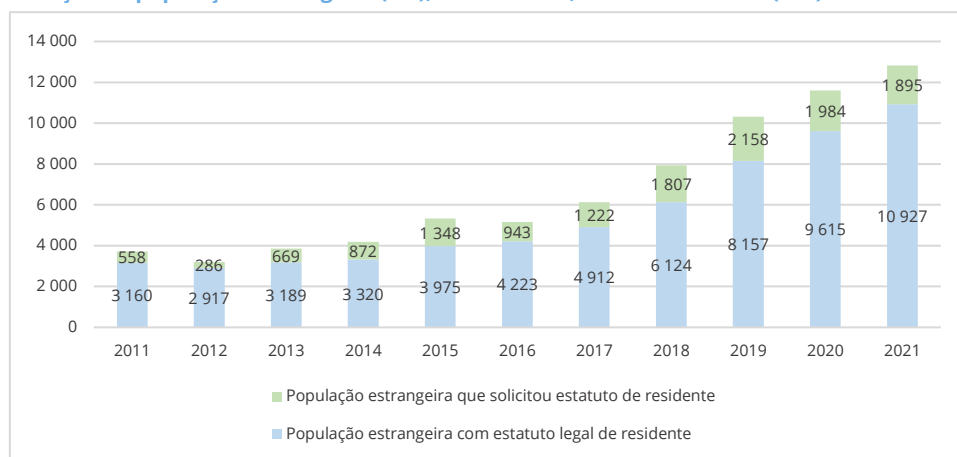


Figura 13. Evolução das pensões da segurança social (€/N.º), em Odemira, entre 2011 e 2021 (INE)

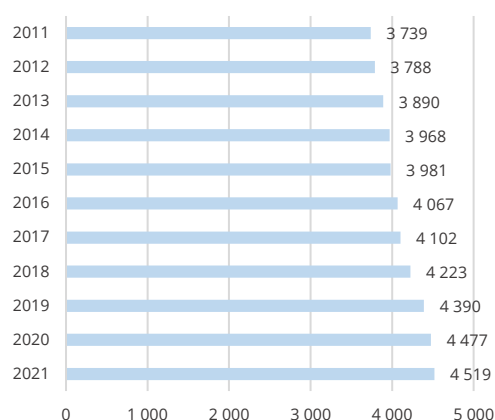
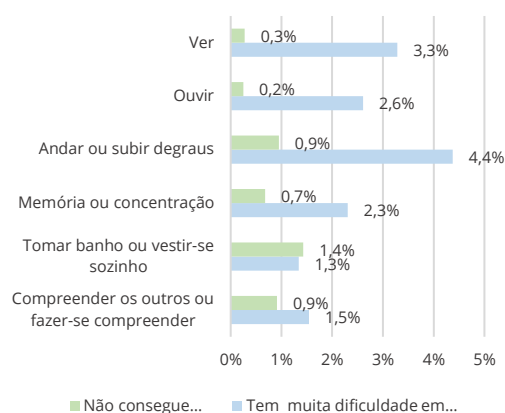


Figura 14. População residente com dificuldades (%), em Odemira, em 2021 (INE)



Os **níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos** constituem uma das dimensões mais relevantes para o desenvolvimento social, contribuindo para uma maior coesão e competitividade da base económica. Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio, Portugal tem vindo a registar progressos consideráveis.

Odemira revelou uma melhoria dos níveis de ensino ao longo do último decénio. A taxa de analfabetismo do concelho caiu para os 21,7%, mas permanece acima da média nacional (13,7%). Não obstante, ainda **existe uma grande dimensão da população com baixos níveis de ensino** (41,4% possui apenas o 1ºCEB, ou é analfabeta). Estes valores constituem uma consequência dos indicadores demográficos já evidenciados, uma vez que a população idosa apresenta níveis de escolaridade mais baixos. Por outro lado, **a população com ensino secundário ou superior registou um aumento expressivo.** Em 2021, 22,8% dos munícipes possuíam ensino secundário e 10% ensino superior.

Atendendo à taxa de desemprego, em 2021, **Odemira apresentou uma taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional** (8,1%). É relevante sublinhar a evolução face a 2011, ano com valores agravados pelo impacto da crise económica que afetou o país entre 2008 e 2013. Por sua vez, a taxa de atividade em 2021 era de 51%, evidenciando um **crescimento da importância da população ativa face à população total residente.**

Com base média de indivíduos desempregados inscritos no centro de emprego, em 2018 atingiu-se o valor mais baixo do último decénio, com uma média anual de 767,8 inscritos. Nos últimos anos verificou-se um aumento, consequência da crise pandémica provocada pela COVID-19. O universo de inscritos no centro de emprego revelava um **maior peso da população masculina** (cerca de 58%), um **peso significativo de população que se encontrava à procura de novo emprego** (≈99%) e uma **prevalência das inscrições inferiores a 1 ano** (≈76%).

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2021, a percentagem de população estrangeira aumentou na generalidade do país, atingindo os 28,6% em Odemira, valor muito acima da média do Alentejo Litoral (12,1%). Desde 2012, ano em que se registou o menor número de estrangeiros com estatuto de residente da última década (2.917), tem-se assistido a um aumento deste indicador. **Em 2021, residiam em Odemira 12.822 indivíduos de origem estrangeira.** Atendendo aos dados do SEF (2021), dos 10.927 residentes estrangeiros com estatuto de residente, mais de 50% eram de origem asiática, nomeadamente indiana (27,5%) ou nepalesa (25,5%). Este crescimento está relacionado com o crescimento das explorações agrícolas concelhias.

Os pensionistas da segurança social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida. **Em 2021, residiam em Odemira 8.355 pensionistas da segurança social,** o que equivale a 25,9% do total do Alentejo Litoral e a 28,3% da população residente. **Ao longo da última década, o número de pensionistas da segurança social diminuiu, a par das dinâmicas demográficas concelhias. Não obstante, o montante de pensões pagas pela Segurança Social em Odemira aumentou** (de cerca de 35.2 milhões de Euros em 2011 para os 37.8 milhões em 2021). Este aumento, contrário ao da evolução dos pensionistas, advém das atualizações ao valor das pensões.

No que respeita às prestações familiares, o **número de beneficiários e beneficiários descendentes do abono de família aumentou nos últimos anos.** Em 2021, 2.937 crianças e jovens beneficiavam destes apoios, com um valor total atribuído de 1.847 milhares de euros.

Muito dependente da evolução socioeconómica, **parte da população ativa sofre de problemas sociais de pobreza e exclusão social.** O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego.

Em 2021, o ganho médio mensal da população ao serviço em Odemira era de 974,75€, montante aquém dos valores médios nacionais (1 289,50€) e sub-regionais (1 232,34€). Não obstante, os trabalhadores não qualificados auferiam, em média, 912,82€ por mês, valor a par da média nacional.

Foi neste contexto que criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do Rendimento Social de Inserção (RSI), que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida. **O número de beneficiários do RSI em Odemira diminuiu na última década**, registando no ano de 2021, 317 beneficiários, face a 692 no ano de 2011. **Os principais beneficiários deste apoio social possuíam menos de 25 anos (28,7%), seguidos da população com 55 ou mais anos (28,1%).**

Noutra vertente, a **população portadora de deficiência é um grupo igualmente vulnerável que deve ser objeto de medidas específicas pela política social local**, cuja condição está muitas vezes associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras, que influenciam negativamente a coesão social dos territórios.

Com base nos resultados dos censos 2021, **aproximadamente 4% da população de Odemira não via ou tinha muitas dificuldades em fazê-lo, e cerca de 3% apresentava severas dificuldades de audição.** Atividades motoras, como **andar, ou subir degraus atingiam a maior fatia dos residentes, na medida em que mais de 5% da população apresentava graves constrangimentos.** Existem ainda outros problemas que condicionam o bem-estar dos munícipes, nomeadamente problemas de memória ou concentração (3%), dificuldades em tomar banho ou vestir-se sozinho (2,8%) e compreender os outros ou fazer-se compreender (2,5%). **Face aos dados de 2011, é importante sublinhar que a percentagem de pessoas portadoras das dificuldades acima enunciadas diminuiu ao longo da última década.** Tendência oposta ao que seria expectável com as dinâmicas demográficas já identificadas.

Caixa 3. Síntese inclusão e desenvolvimento social

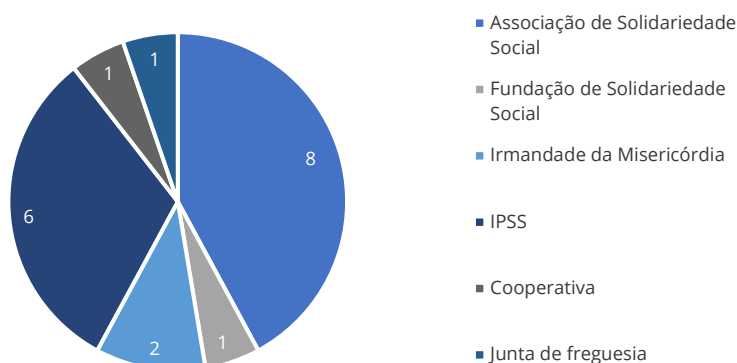
- Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade.
- Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional.
- Taxa de desemprego inferior à observada a nível nacional.
- Aumento da importância da população ativa face à população total residente.
- O desemprego em Odemira reflete uma maior procura de novos trabalhos e períodos de espera reduzidos.
- Aumento exponencial da população estrangeira residente no concelho.
- Aumento do valor das pensões da Segurança Social, ainda que o número de pensionistas tenha diminuído.
- Ligeiro aumento dos beneficiários e montante total atribuído nos abonos familiares.
- Ganho médio mensal da população ao serviço em Odemira abaixo da média nacional e sub-regional.
- Diminuição do número de beneficiários do RSI, ainda que o peso da população jovem se mantenha elevado (28,7%).
- Diminuição da população com dificuldades / deficiências.

(página propositadamente deixada em branco)

4. Diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais

4.1. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Figura 15. Equipamentos por natureza jurídica da entidade gestora (n.º)



Fonte: Inquérito RUR, 2022

Quadro 3. Domínios de intervenção por natureza jurídica da entidade gestora (nº)

Natureza Jurídica	Total	Privada					Pública
Domínio/Subdomínio de atuação		Assoc. de Solidariedade Social	Fundação de Solidariedade Social	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Cooperativa	Junta de freguesia
I. Infância e juventude							
Crianças e Jovens	4	1	-	-	3	-	-
Crianças e Jovens em situação de perigo	-	-	-	-	-	-	-
Crianças e jovens com deficiência	1	1	-	-	-	-	-
II. População adulta							
Pessoas idosas	9	5	1	1	1	-	1
Pessoas adultas com deficiência	1	-	-	-	1	-	-
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-	-	-	-	-	-	-
III. Família e comunidade							
Família e comunidade em geral	6	4	1	-	1	-	-
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-	-	-	-	-	-	-
IV. Pessoas vítimas de violência							
Centro de atendimento	-	-	-	-	-	-	-
V. Pessoas imigrantes							
Centro de atendimento	1	-	-	-	-	1	-

Fonte: Inquérito RUR, 2022

A **crescente tendência para a diversificação da forma e natureza das entidades sociais tem vindo a marcar o domínio da ação social**, alicerçada na urgente necessidade de se adaptar à heterogeneidade das problemáticas e desafios que surgem numa sociedade que necessita, cada vez mais, de reforçar as respostas tradicionais, enquanto cria abordagens inovadoras, atendendo ao aumento das necessidades. Desta forma, o conhecimento do perfil das entidades gestoras é particularmente relevante dado que estes configuram os principais agentes de intervenção direta no domínio social daquele território.

Importa neste contexto relevar que **são consideradas entidades gestoras todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos, onde se desenvolvam serviços e respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionem sem necessidade de equipamento.**

Foram identificadas um total de 15 entidades proprietárias responsáveis pela gestão de 19 equipamentos em funcionamento no município de Odemira, dos quais todas responderam ao inquérito realizado. Em Odemira, **todas as entidades classificam-se como entidades sem fins lucrativos**, o que constitui uma mais-valia para um acesso mais equitativo aos serviços sociais, que se pretendem universais e ajustados às populações mais vulneráveis. Dentro destas, a tipologia que mais se destaca são as Associações de Solidariedade Social, com 7 entidades. De seguida, estão as Instituições particulares de solidariedade social (IPSS), com 4 entidades. As restantes tipologias distribuem-se por uma Irmandade da Misericórdia, uma Fundação de Solidariedade Social, uma cooperativa e uma pela junta de freguesia, verificando-se assim uma elevada diversidade da natureza jurídica das entidades em Odemira. As entidades com mais equipamentos são o Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade (3), a Associação Paralisia Cerebral Odemira (2) e a Santa Casa da Misericórdia de Odemira (2).

Quanto ao âmbito geográfico de atuação das entidades, **a grande maioria atua circunscrita à escala concelhia, sendo 15 as que se dedicam inteiramente a esta escala.** Contudo, existem 4 entidades que desenvolvem a sua atividade no âmbito regional.

As entidades gestoras de equipamentos localizados em Odemira cobrem 4 domínios e 6 subdomínios de atuação. **Cerca de 10 entidades concentram a sua operação no domínio da População adulta** e 5 no domínio da Infância e juventude. O subdomínio da **Família e comunidade em geral desempenha ainda um papel de destaque, já que 6 entidades desenvolvem atividade neste**, contrariando a tendência de maior destaque nos subdomínios mais tradicionais. Em Odemira, existe ainda um centro de atendimento para Pessoas imigrantes.

Verifica-se que existe maior concentração das entidades no subdomínio das **Pessoas Idosas, pois concentram 9 das 10 entidades no domínio da População Adulta.** Em contraste, apenas uma entidade canaliza a sua resposta para Pessoas adultas com deficiência. O **segundo subdomínio com maior concentração de entidades é o da Família e comunidade em geral**, com 6 entidades. O subdomínio das crianças e jovens canaliza 4 entidades e apenas uma se dedica às crianças e jovens com deficiência. Por conseguinte, é notório que em Odemira se verifica uma **concentração de domínios mais diversos**, embora sem incidência em subdomínios como Pessoas com VIH/SIDA e Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias e Pessoas vítimas de violência.

A análise dos investimentos programados a curto prazo (2 anos) em Odemira demonstra que 6 entidades (correspondente a 6 equipamentos) mencionaram intenções de realizar intervenções, localizados ao longo de quatro freguesias. As freguesias de São Teotónio e Vila Nova de Mil Fontes concentravam 2 entidades em cada uma destas. Na freguesia de São Teotónio, os investimentos nos equipamentos tinham como objetivo a ampliação, renovação e remodelação das instalações, mas também a aquisição de equipamentos. Já na freguesia de Vila Nova de Mil Fontes, destacava-se a ampliação das instalações e a construção de um novo equipamento para aumentar a sua capacidade de resposta. Nas freguesias de São Salvador e Santa Maria e de São Martinho das Amoreiras, apenas uma entidade em cada freguesia indica investimentos programados, designadamente na ampliação, renovação e remodelação das instalações. Destas 6 entidades, 5 têm como natureza jurídica Associações de Solidariedade Social

e uma Fundação de Solidariedade Social. Assim, **do total das 15 entidades, apenas 40% tem investimento programados a curto prazo**, existindo 9 entidades que não preveem realizar investimentos nos seus equipamentos. Esta realidade é demonstrativa de uma fraca capacidade de intervenção, sobretudo no contexto pós-pandémico marcado por fragilidades económico-sociais, que reforçam o papel das entidades sociais.

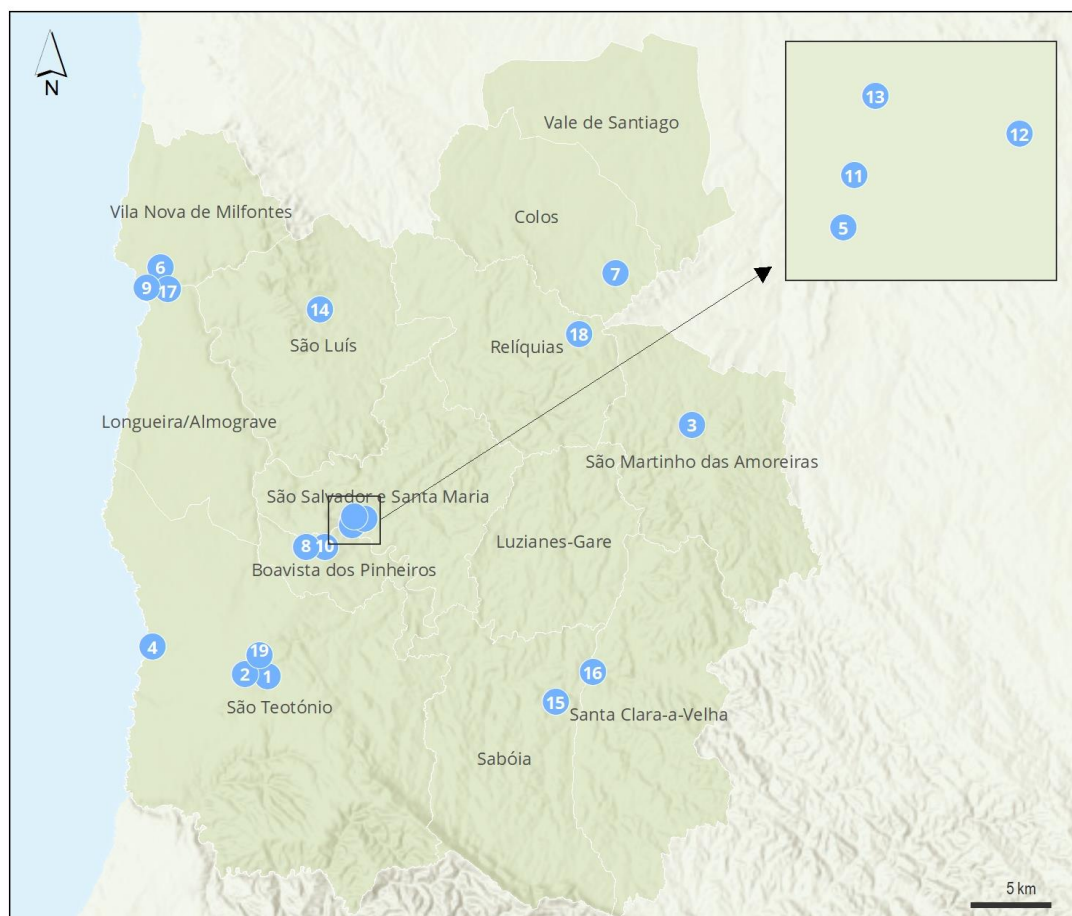
As entidades auscultadas evidenciam a existência de inúmeros constrangimentos que interferem com a sua capacidade de atuação e com o funcionamento dos equipamentos, sendo a grande parte problemas comuns e transversais às entidades. Os problemas mais relatados têm que ver com as **dificuldades financeiras**, provenientes da **falta de apoio financeiro da administração local e central** para auxiliar no funcionamento dos equipamentos e para aliviar os seus **elevados custos de manutenção**, mas também da **diminuição das receitas** face à redução de utentes em algumas respostas sociais. Constrangimentos como a **falta de recursos humanos qualificados** e **necessidade de aquisição de equipamentos** foram também relatados.

Caixa 4. Síntese das entidades gestoras dos equipamentos sociais

- A totalidade da natureza jurídica das entidades é sem fins lucrativos.
- O âmbito de atuação geográfica predominante é o concelhio/local.
- Domínio da Família e comunidade é o segundo domínio com maior canalização de entidades, contrariando a tendência de domínios de atuação mais tradicionais.
- Apenas 40% das entidades têm investimentos programados a curto prazo (2 anos).
- Os principais constrangimentos centram-se nas dificuldades financeiras das entidades, provenientes da falta de apoio financeiro da administração local e central, dos elevados custos de manutenção e da diminuição das receitas.

4.2 Caracterização dos equipamentos sociais

Figura 16. Localização dos equipamentos sociais no concelho, em 2022



Equipamentos Sociais

1. Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de São Teotónio
2. Sociedade Recreativa São Teotoniense – Os Calculinhos
3. Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras
4. Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar
5. Lar Nossa Senhora da Visitação - ERPI de Odemira (SCMO)
6. Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes
7. Casa de Repouso de Santo António
8. Casa Maria Luísa Cordes da Ponte
9. Instituto de Nossa Senhora de Fátima
10. Casa Beatriz Gambôa
11. Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade
12. Associação Paralisia Cerebral Odemira - Sede
13. Lar Residencial Casa na Paisagem
14. Casa do Povo de São Luís
15. Associação Humanitária Dona Ana Pacheco
16. Casinha da Aldeia
17. Lápis de Cor Sonhador
18. Casa do Povo de Relíquias
19. Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Odemira (CLAIM/TAIPA)

Fonte: Inquérito RUR, 2022

Figura 17. Ano de funcionamento dos equipamentos (N.º)

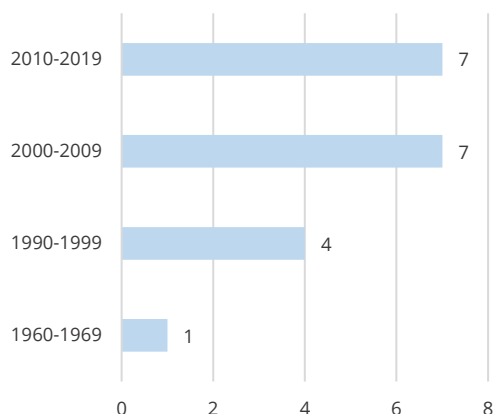


Figura 18. Avaliação do nível de conforto (%)

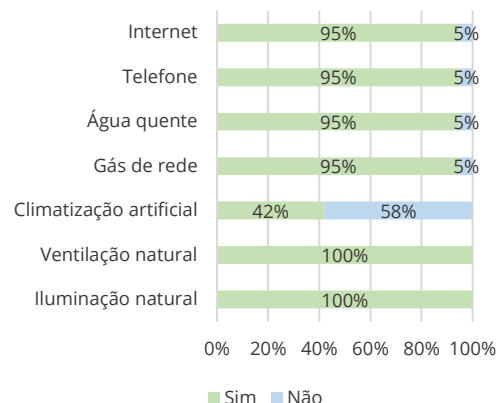


Figura 19. Avaliação do nível ambiental (%)

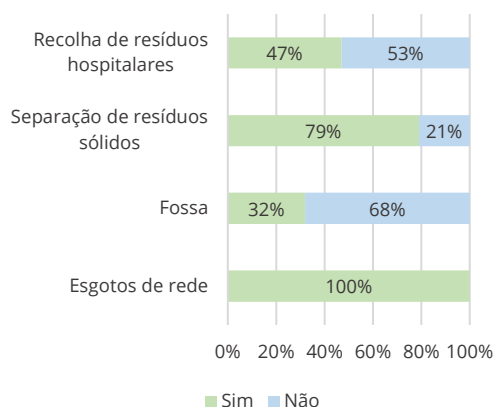


Figura 20. Avaliação do nível de autonomia (%)

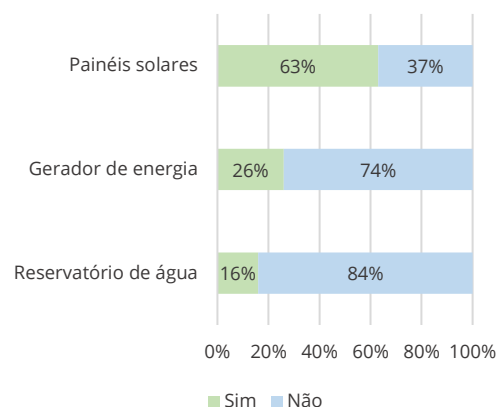


Figura 21. Condições de mobilidade e acesso ao edifício (%)

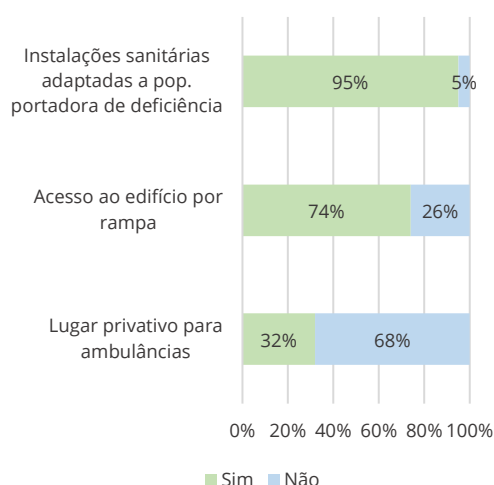
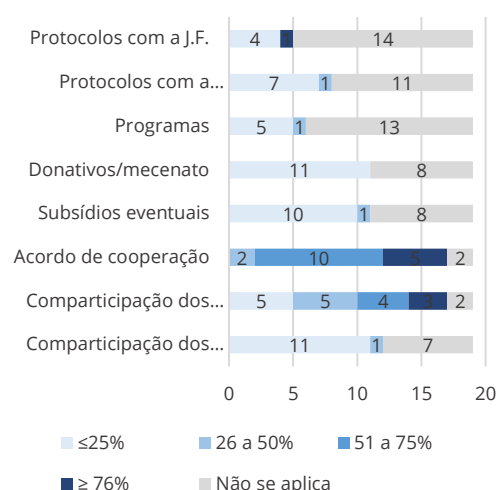


Figura 22. Fontes de financiamento para o funcionamento dos equipamentos (N.º)



Em 2022 existiam no concelho de Odemira 19 equipamentos sociais. Destes, 7 equipamentos agregavam respostas sociais de dois ou mais subdomínios de intervenção.

Neste contexto, 10 equipamentos prestavam apoio às pessoas idosas, enquanto 7 estavam vocacionados para o apoio da Família e comunidade em geral e 6 para crianças e jovens. Os demais subdomínios de intervenção social Pessoas adultas com deficiência, Crianças e jovens com deficiência eram prestados entre 1 e 2 equipamentos.

A distribuição territorial dos equipamentos sociais concentra-se nas três freguesias mais populosas do município, dado que na freguesia de São Teotónio concentram-se 4 equipamentos (21,1%), seguida da freguesia de São Salvador e Santa Maria, também com 4 equipamentos. A freguesia de Vila Nova de Mil Fontes, a segunda freguesia mais populosa, concentra 3 equipamentos. Juntas, estas três freguesias concentram 57,9% dos equipamentos. Das 10 freguesias do município, 3 não tinham equipamentos de ação social, sobretudo Longueira/Almograve uma vez que é a quarta freguesia mais populosa (2.334 habitantes em 2021).

O parque de equipamentos é novo, verificando-se que **74% da oferta iniciou funções no século XXI**, distribuídos igualmente entre 2000 e 2009 e entre 2010 e 2019 (7 equipamentos em cada década), o que constitui uma mais-valia. Desde 2020, nenhum equipamento iniciou funções. O primeiro equipamento que iniciou funções foi o Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade, em 1967.

No que respeita ao tipo de instalações dos equipamentos sociais, verifica-se que 18 funcionavam num edifício autónomo e que 13 apresentava uma construção de raiz. A maioria dos equipamentos estão sob regime de propriedade (14), ou seja, pertencem à entidade gestora, enquanto 3 funcionam sobre cedência por outras entidades.

De um modo global, **os equipamentos sociais de Odemira apresentam uma avaliação satisfatória do nível de conforto**, sendo que mais de 95% dos equipamentos dispõem da generalidade dos fatores analisados, com destaque para a iluminação natural (100%) e ventilação natural (100%). Por outro lado, apenas 42% dispõe de climatização artificial. Ao nível ambiental, todos têm sistema de esgotos de rede e 79% faz a separação de resíduos sólidos e apenas 32% funcionam com um sistema de fossa.

Em matéria de autonomia, **a maioria dos equipamentos tem níveis limitados**, uma vez que apenas 3 equipamentos dispõem de reservatório de água e 5 equipamentos de meios de geração de energia. **Contudo, cerca de 12 (63%) dos equipamentos dispõem de painéis solares. No domínio da segurança, a maioria dos equipamentos dispõe de níveis de segurança significantes**, uma vez que mais de 90% tem simbologia de evacuação, saídas de emergência, sistema de deteção de incêndios, extintores e plano de evacuação e proteção contra roubo e intrusão.

No que respeita às condições de mobilidade e acesso ao edifício, de um modo geral os equipamentos dispõem de algumas das condições necessárias, sendo necessária a intervenção em alguns aspetos. Exemplo disso é o facto de **14 dos equipamentos ter acesso por rampa (74%), apesar de apenas 6 (32%) ter dispositivo mecânico para pessoas com mobilidade condicionada.** Em matéria de estacionamento, persiste uma maioria de equipamentos que não possui parque de estacionamento privativo para visitantes (84%), nem lugar privativo para ambulâncias (68%). Por outro lado, em questões de mobilidade no edifício e respetivo dimensionamento, **a grande parte dos equipamentos é cumpridora, sobretudo na dimensão das portas interiores (95%) e nas instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência (95%).**

A perceção das entidades gestoras do estado de conservação dos equipamentos é positiva, já que indicam que 68% (13) dos equipamentos se encontra em bom estado e 32% (6) em estado razoável. Nenhuma entidade indicou equipamentos em estado deficiente.

Quanto ao financiamento dos equipamentos, verifica-se que as entidades gestoras recorreram a diversas fontes, sejam fundos comunitários, privados, ou provenientes da Administração Central ou Local para a aquisição das instalações, mas também para apoiar no funcionamento. **As fontes de financiamento Participação dos utentes e os Acordos de cooperação são as mais utilizadas, estando presente em 17 equipamentos.** No caso dos acordos de cooperação, em 10 dos equipamentos, esta fonte representava entre 51 a 75% do financiamento e em 5 mais de 76%. A participação dos utentes tem um menor peso, uma vez de em 10 equipamentos representa menos de 50% do total do financiamento. **A terceira fonte mais aplicada é a Participação dos associados, sendo 11 os equipamentos apoiados por esta via, embora com uma representação de menos de 25% em 11 destes.** Cerca de 11 entidades beneficiam de Subsídios eventuais e de Donativos/mecenato, contudo representam uma pequena percentagem do financiamento total. Os protocolos com a autarquia e junta de freguesia bem como os programas são aplicados entre 8 e 5 equipamentos, na sua maioria com reduzida percentagem de financiamento.

Os 19 equipamentos em funções em Odemira empregavam 519 trabalhadores (27,3 trabalhadores por equipamento). **Destes, 94% eram do sexo feminino**, demonstrativo de uma forte feminização do setor social no concelho. Por outro lado, 27 trabalhadores tinham nacionalidade estrangeira, que representam 5% dos recursos humanos, e apenas 3 com deficiência. A Associação Humanitária D. Ana Pacheco é o equipamento que concentra maior número de recursos humanos (67), seguindo-se a Santa Casa da Misericórdia de Odemira (43) e a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio (42).

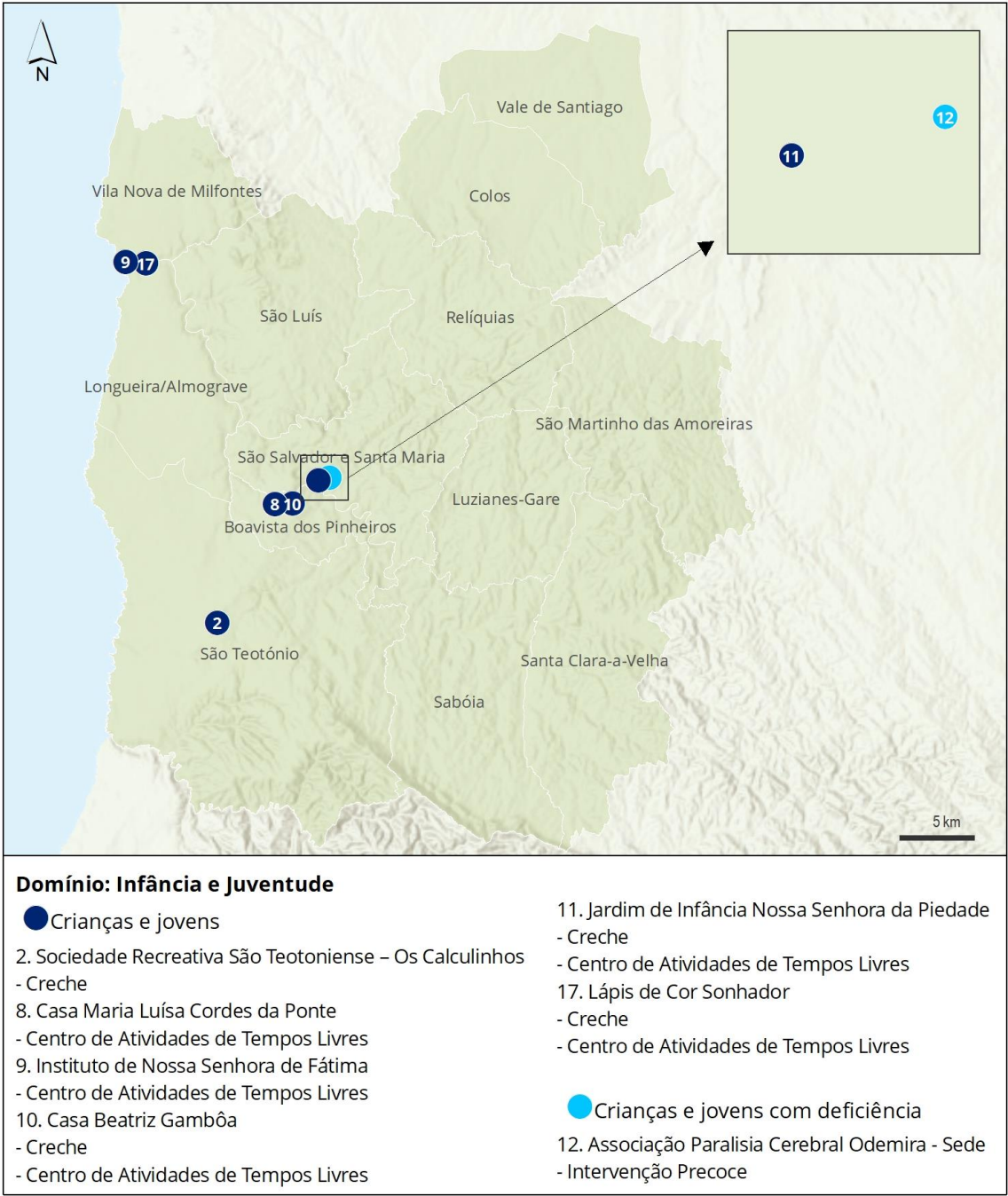
Caixa 5. Síntese da caracterização dos equipamentos sociais

- As três freguesias mais populosas concentram 57,9% dos equipamentos do município (São Teotónio, Vila Nova de Milfontes e São Salvador e Santa Maria).
- As condições de mobilidade e acesso aos edifícios são adequadas de um modo geral, embora seja necessária a intervenção em alguns aspetos.
- Segundo a perceção das entidades gestoras, 68% (13) dos equipamentos encontra-se em bom estado de conservação.
- As fontes de financiamento participação dos utentes e acordos de cooperação são as mais aplicadas para o funcionamento dos equipamentos.
- Dos 519 recursos humanos, 94% pertencem ao sexo feminino.

4.3. Caracterização das respostas sociais

4.3.1. Infância e juventude

Figura 23. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da infância e juventude, em Odemira, em 2023



Fonte: Inquérito RUR

CRECHE

Figura 24. Utentes e capacidade máxima instalada atual em creche (N.º)

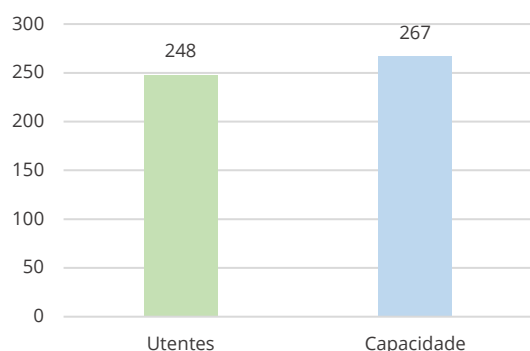
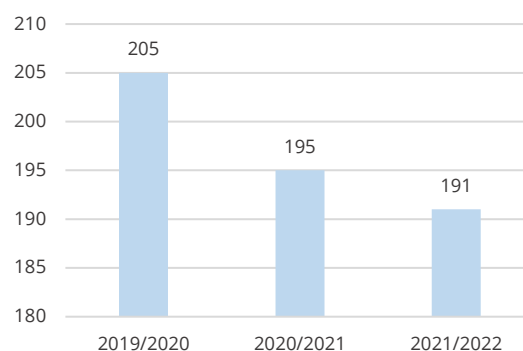


Figura 25. Evolução do número de utentes em creche, entre 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)



CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Figura 26. Utentes e capacidade máxima instalada atual em CATL (N.º)

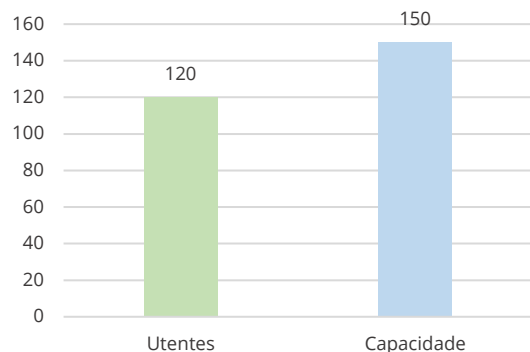
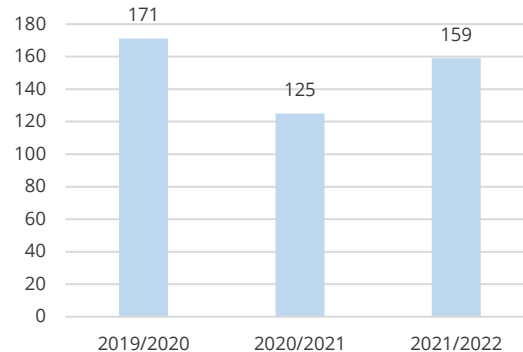


Figura 27. Evolução do número de utentes em CATL, entre 2019/2020 e 2021/2022 (N.º)



INTERVENÇÃO PRECOCE

Figura 28. Utentes em Intervenção Precoce no triénio 2019/2020 a 2021/2022 (N.º)

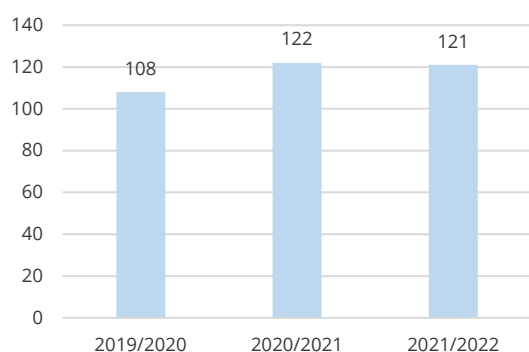
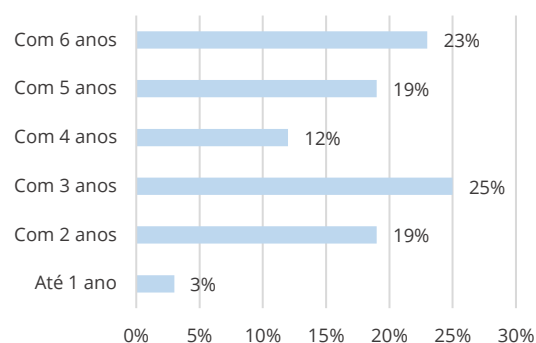


Figura 29. Utentes atuais segundo o grupo etário (%)



Creche

A creche constitui uma resposta social desenvolvida em equipamento de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança até aos três anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais (Carta Social, do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)).

Em 2023, **existiam 4 creches** no concelho Odemira, com um padrão locativo limitado a quatro das treze freguesias do concelho, designadamente, em São Salvador e Santa Maria, a freguesia que agrega a vila sede de concelho, e nas freguesias de São Teotónio, Boavista dos Pinheiros e Vila Nova de Milfontes. Esta é uma oferta espacialmente circunscrita, que acarreta barreiras em termos de acessibilidade, mas que traduz indelevelmente a pirâmide etária tendencialmente invertida do concelho. No que trata à natureza jurídica da entidade, não se regista nenhuma creche gerida por entidade privada em Odemira.

De acordo com os dados da Carta Social do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), a capacidade instalada em creches no concelho é de 267 lugares, em 2023, identificando-se um total de 248 utentes, o que traduz uma **taxa de ocupação** de aproximadamente 93%.

A análise seguinte, suportada nos resultados do inquérito realizado no âmbito do presente estudo, circunscrevem-se a apenas três creches do concelho, uma vez que não foi possível obter, em tempo útil, a informação necessária para uma das creches do concelho.

Em termos evolutivos, a **redução da procura efetiva de creches** embora ligeira (-7%, tendo passado de 205 utentes, em 2019/2020, para 191, em 2021/2022) e decorrente da concertação de múltiplos fatores, estruturais e alguns transitórios, não deixa de ser fator de apreensão, na medida em que contraria a tendência nacional de aumento da procura desta resposta social. Neste período, a emergência internacional de saúde pública, em consequência da rápida disseminação do Covid-19, ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) teve inúmeras repercussões na sociedade, com consequências em termos de encerramento temporário de respostas sociais e quebra de natalidade, situação especialmente crítica em territórios já marcados pelo envelhecimento populacional.

Resposta social orientada para crianças até aos 3 anos de idade, tem no município uma prevalência de utentes mais crescidos, uma vez que 55% dos utentes de creche tem 2 anos de idade, verificando-se ainda um declínio correlativo do decréscimo da idade (32% tem 1 ano e 12% tem menos de 1 ano).

Considerando a vulnerabilidade da criança no primeiro ano de vida, o crescente alargamento temporal das licenças de parentalidade em Portugal e a menor disponibilidade de vagas em berçário, em geral, inferiores às das restantes salas de creche, leva a que **muitas famílias optem por inserir as crianças em creches apenas a partir desta idade**. O entendimento generalizado de que a partir do primeiro ano de vida, a frequência de creche por garantir a socialização da criança num contexto de pares, bem como ao proporcionar um contexto com estímulos especificamente direcionados às diversas fases de desenvolvimento infantil, se reveste da maior relevância para um desenvolvimento harmonioso da criança, fundamenta a estrutura etária dos utentes das creches.

O **mercado de emprego** em creches abrange um total de 62 recursos humanos, no concelho de Odemira. O perfil de recursos humanos encontra-se marcado pela **forte incidência de profissionais mulheres** (58%), ainda que coexistam recursos humanos do sexo masculino. Estes apresentam uma assinalável transversalidade etária, uma vez que a resposta social creche abrange trabalhadores com idades compreendidas entre os 29 ou mais anos e até aos 60 anos de idade. Porém, 79% dos recursos humanos encontra-se entre os 30 e os 49 anos de idade (40% tem entre 30 e 39 anos e 39% entre os 40 e os 49 anos), prevalecendo assim trabalhadores relativamente jovens.

A **estrutura de habilitações literárias** dos recursos humanos afetos às creches tem uma prevalência do ensino secundário (47%), seguida do ensino superior (29%). Ainda assim, encontram-se alocados ao funcionamento das creches recursos humanos com os mais diversos níveis de instrução (6% tem o 2º Ciclo do Ensino Básico e 16% tem o 3º Ciclo do Ensino Básico), a que acresce ainda um pequeno segmento de trabalhadores desprovido de qualquer nível de escolaridade completo (2%).

Relativamente às relações laborais, salienta-se a **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 81% dos trabalhadores das creches, muito embora coexistam outras tipologias de vínculos que atingem aproximadamente 1/5 dos recursos humanos da resposta social e que são sintomáticos de uma certa precariedade laboral, na medida em que comportam situações de maior vulnerabilidade ao desemprego e de incapacidade de exercer os direitos de trabalho.

Apenas **10% dos trabalhadores acumulam funções com outras respostas sociais**/valências do equipamento, aspeto positivo a salientar, verificando-se assim que a clara maioria destes trabalhadores se encontram com uma afetação horária de tempo inteiro à resposta (85% face a 15% que se encontram alocados em tempo parcial).

Os **recursos humanos afetos encontram-se repartidos por diversas funções**, no entanto, as mais frequentes são as de auxiliares, cozinheiros e técnicos que correspondem a 81% do total de trabalhadores (34%, 26% e 21% respetivamente).

O **financiamento das creches** no concelho encontra-se suportado por quatro tipologias de fontes de financiamento, no entanto, apenas os acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes se observa nas três creches. Já os subsídios eventuais e os programas configuram fontes de financiamento menos frequentes, tendo sido identificadas cada uma delas por uma única creche respetivamente. As fontes de financiamento de carácter privado constituem-se fulcrais para garantir a sustentabilidade financeira que permita garantir a missão destas respostas sociais, no entanto, a volatilidade da procura, associada à quebra de natalidade, à inflação, entre outros aspetos, justificam a **necessidade de diversificar as fontes de financiamento** nestas respostas sociais.

Quanto a **investimentos programados a curto prazo, as entidades gestoras das creches apresentam-se tendencialmente divididas**, com duas delas a terem investimentos programados, enquanto uma não apresenta perspetivas de investimento, para os próximos dois anos. O contexto de polícrises recentes, a forte incerteza do contexto atual e de subida dos preços representam fatores favoráveis à retração do investimento. Contudo, o investimento ininterrupto nas respostas sociais é determinante para assegurar a contínua qualidade do serviço prestado e adequação às novas necessidades dos utentes.

As áreas de investimento previstas centram-se na ampliação das instalações e na construção de um equipamento para aumentar a capacidade de resposta.

Caixa 6. Síntese da Resposta Social Creche

- Oferta concelhia constituída por 4 creches com um padrão de distribuição territorial marcado por uma forte rarefação na generalidade das freguesias do concelho, fator indelevelmente associado à existência de uma pirâmide etária tendencialmente invertida no concelho.
- Ausência de creches geridas por entidades privadas no concelho.
- Taxa de ocupação das creches consideravelmente elevada (93%) decorrente da conjugação de uma oferta relativamente circunscrita, a par com mudanças recentes no padrão da procura que revelam algum crescimento.
- Perfil dos recursos humanos alocados às creches pautado pela prevalência de trabalhadoras femininas, primazia de níveis de escolaridade de ensino secundário e de vínculos contratuais sem termo.
- Sustentabilidade financeira da resposta social dependente de acordos de cooperação, subsídios eventuais e os programas.

Centro de Atividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, de natureza socioeducativa vocacionada para o apoio à criança e à família, que proporciona atividades de acompanhamento, lazer e atividades específicas. Destinadas a crianças a partir dos 6 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais, antes ou depois da componente letiva (Carta Social, GEP).

Em 2023, encontravam-se em funcionamento **cinco centros de atividades de tempos livres (CATL)**, no concelho de Odemira. Estes eram **assegurados totalmente por entidades do Terceiro Setor** (Institutos de Organizações Religiosas, Associações de Solidariedade Social e Fundação de Solidariedade Social), não intervindo nesta resposta social qualquer entidade de natureza pública ou privada.

O **padrão locativo dos CATL** indica uma maior concentração em duas freguesias do concelho, nomeadamente, em Boavista dos Pinheiros e Vila Nova de Milfontes. A estas apenas acresce uma única resposta de CATL na freguesia sede de concelho.

Os CATL abrangiam um total de 120 utentes, muito embora estes apresentassem uma capacidade máxima instalada consideravelmente superior, contabilizando-se um total de 150 lugares. Por conseguinte, a **taxa de ocupação em CATL situava-se nos 80%**, indicativa da disponibilidade da oferta para continuar a acompanhar a eventuais acréscimos da procura.

A **evolução recente da procura registou uma quebra de cerca de -7%, no triénio 2019/2020 e 2021/2022**, tendo passado de 171 utentes para 159 utentes respetivamente. À semelhança do observado nas demais respostas sociais, também os CATL registaram os efeitos colaterais da Pandemia da COVID-19, pelo que no ano letivo seguinte ao eclodir da Pandemia (2020/2021) registou-se a quebra mais abrupta da procura, resultante primeiro da suspensão do funcionamento da generalidade das atividades e da economia e depois motivado pelas situações de isolamento social. Com a melhoria da situação de saúde pública, entre os anos letivos de 2020/2021 e de 2021/2022 observou-se uma recuperação assinalável da procura de 27,2%.

A estrutura etária dos utentes sugere uma **maior procura da resposta de CATL pelas famílias no âmbito do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB)**. Entre as crianças com 6 anos observa-se a procura mais baixa (15%), que tende a intensificar-se nos anos seguintes (crianças com 7 anos de idade constituem 22% dos utentes, com 8 anos de idade 27% e com 9 anos de idade 23%). As crianças com 10 anos ou mais anos têm um peso substancialmente inferior na estrutura dos utentes, constituindo estas 13%. Este decréscimo associado à mudança para o 2º CEB é motivado pelos maiores níveis de autonomia das crianças acompanhado de uma perceção parental de menores necessidades de acompanhamento escolar.

O **mercado de trabalho dos CATL em Odemira abrange um total de 55 recursos humanos**. O perfil dos trabalhadores de CATL apresenta como características dominantes a **forte prevalência de mulheres** (correspondentes a 87% do total de trabalhadores); tratar-se de uma **população particularmente jovem**, uma vez que 67% tem idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos de idade, ainda que a resposta social abranja trabalhadores desde os 29 até aos 69 anos de idade; com **níveis de instrução que se repartem entre o ensino secundário (40%) e o ensino superior (38%)**, muito embora agregando trabalhadores com os vários níveis do ensino básico; **prevalência de trabalhadores com vínculo laboral sem termo** (87%), enquanto os recursos humanos com outros vínculos laborais constituem uma franja menor dos recursos humanos (13%); e a elevada diversificação de funções, ainda que as funções de técnico e de auxiliares sejam as mais expressivas (33% respetivamente).

Como aspetos menos positivos há a salientar que a **grande maioria dos recursos humanos tem uma afetação horária à resposta de CATL em tempo parcial (91%)** e, como tal, **93% acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento**.

Em matéria de **fontes de financiamento**, a totalidade dos CATL do concelho dispõe de comparticipação dos utentes, sendo que maioritariamente beneficiam ainda de acordos de cooperação (4 CATL), não se assinalando qualquer outra fonte de financiamento.

A ampla maioria das entidades gestoras dos CATL não apresenta **investimentos programados a curto prazo (4)**, sendo que apenas 1 entidade respondeu afirmativamente. Os desafios atuais desfavoráveis que se verificam em termos de macrocontexto económico, nomeadamente, a inflação e a instabilidade do preço de bens e serviços, constituem-se fortemente inibidores dos padrões de investimento. Ainda assim, a única entidade com investimentos programados privilegia uma heterogeneidade de tipologias de investimento, em particular, nas áreas da renovação e remodelação e da aquisição de equipamento.

Embora a resposta seja destinada a crianças a partir dos 6 anos é importante importa salientar a necessidade de se criar uma resposta semelhante para as crianças mais novas, em idade de pré-escolar (dos 3 aos 6 anos de idade).

Sublinhe-se que, nos últimos anos, tem vindo a aumentar o número de crianças com necessidades específicas e portadoras de deficiência, com impacte nas respostas sociais inclusivas nomeadamente no CATL. Um dos desafios nesta resposta passa por assegurar a possibilidade de inclusão de crianças com deficiência, sendo desenvolvidos esforços conjuntos entre entidades do concelho para a criação de CATL inclusivos. A existência de recursos humanos qualificados nesta resposta para o apoio a crianças e jovens com deficiência é determinante.

Caixa 7. Síntese da Resposta Social CATL

- Oferta de CATL constituída por cinco respostas sociais geridas na sua totalidade por entidades do Terceiro Setor e com um padrão locativo pautado pela concentração em exclusivamente três freguesias, duas das quais (Boavista dos Pinheiros e Vila Nova de Milfontes) com uma maior oferta.
- Resposta social com uma capacidade instalada adequada para responder a eventuais acréscimos da procura nos próximos anos.
- Preferência das famílias pela resposta de CATL para crianças em idade de frequência do 1º CEB, verificando-se uma quebra da procura por crianças com 10 ou mais anos de idade.
- Perfil dos trabalhadores pautado pela forte prevalência de recursos humanos mulheres, com níveis de escolaridade ao nível secundário e do ensino superior, evidenciando-se alguns indicadores sintomáticos de precariedade laboral.
- Resposta social amplamente suportada na comparticipação dos utentes.
- Primazia de entidades gestoras de CATL desprovidas de investimentos programados para os próximos 2 anos, situação que reflete os desafios do contexto atual.

Intervenção Precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social (Carta Social, GEP).

Em 2023, **existia uma resposta social de intervenção precoce** no concelho de Odemira, assegurada pela Associação Paralisia Cerebral Odemira. Esta apresentava uma **localização central**, situada em São Salvador e Santa Maria na qualidade de freguesia sede de concelho.

De acordo com os dados da Carta Social do GEP, a capacidade máximo na resposta social intervenção precoce no concelho é de 79 atendimentos, em 2023, identificando-se um total de 74 utentes, o que traduz uma **taxa de ocupação** particularmente elevada de 94%. Embora esta resposta tenha um carácter dinâmico de entrada e saída de crianças/famílias apoiadas e o número possa variar mensalmente, foram assumidos os dados referente ao mês de dezembro, como ilustrativo desta realidade.

No triénio 2019/2020 a 2021/2022, a **evolução do número de utentes registou uma procura crescente, ainda que ligeira**, perfazendo uma taxa de variação positiva de cerca de 12%. O acréscimo de utentes observado traduz a atuação cada vez mais estruturada das organizações, assim como a crescente sensibilização familiar para a deteção e apoio das crianças com funções ou estruturas do corpo que limitam o crescimento pessoal, social, e a sua participação nas atividades típicas para a idade, bem como das crianças com risco grave de atraso no desenvolvimento. Importa ainda notar que esta trajetória de crescimento da procura verificou-se mesmo em pleno contexto pandémico, enquanto na generalidade das atividades e, em especial, das respostas e serviços sociais desencadeou quebras consideráveis nos níveis da procura.

Considerando a própria designação da resposta social que indica uma intervenção precoce na infância, esta é **dirigida para crianças entre os 0 e os 6 anos de idade**, visando assim assegurar um apoio e acompanhamento da criança tão cedo quanto possível. Sendo este o grupo de idades em que se encontram os utentes da resposta social no concelho, observa-se, no entanto, uma **prevalência de utentes com 3 anos de idade (25% dos utentes) e com 6 anos de idade (23%)**, uma vez que correspondem a idades de início (no caso dos 3 anos) ou fim (no caso dos 6 anos) de fases de desenvolvimento infantil e de mudança de resposta social ou educativa (ingresso no ensino pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico), em que há uma maior expectativa quanto à aquisição de determinadas competências e capacidades. Ainda assim identificam-se utentes de todas as idades, até aos 6 anos de idade, o que traduz a transversalidade etária das necessidades.

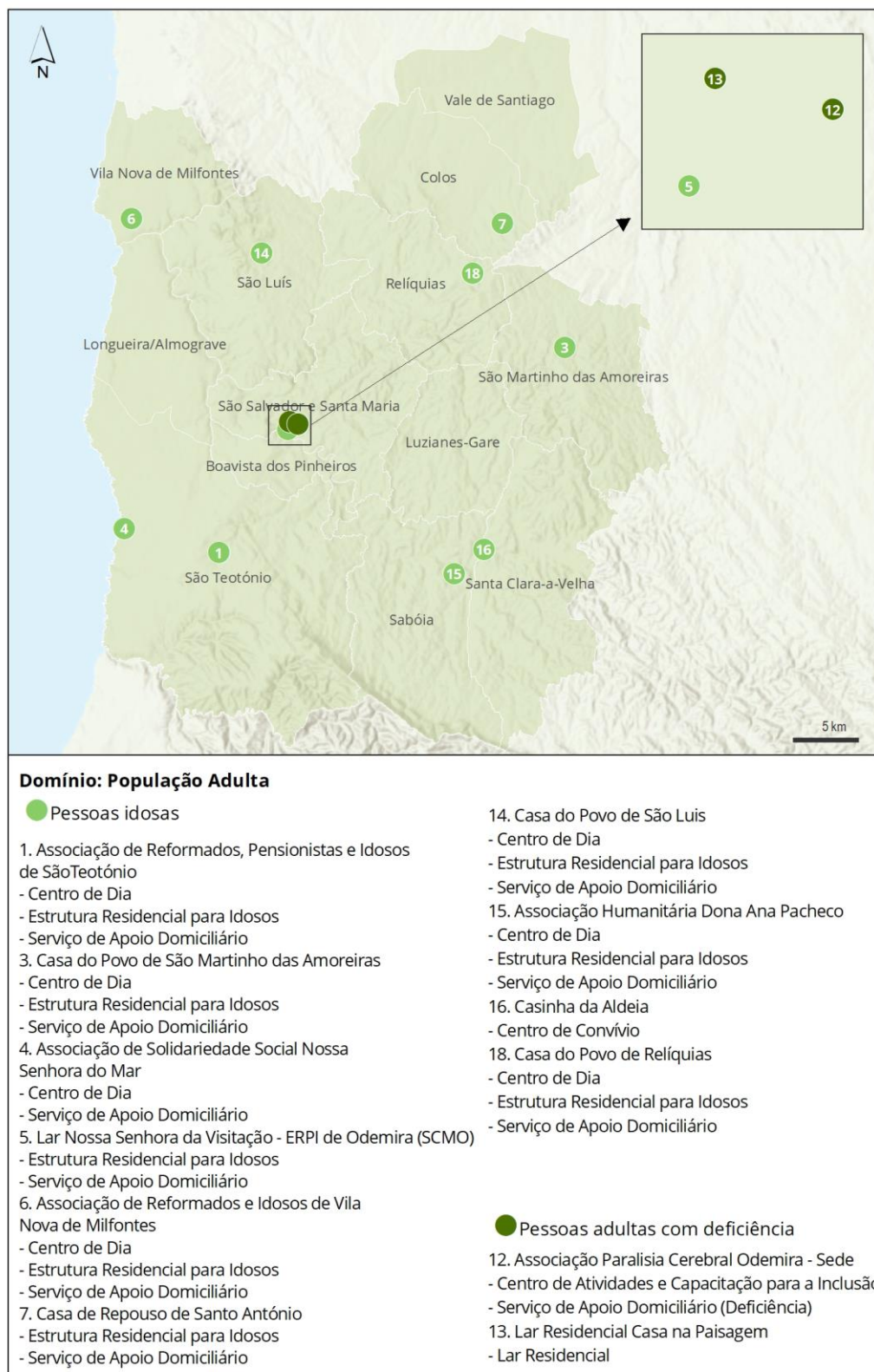
O mercado de emprego da **intervenção precoce abrange 10 trabalhadores**. O **perfil de recursos humanos** caracteriza-se por abranger exclusivamente indivíduos do sexo feminino, apresentando como aspeto menos positivo o facto de aproximadamente metade dos trabalhadores (4) acumularem as funções que desempenham na intervenção precoce com funções em outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 8. Síntese da Resposta Social Intervenção Precoce

- Concelho dispõe de uma resposta de intervenção precoce com localização na freguesia sede de concelho, mas de escala concelhia. A intervenção é realizada nos contextos naturais onde a criança vive a sua rotina, não se circunscrevendo naturalmente à vila de Odemira (onde se localiza a instituição que presta a resposta). Esta característica “itinerante” pode ser um modelo a adotar para respostas inovadoras e adequadas às características do concelho e à necessidade de promover a equidade no acesso.
- A evolução recente do quantitativo de utentes indica um crescimento paulatino da procura imune aos próprios efeitos colaterais negativos da Pandemia da COVID-19.
- Resposta social orientada para crianças que compreendem o período da educação pré-escolar.
- Perfil dos trabalhadores marcado pela exclusividade de recursos humanos do sexo feminino e por aproximadamente metade destes acumularem funções em outras respostas sociais/valências do equipamento.

4.3.2. População Adulta

Figura 30. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da população adulta, em Odemira, em 2023



Fonte: Inquérito RUR

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

Figura 31. Utentes e capacidade máxima instalada atual em ERPI (N.º)

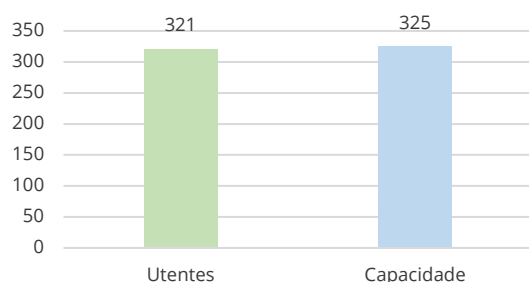
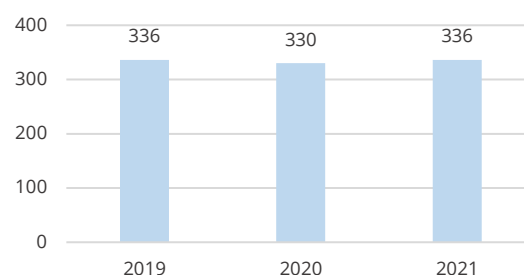


Figura 32. Utentes de ERPI no triénio 2019 a 2021 (N.º)



Serviço de Apoio Domiciliário

Figura 33. Utentes e capacidade máxima instalada atual em SAD (N.º)

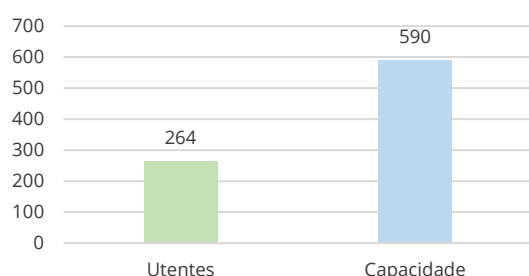
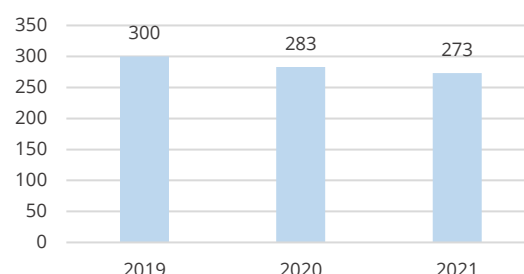


Figura 34. Utentes de SAD no triénio 2019 a 2021 (N.º)



Centro de Dia

Figura 35. Utentes e capacidade máxima instalada atual em centro de dia (N.º)

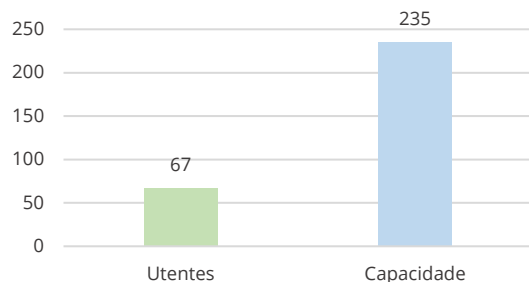
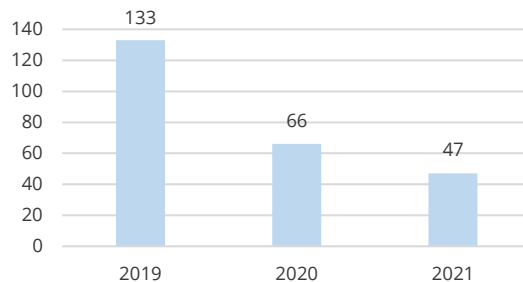


Figura 36. Utentes de centro de dia no triénio 2019 a 2021 (N.º)



Centro de Convívio

Figura 37. Utentes e capacidade máxima instalada atual em centro de convívio (N.º)

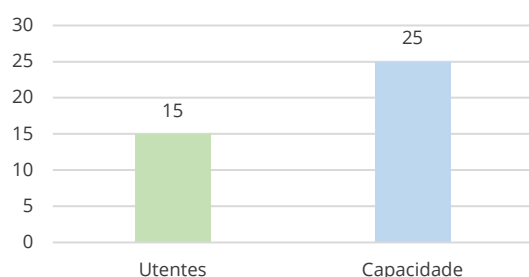
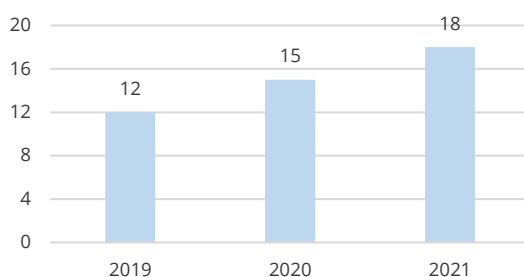


Figura 38. Utentes de centro de convívio no triénio 2019 a 2021 (N.º)



CACI

Figura 39. Utentes e capacidade máxima instalada atual em CACI (N.º)

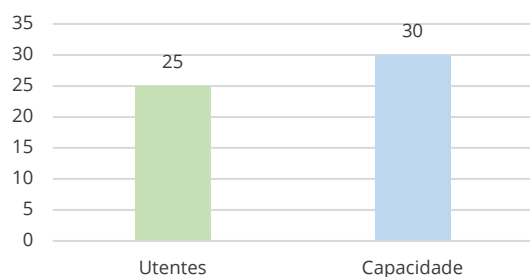
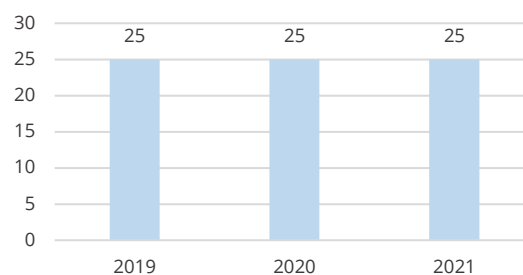


Figura 40. Utentes de CACI no triénio 2019 a 2021 (N.º)



Lar Residencial

Figura 41. Utentes e capacidade máxima instalada atual em lar residencial (N.º)

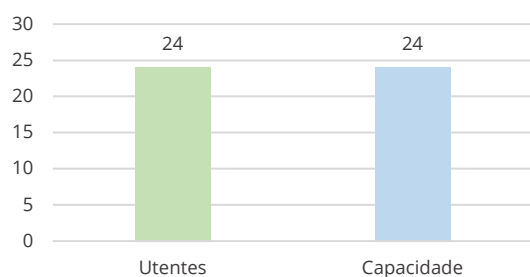
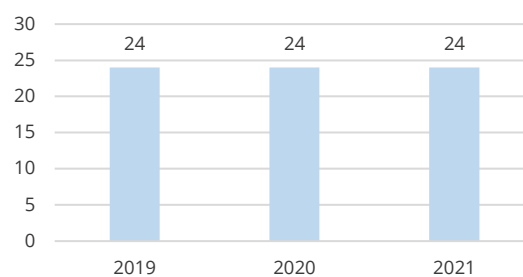


Figura 42. Utentes de lar residencial no triénio 2019 a 2021 (N.º)



4.3.2.1. Pessoas Idosas

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem (Carta Social, GEP).

O concelho de Odemira dispõe de **oito estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI)**, em 2023. Esta resposta social apresenta uma **assinalável dispersão territorial**, dispondo o município de uma ERPI em oito freguesias, o que demonstra, a um tempo, a dispersão do fenómeno do envelhecimento demográfico no concelho, e a outro tempo, o esforço de investimento da procura realizado ao longo dos últimos anos.

As ERPI são **geridas exclusivamente por entidades do Terceiro Setor**, não se verificando qualquer intervenção de entidades públicas ou privadas. Entre as entidades do Terceiro Setor identifica-se uma trilogia de tipologias, designadamente, de associações de solidariedade social, de irmandade da misericórdia/SCM e casa do povo.

De acordo com os resultados do inquérito realizado, as oito ERPI do concelho têm uma capacidade máxima instalada de 325 lugares, no entanto, contabilizavam-se 321 utentes, em 2023. Por conseguinte, a **taxa de ocupação em ERPI é manifestamente elevada, encontrando-se próxima do limiar máximo (99%)**. Complementarmente acresce notar que seis ERPI se encontram a funcionar no limite da capacidade instalada, sendo que apenas duas ERPI dispõem de lugares não ocupados, à data do recenseamento realizado (a Casa do Povo de Relíquias tem três lugares disponíveis e Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes um lugar).

Considerando o **tríénio 2019 a 2021, o quantitativo de utentes em ERPI manteve-se inalterado nos 336 utentes**. Apenas no ano marcado pelo eclodir da Pandemia foi observada uma regressão ligeira da procura (menos 6 utentes face aos anos anterior e seguintes). O contexto de emergência em saúde pública atingiu mais diretamente os idosos, quer em termos de maior vulnerabilidade à doença, quer pela sua maior vulnerabilidade às suas consequências mais gravosas (maior risco de doença grave e de letalidade). Em consequência, na generalidade das ERPI do país, verificaram-se algumas situações de desinstitucionalização dos idosos com regresso ao contexto familiar face ao receio de possíveis surtos, mas verificaram-se também óbitos motivados pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2, o que explica uma diminuição do número de utentes em ERPI, no ano de 2020.

A **estrutura etária dos utentes de ERPI revela uma procura primordialmente concentrada na quarta idade**, isto é, acima dos 80 anos de idade (81%), associado a um declínio da autonomia da pessoa idosa correlativo do aumento da idade. Não obstante, importa notar que as **ERPI do concelho têm institucionalizados utentes com uma diversidade de idades assinalável**, desde com idades compreendidas na faixa etária dos 60 aos 64 anos, até com 90 ou mais anos de idade. Esta heterogeneidade de idades evidencia, por um lado, que as situações de dependência, ainda que mais comuns entre as pessoas mais idosas, atingem indivíduos em idades distintas e, por outro lado, demonstra a coexistência de utentes de faixas etárias muito diferentes na mesma resposta social, situação que acarreta constrangimentos múltiplos para o próprio bem-estar dos utentes, situação que não deve ser negligenciada e preferencialmente deverá ser ultrapassada.

O **mercado de emprego associado às ERPI apresenta-se extenso no concelho, abrangendo 247 recursos humanos**. O perfil de trabalhadores apresenta como características dominantes a **forte prevalência de trabalhadoras mulheres** (95% do total de recursos humanos), **idades avançadas**, uma vez que 57% dos trabalhadores se encontra acima dos 50 anos de idade, demonstrando assim que muito embora a resposta social abranja trabalhadores de diversas idades (com 29 ou menos anos de idade até aos 60 ou mais anos), esta é uma área de intervenção social **menos atrativa para os trabalhadores mais jovens**; e com **incidência de baixos níveis**

de escolaridade (63% dos trabalhadores tem apenas o Ensino Básico, enquanto os trabalhadores com ensino superior constituem um segmento minoritário (10%)).

Os **recursos humanos repartem-se por uma vasta multiplicidade de funções**. Ainda assim, os **auxiliares constituem inquestionavelmente a função com maior prevalência** (62% dos trabalhadores). Pelo contrário, os dirigentes representam apenas 3% dos recursos humanos das ERPI.

A elevada intensidade de cuidados a prestar à pessoa institucionalizada em ERPI, sendo os utentes desta resposta social os que apresentam idades mais avançadas, níveis de dependência mais elevados e maior tempo de permanência nas instituições, faz desta uma resposta social particularmente exigente. Tal poderá assim explicar, por exemplo, que **93% dos recursos humanos das ERPI tenha uma afetação horária a tempo inteiro**. Ainda assim, **7% dos recursos humanos encontram-se afetos a esta valência apenas a tempo parcial**.

Como aspeto menos positivo, há a destacar que aproximadamente **¼ dos recursos humanos acumulam funções com outras respostas** sociais/valências do equipamento.

Relativamente às relações laborais, há uma **elevada prevalência de vínculos contratuais sem termo**, que abrangem 97% dos trabalhadores das ERPI.

O **funcionamento desta resposta social encontra-se essencialmente suportado em duas fontes de financiamento**, os acordos de cooperação, identificados pela totalidade das ERPI, e a comparticipação dos utentes indicada por 7 ERPI (uma entidade não respondeu a esta questão). A Casa de Repouso de Santo António- ERPI de Colos indicou ainda auferir subsídios eventuais e a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes assinalou receber donativos.

Maioritariamente as entidades gestoras das ERPI em Odemira não têm investimentos programados para esta resposta social para os próximos dois anos (7), com apenas uma entidade a indicar planos para a aquisição de equipamento, neste horizonte temporal.

Caixa 9. Síntese da Resposta Social ERPI

- Oferta composta por 8 ERPI, com uma assinalável distribuição no território concelhio, geridas exclusivamente por entidades do Terceiro Setor.
- Taxa de ocupação das ERPI no concelho próxima do limiar máximo (99%), com seis a funcionarem no limiar máximo da capacidade instalada (taxa de ocupação de 100%).
- Evolução da procura em ERPI praticamente inalterada, no triénio 2019 a 2021, com apenas o ano de 2020 a registar uma quebra de 6 utentes.
- Estrutura etária dos utentes indica maior procura acima dos 80 anos de idade, associado à perda de autonomia com o aumento da idade, ainda que as ERPI abranjam utentes de idades bastante heterogéneas, o que acarreta constrangimentos significativos.
- Mercado de emprego das ERPI com dimensão considerável no concelho (321 trabalhadores) e um perfil marcado por forte prevalência de trabalhadoras mulheres, idades mais avançadas e níveis de escolaridade reduzidos (com o Ensino Básico).
- Funcionamento das ERPI essencialmente suportado em duas fontes de financiamento, os acordos de cooperação e a comparticipação dos utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu **domicílio**, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária (Carta Social, GEP).

Em 2023, **Odemira dispunha de dez Serviços de Apoio Domiciliário (SAD)**, o que fazia desta a maior do concelho em termos de respostas. O padrão locativo do SAD caracterizava-se por uma **assinalável dispersão no território concelhio**, com oito freguesias a disporem desta resposta social. As freguesias de São Salvador e Santa Maria e de São Teotónio eram as únicas que dispunham de dois SAD, com as demais a terem uma única resposta ERPI, nomeadamente, Vila Nova de Milfontes, Sabóia, Colos, Relíquias, São Luís e São Martinho das Amoreiras.

De acordo com os resultados do inquérito realizado, os dez SAD do concelho têm uma capacidade máxima instalada que lhes permite responder a 590 utentes, no entanto, apenas se verificavam 264 utentes, o que perfazia uma **taxa de ocupação bastante reduzida (45%)**. Com exceção da Associação de Solidariedade Social Nossa Senhora do Mar que apresentava uma taxa de ocupação de 100% (associado ao facto de se tratar do SAD com menor capacidade instalada, para apenas 15 utentes), todos os restantes SAD registavam um quantitativo de utentes atual consideravelmente abaixo da sua capacidade de resposta, dispondo em geral de margens significativas para continuarem a responder ao crescimento da procura.

No triénio 2019 a 2021, a **evolução de utentes em SAD registou uma quebra de -9%**, passando paulatinamente de 300 utentes, em 2019, para 283, em 2020, para 273, em 2021.

O **perfil de utentes** de SAD caracteriza-se por uma **ligeira primazia de indivíduos do sexo masculino (55%)**, enquanto 45% eram do sexo feminino. Quanto à variável idade, registam-se utentes desde a faixa etária entre os 50 e os 54 anos de idade até aos 90 ou mais anos, ainda assim, há uma **maior procura a partir da faixa etária dos 75 aos 79 anos**, associado ao aumento da dependência que se verifica com o avançar da idade. Assim, os utentes acima desta faixa etária representam 74% do total de utentes de SAD.

Concomitantemente à heterogeneidade de idades dos utentes de SAD, **assinala-se ainda uma diversidade de tipologias de grupos-alvo apoiados** por esta resposta social. Muito embora a maioria dos SAD tenha indicado a população idosa como o grupo-alvo apoiado (todos os SAD do concelho, com exceção da Associação Paralisia Cerebral Odemira), dois SAD assinalaram a população com deficiência (a Associação Paralisia Cerebral Odemira e Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes) e cinco indicaram ainda a população em situação de dependência (a Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras, a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes, a Casa do Povo de São Luís, a Associação Humanitária D. Ana Pacheco e a Casa do Povo de Relíquias).

Resposta social da maior relevância a utentes em situação de dependência que se mantêm no domicílio, os SAD do concelho **servem, em média, 546 refeições diárias**. O almoço constitui incontornavelmente o maior número de refeições diárias servidas (40%), seguidas do jantar (29%), apresentando o pequeno-almoço e o lanche uma expressão consideravelmente inferior (18% e 13% respetivamente).

O **mercado de emprego afeto ao SAD abrange aproximadamente uma centena de trabalhadores** no concelho (93 trabalhadores), sendo que **54% acumulam funções com outras respostas sociais/valências** do equipamento. Com um perfil marcado primordialmente pela maior incidência de **recursos humanos mulheres** (96%), com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos de idade (38%), muito embora registre trabalhadores de todas as idades, e com o Ensino Básico (55%). Esta resposta social agrega uma multiplicidade de funções, constituindo a função de auxiliar a mais frequente (43%).

No que trata às **relações laborais**, a quase totalidade de trabalhadores apresenta vínculo contratual sem termo (99%), sintomático de uma estabilidade contratual.

Em termos de afetação horária verifica-se que 72% dos trabalhadores se encontra alocado a tempo inteiro ao SAD, enquanto 28% apenas a tempo parcial.

O funcionamento dos SAD assenta numa **considerável diversidade de fontes de financiamento**. Os acordos de cooperação são efetivamente os mais comuns, identificando-se na totalidade dos SAD, seguidos pela comparticipação dos utentes indicado por 9 SAD. Embora menos frequentes, dois SAD indicaram protocolos com a Câmara Municipal de Odemira, um SAD subsídios eventuais e um outro auferir de donativos.

Maioritariamente as entidades gestoras das SAD no concelho não apresentam investimentos programados para esta resposta social para os próximos dois anos (9), com apenas uma entidade a considerar a realização de obras de manutenção, durante este período. O contexto de polícrises recentes, a forte volatilidade dos preços de bens e serviços associado a uma quebra de utentes continuada, no período 2019 a 2021, podem justificar esta contração dos investimentos.

Caixa 10. Síntese da Resposta Social SAD

- Resposta social composta por 10 SAD no concelho de Odemira, com um padrão locativo caracterizado por uma assinalável dispersão.
- Resposta social com uma taxa de ocupação no concelho substancialmente reduzida (45%), com apenas um único SAD a funcionar no limite da capacidade instalada do serviço.
- Evolução da procura registou uma quebra de -9% de utentes, entre 2019 e 2021.
- Perfil de utentes com ligeira primazia dos indivíduos do sexo masculino e acima da faixa etária compreendida entre os 75 e os 79 anos de idade.
- Resposta social primordialmente orientada para a população idosa, no entanto, também abrange outros públicos-alvo em situação de dependência, tais como a população com deficiência e indivíduos que se encontrem em situação de dependência transitória ou definitiva.
- Mercado de emprego afeto ao SAD no concelho com aproximadamente uma centena de trabalhadores.
- Prevalência de SAD sem investimentos programados para os próximos dois anos.

Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar (Carta Social, GEP).

Em 2023, existiam **sete centros de dia** no concelho de Odemira. A distribuição espacial desta resposta social indicava uma pulverização pelo território concelhio, existindo em aproximadamente metade das freguesias, nomeadamente, sendo que nas freguesias de Vila Nova de Milfontes, Sabóia, Relíquias, São Luís, São Martinho das Amoreiras existia um centro de dia, enquanto na freguesia de São Teotónio a oferta era ligeiramente mais alargada (2 centros de dia). Este padrão locativo deixava assim a descoberto o eixo central do concelho composto pelas freguesias de Longueira/Almograve, Boavista dos Pinheiros, Luzianes-Gare e pela freguesia sede de concelho, bem como as duas freguesias situadas no setor mais a Norte do concelho (Vale de Santiago e Colos).

A capacidade instalada era de 235 lugares, no entanto, os centros de dia registavam apenas 67 utentes, o que perfazia uma **taxa de ocupação consideravelmente reduzida (29%)**. A evolução do número de utentes teve, no triénio 2019 a 2021, uma quebra muito pronunciada de -65%, passando dos 133 utentes, em 2019, para os 66 no ano da pandemia (2020), até se situar nos 47 utentes, em 2021. Este decréscimo de utentes resultou diretamente do impacto da Pandemia e do isolamento dos idosos associado à sua maior vulnerabilidade à doença.

O **perfil dos utentes** desta resposta social caracterizava-se por uma prevalência de mulheres (57%, face a 43% que são indivíduos do sexo masculino) e por uma diversidade de faixas etárias (desde os 55 aos 59 anos até aos 90 ou mais anos de idade). Ainda assim, até à faixa etária dos 70 aos 74 anos, a procura era reduzida (20%), o que faz desta uma resposta social orientada especialmente para a população mais idosa do concelho.

A totalidade dos centros de dia tinham como público-alvo a população idosa, no entanto, a Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes registava também entre os seus utentes a população com deficiência e quatro centros de dia apoiavam também pessoas em situação de dependência, transitória ou definitiva.

Os centros de dia serviam em **média 271 refeições diárias**, sendo que os pequenos-almoços, almoços e lanches assumiam a mesma expressão (72 refeições diárias respetivamente). Os jantares eram a refeição diária em média menos servida (52 refeições).

O mercado de emprego afeto a esta valência abrangia um total de **68 recursos humanos**, sendo ocupado maioritariamente por mulheres (88%), na faixa etária entre os 50 e os 69 anos de idade que constituíam 40% do total de trabalhadores, ainda que abrangendo trabalhadores de todas as idades. Este segmento de trabalhadores apresenta, sobretudo, o ensino secundário (38%), seguido do 3º CEB (29%), ainda assim, 16% tem o ensino superior e registam-se trabalhadores com níveis de escolaridade consideravelmente mais baixos. Esta é uma resposta social cujo funcionamento assenta numa multiplicidade de funções, entre as quais se assinalam como as mais relevantes as de auxiliar (38%), técnico (18%), cozinheiro (14%) e motorista (11%), sendo que 6% da estrutura de recursos humanos é composta por dirigentes, coexistindo ainda outras funções, embora com peso residual.

As relações laborais desta resposta social apresentam como características mais marcantes o facto de **81% dos trabalhadores ter um vínculo laboral sem termo**, fator que, ainda assim, não permite descurar que cerca de 1/5 dos trabalhadores apresenta outros vínculos, situação que poderá acarretar maiores níveis de vulnerabilidade contratual. A afetação horária dos trabalhadores indica que 74% está afeto a tempo inteiro e 26% a tempo parcial, sendo que 43% destes acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

O funcionamento desta resposta social encontra-se na **dependência de apenas duas fontes de financiamento**, sendo os acordos de cooperação a única que que é transversal à totalidade dos centros de dia (100%), enquanto a comparticipação dos utentes é indicada apenas por 6.

A trajetória de aceleração da inflação, os efeitos subsequentes da Pandemia em termos de isolamento dos mais idosos, com a quebra muito pronunciada do quantitativo de utentes verificado no último ano, traduzem-se em **baixas perspectivas de investimento** das entidades gestoras dos centros de dia, para os próximos 2 anos. Efetivamente, apenas num único centro de dia estão programados investimentos circunscritos à aquisição de equipamento.

Caixa 11. Síntese da Resposta Social Centro de Dia

- Resposta social composta por 7 centros de dia no concelho, localizados em aproximadamente metade das freguesias e deixando algumas unidades territoriais contíguas a descoberto.
- Resposta social com uma taxa de ocupação no concelho muito reduzida (29%) refletindo os impactos negativos da pandemia.
- Evolução da procura com quebra muito pronunciada de -65% de utentes, entre 2019 e 2021.
- Perfil de utentes marcado pela preponderância das mulheres (57%) e acima da faixa etária compreendida entre os 75 e os 79 anos de idade.
- Resposta social primordialmente orientada para a população idosa, no entanto, também abrange outros públicos-alvo em situação de dependência, tais como a população com deficiência e indivíduos que se encontrem em situação de dependência transitória ou definitiva.
- Mercado de emprego afeto aos centros de dia no concelho dominado pelos recursos humanos do sexo feminino.
- Reduzida perspectiva de investimentos programados para os próximos dois anos decorrente da concertação de fatores diversos.

Centro de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade (Carta Social, GEP).

Em 2023, o concelho de Odemira contava com **um único centro de convívio**, a Casinha da Aldeia, localizado na freguesia Santa Clara-a-Velha.

Esta resposta social registava um número circunscrito de **utentes (15)**, que se situava abaixo da capacidade máxima instalada (25 lugares), pelo que detinha uma **taxa de ocupação de 60%**. Ainda assim, uma análise diacrónica relativa ao período de 2019 a 2021, indica que o quantitativo de utentes cresceu de forma paulatina (12, em 2019, para 15, em 2020, para 18, em 2021).

Considerando o período de realização dos inquéritos, estes dados traduzem naturalmente o impacto da pandemia da COVID-19 e o subsequente encerramento dos centros de convívio. Porém, mesmo após a sua reabertura, os níveis da procura não acompanharam o ritmo de retoma da generalidade da economia e da sociedade, uma vez que a maior vulnerabilidade à doença despoletou situações mais complexas de isolamento social e subsequente solidão entre a população idosa. Atualmente, os centros de convívio enfrentam ainda novos desafios de contínua adequação às necessidades do seu público-alvo, à medida que se verifica uma mudança do perfil da população sénior e idosa. A chegada à idade da reforma de uma população mais instruída, qualificada, com maior literacia digital e níveis de exigência globalmente superiores, coloca desafios à tipologia de atividades sócio recreativas e culturais dinamizadas nos centros de convívio e que importa considerar, pelo impacte que estas desempenham na sua viabilidade futura.

Nesta resposta social são disponibilizados aos utentes atividades desportivas, musicais e culturais, existindo ainda serviço de refeições, sendo servidas em média 15 lanches diariamente.

O perfil de utentes dos centros de convívio encontra-se marcado pela **primazia das mulheres** (12 face a 7 homens) e por idades mais jovens do que as observadas nas demais respostas sociais para as pessoas idosas (47% dos utentes tem entre os 65 e os 74 anos de idade), estando a estas associados maiores níveis de autonomia que lhes possibilita a deslocação e participação nas atividades aí organizadas. Ainda assim, um segmento muito significativo dos utentes apresenta 80 ou mais anos de idade (37%).

O funcionamento do centro de convívio encontra-se suportado, em termos de fontes de financiamento, por um **protocolo com a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha**. A resposta social não apresenta investimentos programados a curto prazo.

Caixa 12. Síntese da Resposta Social Centro de Convívio

- Resposta social composta por um único centro de convívio no concelho, localizado na freguesia Santa Clara-a-Velha.
- Reduzido número de utentes e baixa taxa de ocupação.
- Evolução da procura positiva, mas ténue, no triénio 2019 a 2021, sintomática da pandemia, mas também da mudança de perfil da população idosa.
- Inexistência de investimentos programados para os próximos dois anos.

4.3.2.2. Pessoas Adultas com Deficiência

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade (Carta Social, GEP).

Em 2023, o concelho de Odemira dispunha de **um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**, a Associação Paralisia Cerebral Odemira localizado situada na freguesia de São Salvador e Santa Maria e, como tal, com uma localização central à escala concelhia.

O CACI dispunha de uma capacidade máxima instalada de 30 lugares, registando-se um total de 25 utentes, pelo que dispunha de uma **taxa de ocupação de 83%**. No triénio 2019 a 2021, o quantitativo de utentes manteve-se inalterado nos 25 utentes anualmente. Contudo, segundo a entidade (Associação de Paralisia Cerebral de Odemira), após a passagem para as novas instalações essa capacidade será de imediato atingida, registando-se inclusive lista de espera.

Destinado a desenvolver atividades para jovens e adultos com idade igual ou superior a 16 anos com paralisia cerebral, situações neurológicas afins, e outras deficiências, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva, o **CACI não dispunha de utentes com idade igual ou inferior a 20 anos de idade** (relacionado com o seguimento das orientações para uma escola inclusiva e uma escolaridade obrigatória até aos 18 anos), sendo que nas faixas etárias seguintes é observada uma repartição relativamente homogénea dos utentes. Com efeito, 20% dos utentes encontrava-se na faixa etária dos 20 aos 29 anos de idade, 24% dos 30 aos 39 anos e dos 40 aos 49 anos respetivamente, **28% dos 50 aos 59 anos** e 4% com 60 ou mais anos. Os utentes desta resposta social apresentavam ainda um forte equilíbrio entre os sexos, com 13 indivíduos a serem do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

De acordo com a tipologia de deficiência, **aproximadamente metade dos utentes apresentava deficiência psicológica/intelectual (12)**, coexistindo outras situações como a multideficiência (deficiência profunda) em 8 utentes e a deficiência motora (5 utentes).

O CACI tem como principal finalidade desenvolver atividades para jovens e adultos cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva. Assim, as atividades desenvolvidas apresentam-se heterogéneas e passam por serviços de refeições, ateliers ocupacionais, viagens/organização de passeios, atividades culturais/recreativas, apoio psicológico, terapia da fala, fisioterapia e psicomotricidade, atividades terapêuticas, atividades socialmente úteis e promoção/desenvolvimento do bem-estar físico, emocional psíquico e social.

Deve igualmente assinalar-se algumas atividades que têm tido um investimento contínuo, mostrando resultados ao nível do desenvolvimento pessoal e inclusão na comunidade, nomeadamente o desporto adaptado (boccia, futsal adaptado e andebol adaptado e, atualmente, canoagem), a equitação terapêutica e as parcerias com entidades do foro artístico com enfoque na saúde mental.

Esta resposta social **agregava um total de 17 recursos humanos**, sendo que maioritariamente eram do sexo feminino (16 trabalhadores). Destes, 7 recursos humanos acumulavam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 13. Síntese da Resposta Social CACI

- Resposta social composta por um CACI com uma localização central no concelho de Odemira.
- CACI com uma taxa de ocupação de 83% e sem alteração de utentes no triénio marcado pela pandemia da COVID-19 (2019 a 2020). Contudo, após a passagem para as novas instalações essa capacidade será de imediato atingida, registando-se inclusive lista de espera.
- Resposta social destinada a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, não apresenta utentes com idade igual ou inferior a 20 anos, mas regista utentes nas diversas faixas etárias superiores, apresentando um forte equilíbrio entre os utentes do sexo masculino e feminino.
- Cerca de metade dos utentes com deficiência psicológica/intelectual (12 indivíduos) embora coexistindo utentes coim outras tipologias de deficiências.
- Resposta social com uma multiplicidade de atividades que visam garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.

Lar Residencial

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar (Carta Social, GEP).

Em 2023, o município de Odemira dispunha de **um lar residencial** destinado a pessoas com deficiência e incapacidade, gerido pela Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, cujo equipamento se localizava na freguesia sede de concelho (São Salvador e Santa Maria).

Com uma capacidade máxima instalada para 24 utentes, o lar residencial não dispunha de qualquer vaga disponível, apresentando, por isso, uma **taxa de ocupação de 100%**. Esta configurava uma situação inalterada no decurso dos anos mais recentes, com o quantitativo de utentes a manter-se persistentemente nos 24.

O **perfil de utentes** apresentava uma heterogeneidade de tipologias de deficiência, no entanto, a deficiência psicológica/intelectual constituía-se como a mais expressiva (22 utentes). Contabilizavam-se ainda 15 utentes com deficiências auditivas, de visão e linguagem, 10 utentes com deficiência motora e 4 com situações de multid deficiência (deficiência profunda). A repartição por género indica uma preponderância de utentes do sexo masculino (17), contabilizando-se um número de utentes mulheres claramente inferior (7). Relativamente aos grupos etários, o lar residencial de Odemira conta com utentes das mais diversas idades, visto que 13% se encontra entre os 20 e os 29 anos, 21% entre os 30 e os 31 anos, 33% entre os 40 e os 49 anos, 25% entre os 50 e os 59 anos e 8% com 60 ou mais anos de idade.

Sendo o lar residencial um alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de adultos com diferentes tipologias de deficiências e, que por essa razão, se encontram impedidos de residir no seu seio familiar, é assegurada nesta resposta social uma **diversidade de serviços** com vista a proporcionar a supressão das necessidades básicas desta população, tais como serviços de refeições, tratamento de roupas, cuidados de saúde e higiene pessoal, mas também serviços que visam garantir níveis adequados de bem-estar e integração, como sendo atividades culturais/recreativas, ateliers ocupacionais e viagens/organização de passeios.

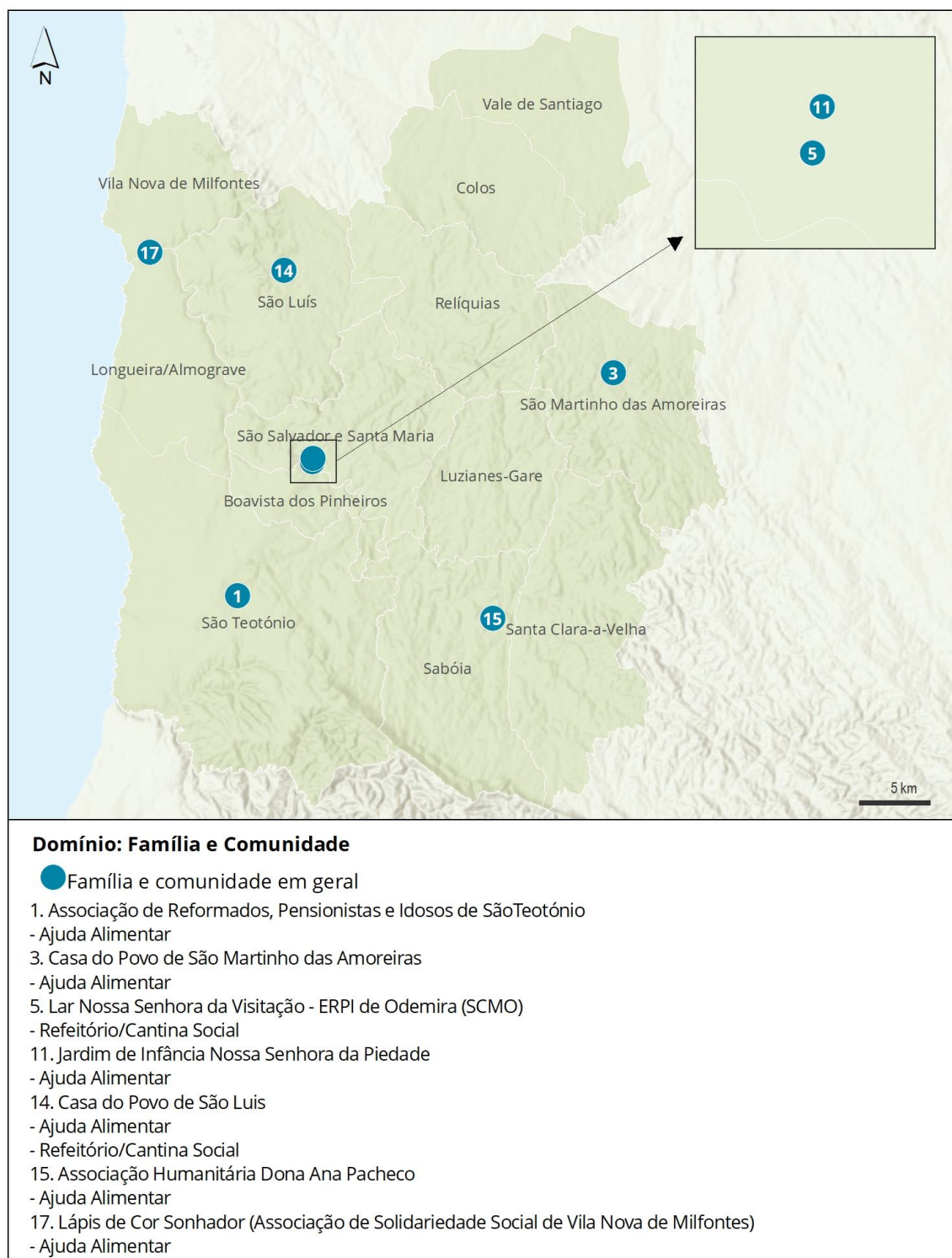
O lar residencial **abrange 25 recursos humanos**, sendo que apenas um único trabalhador era homem, o que revela a forte feminização do trabalho alocado a esta tipologia de resposta social. De salientar ainda que 28% dos trabalhadores acumulavam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 14. Síntese da Resposta Social Lar Residencial

- Resposta social composta por um lar residencial com uma localização central no concelho de Odemira.
- Lar residencial com uma taxa de ocupação de 100% inalterada no decurso dos últimos anos, sintomático da elevada procura que a resposta social regista.
- Resposta social com preponderância de utentes do sexo masculino e deficiências auditivas, de visão e linguagem, muito embora com uma assinalável heterogeneidade de grupos etários.
- Resposta social com diversidade de serviços que visam simultaneamente assegurar as necessidades básicas diárias dos utentes, mas também orientados para a promoção do seu bem-estar.

4.3.3. Família e comunidade

Figura 43. Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção da família e comunidade, em Odemira, em 2023



Fonte: Inquérito RUR

Ajuda alimentar

Figura 44. Utentes e capacidade máxima instalada atual em ajuda alimentar (N.º)

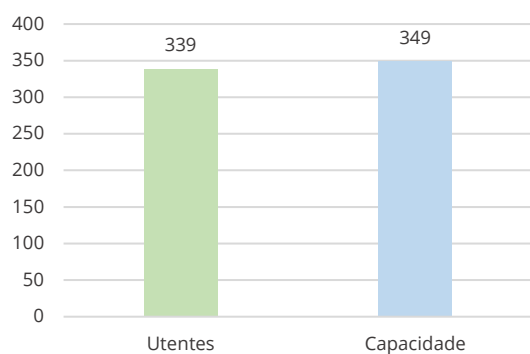
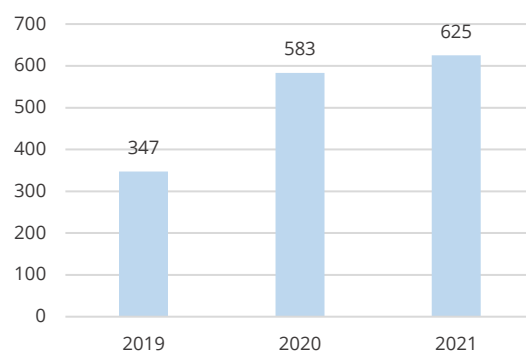


Figura 45. Cabazes distribuídos no âmbito da resposta social ajuda alimentar, entre 2019 e 2021 (N.º)



Cantina social

Figura 46. Utentes e capacidade máxima instalada atual em cantina social (N.º)

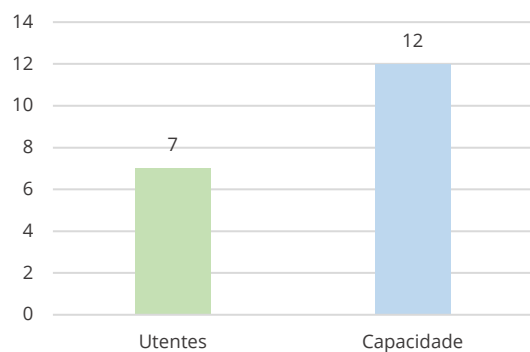
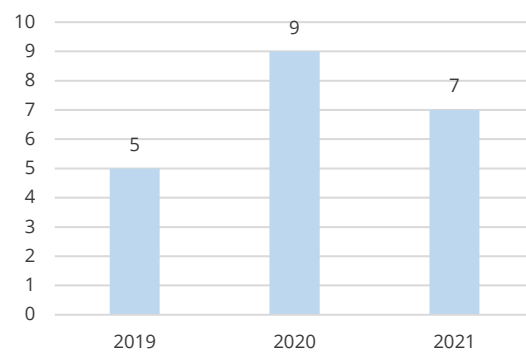


Figura 47. Utentes de cantina social no triénio 2019 e 2021 (N.º)



Ajuda Alimentar

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias (Carta Social, GEP).

Em 2023, existiam **seis respostas sociais de ajuda alimentar no concelho de Odemira**. A implantação territorial desta valência no município apresenta um padrão locativo difuso, encontrando-se localizada em seis freguesias do concelho, designadamente, São Teotónio, Vila Nova de Milfontes, Sabóia, São Luís, São Martinho e São Salvador e Santa Maria.

As seis respostas de ajuda alimentar totalizavam **339 utentes**, sendo a capacidade máxima instalada de 349 atendimentos, pelo que a valência apresenta uma **taxa de ocupação próxima do seu limiar máximo (97%)**. A avaliação da taxa de ocupação desta tipologia de resposta social exige que se considere devidamente uma certa volatilidade dos atendimentos, no entanto, a evolução dos cabazes distribuídos, no triénio 2019 a 2021, são sintomáticos do crescimento muito acentuado e contínuo da procura (taxa de variação de 80%, tendo-se passado de 347 cabazes, em 2019, para 625, em 2021). A evolução da procura é igualmente confirmada pelo crescimento das famílias apoiadas, que de 27, em 2019, passaram a ser 67, em 2021.

Múltiplos fatores concorrem para este acréscimo da procura, designadamente, a crise pandémica que levou a que muitas empresas tenham sido forçadas a fechar temporariamente os seus estabelecimentos para cumprirem as restrições da COVID-19. Não obstante, as medidas de apoio às empresas implementadas pelo Governo português, quer por efeito do lay-off, quer como consequência do encerramento definitivo de algumas empresas, levou à perda de rendimento de muitos indivíduos com impacte financeiro nas famílias. A intensificação dos esforços das entidades e do trabalho em parceria possibilitou assegurar ajuda a um maior número de utentes que se traduz, por conseguinte, na evolução da procura registada.

Ainda assim, importa salientar que a resposta social tem uma taxa de ocupação próxima do limiar máximo, num momento profundamente marcado por uma nova crise económica, com uma acentuada volatilidade dos preços de bens e serviços, enquanto o concelho se depara com uma forte polarização de fluxos migratórios motivada, sobretudo, por razões económicas. Esta conjuntura poderá assim constituir uma pressão adicional sob a resposta de ajuda alimentar no concelho.

Os **serviços desenvolvidos** têm como propósito proporcionar a distribuição de géneros alimentícios aos indivíduos e famílias em situação de maior vulnerabilidade. Com efeito, as seis respostas de ajuda alimentar asseguram o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes, verificando-se que apenas uma única resposta efetua ainda serviços de encaminhamento para respostas, serviços ou prestações. De notar que não são desenvolvidos serviços de recolha e distribuição de excedentes alimentícios não confeccionados, bem como diagnóstico e/ou avaliação de outras necessidades das/dos utentes.

O mercado de emprego afeto à ajuda alimentar abrange um total de **16 recursos humanos**, constatando-se uma primazia de mulheres (14). Muito embora esta resposta social tenha um funcionamento tradicionalmente assente no voluntariado, tal não se verifica no concelho. A salientar ainda que 88% dos recursos humanos acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Entre as fontes de financiamento específicas para o funcionamento da ajuda alimentar, **os programas representam a fonte mais relevante**, tendo sido identificadas por cinco entidades. Cumulativamente, em três respostas foram também identificados os acordos de cooperação, tendo ainda uma entidade assinalado outras fontes de financiamento não especificadas.

A totalidade das entidades não apresenta investimentos previstos a realizar nos próximos dois anos.

Caixa 15. Síntese da Resposta Social Ajuda Alimentar

- Concelho com seis respostas de ajuda alimentar com um padrão locativo difuso no concelho.
- Resposta social com uma taxa de ocupação próxima do limiar máximo (97%), a par de uma evolução acentuada da procura, num contexto marcado por uma nova crise económica e forte polarização concelhia de fluxos migratórios.
- Serviços desenvolvidos centrados primordialmente em assegurar o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes.
- Mercado de emprego com um total de 16 recursos humanos, maioritariamente constituído por mulheres e desprovido de trabalho voluntário.
- Os programas constituem-se como a principal fonte de financiamento específica para funcionamento da resposta no concelho.

Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas (Carta Social, GEP).

Em 2023, existiam **duas respostas de cantina social** no concelho de Odemira. Uma em funcionamento da Casa do Povo de São Luís, na freguesia de São Luís, e outra na Santa Casa da Misericórdia de Odemira, instalada na freguesia sede de concelho, sendo que a segunda atualmente não assegura qualquer refeição, nem tem utentes, pelo que a generalidade da informação apresentada seguidamente se reporta unicamente à Casa do Povo de São Luís.

O **funcionamento da resposta social apresenta-se muito circunscrito**, registando-se sete utentes e uma capacidade máxima instalada que permite apoiar 12 utentes, sendo de notar que esta informação se circunscreve à Casa do Povo de São Luís. A **taxa de ocupação situa-se, portanto, nos 58%**, ainda assim, esta avaliação deverá considerar a acentuada volatilidade da procura subjacente a esta tipologia de resposta social, fortemente influenciada pela conjuntura económica e pelas dinâmicas sociais.

Entre **2019 e 2021, o quantitativo de utentes manteve-se anualmente muito baixo, inferior a uma dezena**, marcado por ténues oscilações, tendo passado de 5 utentes, em 2019, para 9 utentes, em 2020, e 7 utentes, em 2021. Esta evolução da procura é sintomática do país ter ultrapassado o período de maior vulnerabilidade económica e social verificado na década anterior, no seguimento da crise do mercado imobiliário que motivou o crescimento desta resposta social na generalidade do país.

O perfil de utentes da resposta social caracterizava-se ainda por serem **predominantemente residentes na freguesia** e por procurarem esta valência em resultado dos seus baixos recursos económicos para a supressão de necessidades básicas relacionadas com a alimentação.

Os serviços assegurados pelas cantinas sociais apresentam-se, sobretudo, associados à finalidade de fornecimento de refeições, sendo servidos em média 7 almoços e 5 jantares diariamente.

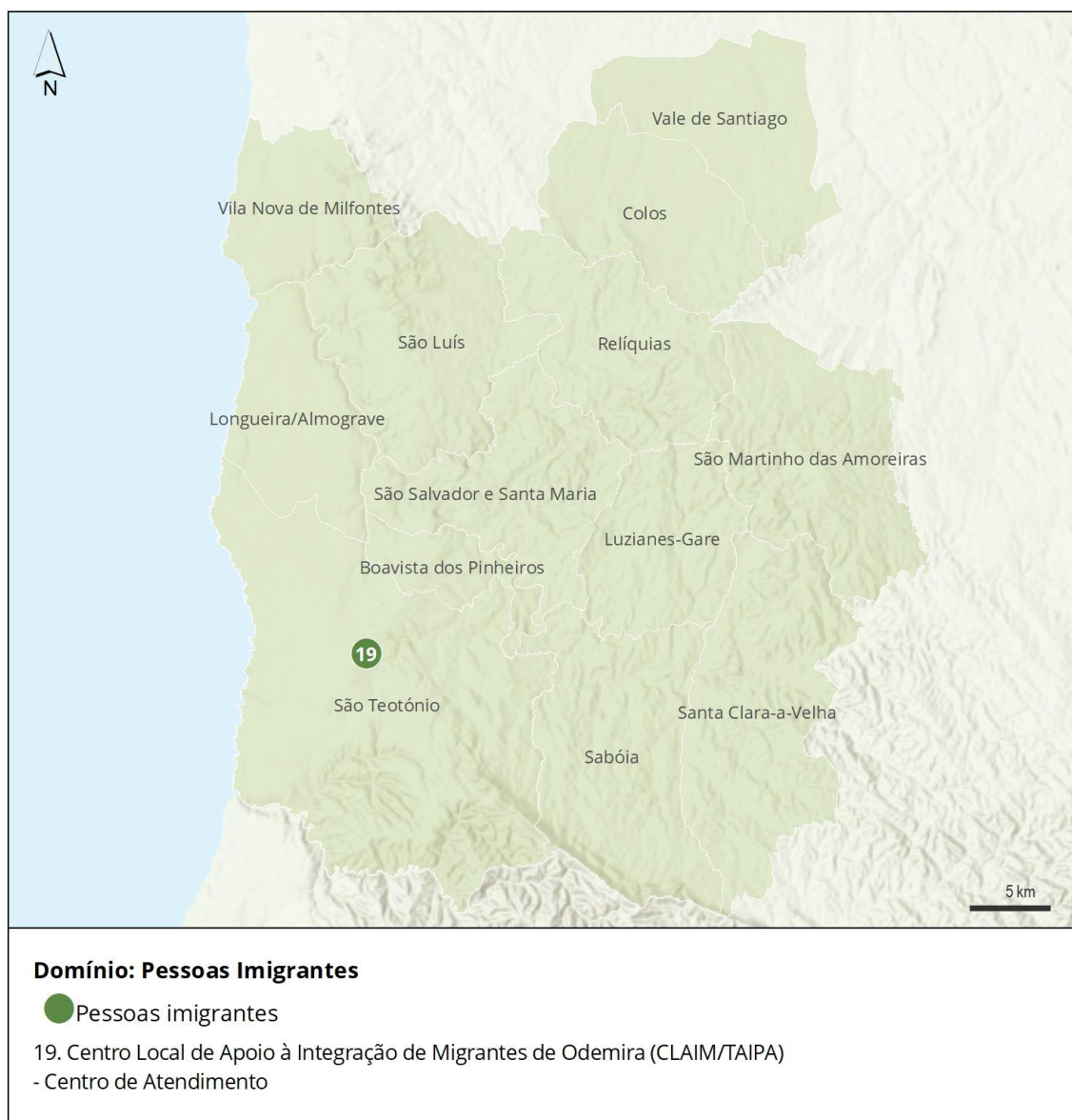
A resposta social empregava **4 recursos humanos**, constituídos na sua globalidade por mulheres, sendo que todos acumulavam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento.

Caixa 16. Síntese da Resposta Social Cantina Social

- Existência de duas cantinas sociais no concelho, muito embora apenas uma se encontre atualmente em normal funcionamento, localizando-se na freguesia de São Luís.
- Resposta social com uma taxa de ocupação de 58%, essencial para fazer face a acréscimos da procura, especialmente num contexto como o atual de crescente volatilidade, incerteza no contexto internacional e deterioração de alguns fenómenos sociais.
- Triénio entre 2019 e 2021, pautado por ténues oscilações da procura que se manteve persistentemente inferior a uma dezena.
- Resposta social emprega 4 recursos humanos constituídos unicamente por mulheres.

4.3.4. Pessoas Imigrantes

Figura 48 - Padrão locativo das respostas e serviços sociais no domínio de intervenção das pessoas imigrantes, em Odemira, em 2023



Fonte: Inquérito RUR

Centro local de apoio à integração de migrantes (CLAIM)

Figura 49. Utentes e capacidade máxima instalada atual (mensalmente) em CLAIM (N.º)

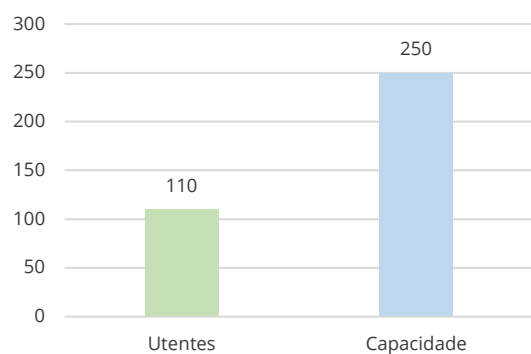
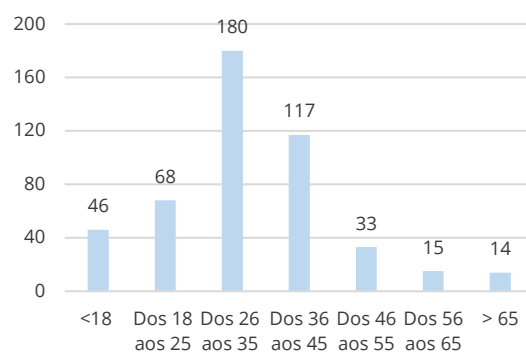


Figura 50. Utentes em CLAIM, segundo o grupo etário (N.º)



Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

Resposta social, desenvolvida através de um serviço em gabinete de acolhimento, dirigida a pessoas imigrantes, com vista a promover informação e apoio descentralizado, com o propósito de ajudar a responder às necessidades que se colocam aos cidadãos imigrantes em múltiplas áreas (regularização da situação migratória; nacionalidade; reagrupamento familiar; habitação; trabalho; segurança social; retorno voluntário; saúde; educação/formação profissional; empreendedorismo; apoio ao associativismo; entre outras).

A Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAIM) foi criada em 2003, com o objetivo primordial promover um atendimento de proximidade e assim facilitar o acolhimento e a integração de pessoas imigrantes. Volidas duas décadas e perante uma profunda reconfiguração e consolidação da espacialização dos fluxos migratórios em Portugal, país conta atualmente com 155 CLAIM distribuídos por todo o território nacional, um dos quais situado no concelho de Odemira.

O **CLAIM de Odemira constitui um gabinete/espço de acolhimento de imigrantes, localizado na freguesia de São Teotónio**. Resultante de um Protocolo Multilateral de Colaboração, assinado a 10 de julho de 2018, é composto por um **consórcio de 10 parceiros** que integra uma entidade promotora e executora (a TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado) e um conjunto de entidades financiadoras (Município de Odemira, Associação de Produtores Agrícolas “Lusomorango”, as empresas agrícolas Haygrove, Sudoberry, The Summer Berry Company, Empresa de Trabalho Temporário “Multitempo” e as juntas de freguesia do litoral do concelho, nomeadamente, São Teotónio, Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes).

O envolvimento alargado e heterogéneo de atores traduz, a um tempo, o crescimento considerável da população imigrante no concelho, no decurso dos últimos anos, em resultado da reconfiguração da espacialização do fenómeno migratório, em Portugal, acompanhado pela falta de trabalhadores para alguns ramos da agricultura; e a outro tempo, uma manifesta preocupação das entidades locais em apoiar, de forma holística, o processo de integração da população imigrante, momento de particular vulnerabilidade para a pessoa imigrante, mas cujo sucesso se constitui determinante para o sucesso do processo de inclusão social. Por conseguinte, o atendimento de proximidade desenvolvido no CLAIM visa proporcionar um apoio informativo, mas dispõe igualmente de um serviço de encaminhamento para serviços e respostas sociais que se constitui nevrálgico, atendendo às múltiplas barreiras com as quais os imigrantes se confrontam.

O CLAIM de Odemira regista um **total de 110 utentes em média por mês**, dispondo de uma capacidade de atendimento substancialmente superior (250), pelo que apresenta uma **taxa de ocupação relativamente baixa (de 44%)**.

O **perfil de imigrantes atendido no CLAIM de Odemira** caracteriza-se por uma forte prevalência de imigrantes do **sexo masculino** (70% dos utentes enquanto as mulheres correspondem a 30%), **jovem e em idade ativa** (53% encontra-se na faixa etária dos 26 aos 35 anos de idade), muito embora se identifiquem imigrantes de todas as idades, **oriundos primordialmente da Ásia** (69%), nomeadamente, da Índia (38%) e do Nepal (31%).

Segundo dados relativos ao ano de funcionamento do CLAIM de 2021, a **regularização da documentação constitui a principal tipologia de atendimentos** (cerca de 70% dos atendimentos), o que se entende por ser uma questão basilar de qualquer cidadão imigrante a entrar num país estrangeiro e essencial para o todo o processo de integração social. Segue-se a tipologia de **reagrupamento familiar (cerca de 20% dos atendimentos)**, o que atesta a relevância da família em todas as fases do processo migratório, especialmente na cultura asiática em que a família continua a desempenhar um papel nevrálgico em termos de apoio social, económico, social e afetivo e, por isso, configura um elemento de vital importância neste contexto de elevada vulnerabilidade. Coexistem ainda diversas outras tipologias de atendimentos no CLAIM tais como relacionados com os pedidos de nacionalidade, a habitação, emprego, saúde, educação, mas que a par de outros apresentam uma diminuta significância estatística.

O CLAIM de Odemira **empregava 2 funcionárias**, recursos humanos mulheres, que se encontravam exclusivamente afetas a esta resposta social.

Caixa 1. Síntese da Resposta Social CLAIM

- Concelho de Odemira dispõe de uma resposta social de atendimento à população migrante, o CLAIM, localizada na freguesia de São Teotónio e promovida pela entidade TAIPA em parceria com diversos outros atores estratégicos.
- Gabinete/espço de acolhimento de imigrantes visa um atendimento de proximidade à pessoa imigrante, desenvolvendo também serviços de atendimento e encaminhamento para outros serviços e respostas sociais.
- Taxa de ocupação substancialmente baixa (44%) sintomático de uma disponibilidade da oferta para continuar a acompanhar possíveis crescimentos da procura.
- Perfil de utentes atendido no CLAIM de Odemira caracterizado pela primazia de imigrantes homens, em idade jovem e ativa, encontrando-se na faixa etária dos 26 aos 35 anos de idade, e provenientes da Ásia, mais especificamente da Índia e do Nepal.
- Regularização da documentação e a reunificação familiar constituem as principais tipologias de atendimento do CLAIM, em 2021.

(página propositadamente deixada em branco)

5. Diagnóstico social prospetivo

Quadro 4. Análise SWOT

Forças	Fraquezas
- Crescimento populacional muito significativo ao longo da última década. - Localização privilegiada dada a proximidade a eixos rodoviários estruturantes, nomeadamente o IC1 e o IC4. - Concentração da população em aglomerados de maior dimensão, em desfavor das áreas rurais de menor expressão demográfica. - Convergência dos níveis de ensino secundário e superior com a média nacional. - Aumento muito significativo da população estrangeira residente no concelho. - Taxa de desemprego abaixo da média nacional. - Aumento da importância da população ativa face à população total residente. - Domínio da Família e comunidade é o segundo domínio com maior densidade de entidades, contrariando a tendência de domínios de atuação mais tradicionais. - As condições de mobilidade e acesso aos edifícios são de um modo geral adequadas. - As três freguesias mais populosas concentram 57,9% dos equipamentos no município. - Segundo a perceção das entidades gestoras, 68% dos equipamentos encontra-se em bom estado de conservação. - Mercado de trabalho no setor social com significância quantitativa, abrangendo mais de seis centenas de trabalhadores no concelho (618 recursos humanos). - Oferta de SAD com assinalável dispersão espacial, mas baixa taxa de ocupação (45%), face às perspetivas de crescimento da procura desta tipologia de resposta social. - Oferta para as pessoas portadoras de deficiência composta por um CACI e um lar residencial. - Padrão locativo das respostas sociais caracterizado por uma implantação central das respostas sociais de nível concelhio ou supraconcelhio (intervenção precoce e lar residencial), a par com uma dispersão da restante oferta, essencial para garantir níveis de acessibilidade adequados da população. - Existência de um CLAIM suportado numa parceria envolvendo diversas entidades no concelho, resposta da maior relevância atendendo à capacidade atrativa de população imigrante que o concelho apresenta. - Crescimento da população imigrante nos anos mais recentes no concelho associado à dinâmica económica e tranquilidade social que o país, a região e o concelho oferecem.	- Saldo natural negativo ao longo das últimas décadas. - Grande peso da população com baixos níveis de escolaridade. - Ganho médio mensal da população ao serviço em Odemira abaixo da média nacional e sub-regional. - Apenas 40% das entidades têm investimentos programados a curto prazo (2 anos). - Falta de apoio financeiro, sobretudo da administração central, para as entidades. - Elevados custos de manutenção dos equipamentos. - Diminuição das receitas das entidades nos últimos anos. - Oferta de creches reduzida, circunscrita a apenas 4 freguesias e com uma taxa de ocupação muito elevada (93%), especialmente num contexto de implementação do Programa “Creche Feliz – Rede de Creches Gratuitas” impulsionadora da procura. - Oferta reduzida de respostas para o aumento de jovens com problemas de desenvolvimento/deficiências que terminam o seu percurso escolar. - Mercado de emprego alocado às respostas sociais com forte feminização (94% do emprego no terceiro setor), evidência generalizada ao país e com longa tradição, correlativo de precarização laboral. - Financiamento da generalidade da oferta social ainda amplamente suportada em acordos de cooperação e programas de apoio financeiro, sintomático dos desafios acrescidos à sua sustentabilidade financeira. - Maioria das respostas sociais concelhias desprovida de plano de investimentos para os próximos dois anos, sintomático dos desafios emergentes após a pandemia, das políticas atuais e conjuntura internacional marcada por uma forte instabilidade. - Existência de algumas respostas sociais com taxa de ocupação próxima do limiar máximo ou já efetivamente no limite da sua capacidade, nomeadamente, ERPI, lar residencial e ajuda alimentar. - ERPI com um perfil de utentes marcado pela forte incidência de utentes acima dos 80 anos de idade, com maiores níveis de dependência, a par da coexistência de utentes de idades diversas, fator que traduz constrangimentos acrescidos para um adequado funcionamento da resposta social. - Prevalência de utentes oriundos de países asiáticos no CLAIM não obstante a diversidade de fluxos migratórios no concelho, o que aumenta a complexidade do processo de integração social e que exige, por isso, níveis de acompanhamento mais elevados.
Oportunidades	Ameaças
- Implementação do processo de descentralização de competências no domínio da ação social, através do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais. - Contexto pós-pandémico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social e crescente valorização das problemáticas ao nível da saúde mental. - Criação da “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas”, com a Segurança Social a assegurar o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas favorável a um aumento da procura, nos próximos anos. - Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio.	- Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares. - Poli-crisis representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, como por exemplo o aparecimento de pandemias e vírus, que expõem as fragilidades e vulnerabilidades da oferta. Acresce os constrangimentos que acarretam às intenções de investimento na globalidade do setor social. - Incipiente apoio público às famílias com crianças e jovens a nível nacional, transversal aos vários ciclos políticos e económicos, o que compromete a redução da pobreza infantil. - Envelhecimento demográfico e as consequências sociais e económicas que daí resultam, que requerem medidas de apoio e uma diversificação e reforço da oferta no domínio da população idosa.

Oportunidades	Ameaças
• Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/concelhos de média e menor dimensão. • Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais. • Disseminação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais. • Maior sensibilização da população sénior para a importância de manterem uma vida ativa. • Mudança do perfil das pessoas idosas traduz novas necessidades de investimento ao nível das respostas sociais. • Aumento da população imigrante traduz oportunidades de crescimento económico e superação de alguns dos constrangimentos decorrentes do envelhecimento demográfico verificado na generalidade do Alentejo, sobretudo, para alguns setores específicos (por exemplo, agricultura e setor social). • Disponibilização de financiamento para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e inovadoras, enquadrado no PRR, concretamente para Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa (Co-Housing), fundamental para a promoção do envelhecimento ativo e reforço das relações intergeracionais.	• Persistência de um forte estigma e exclusão social relativamente às pessoas com doença mental, o que exige maior concertação das respostas sociais e de saúde, assim como um maior esforço por parte dos atores envolvidos. • Setor social com assinaláveis dificuldades na contratação de recursos humanos, decorrentes da precariedade das condições laborais que tendem a verificar-se.

Fonte: Equipa técnica (2023)

6. Cenários demográficos

6.1. Enquadramento

Na elaboração de instrumentos de planeamento setorial, a cenarização da componente demográfica assume um papel relevante dado que permite prospetivar os quantitativos populacionais futuros e identificar, atempadamente, as necessidades que daí resultam na oferta de equipamentos e respostas sociais.

Assim, o presente exercício pretende apoiar a proposta de programação, permitindo antever vários cenários de evolução global do Concelho, e de cada uma das freguesias, facultando informação sobre a evolução dos diversos grupos etários que procuram os diferentes equipamentos, respostas e serviços, para o ano horizonte de 2030.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização regional e local, é possível desenvolver cenários sobre o quadro evolutivo e de impactes da demografia no concelho de Odemira nos próximos anos.

Neste processo, foram realizadas projeções demográficas tendo como horizonte os anos de 2025 e 2030, utilizando o modelo cohort survival aberto. Este, corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Ou seja, a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).

6.2. Cenarização demográfica (2025 e 2030)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo cohort survival. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacte previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (com a publicação dos resultados do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- população residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;

- taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, o Alentejo Litoral e o Continente, em 2011 e 2020;
- taxa de crescimento migratório para o Continente e o Alentejo Litoral, entre 2010 e 2020.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) *Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2020, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021 / 2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

Quadro 5. Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista)

Grupo etário	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA MODERADO)	
		2025	2031	2025	2031
0-9	1893	2168	2374	2049	2104
10-19	2107	2138	2298	2080	2093
20-29	4012	4628	5243	3460	2907
30-39	4731	5378	6024	4962	5112
40-49	4417	4785	5152	4674	4931
50-59	3792	3900	4008	4105	4417
60-69	3567	3805	4082	3780	3892
+70	5019	5761	5803	5639	5758
Total	29538	32563	34984	30749	31214
Var. face a 2021	-	10,2	18,4	4,1	5,7

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, **a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução positiva muito significativa, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos**

10,2% (mais 3.000 residentes, aproximadamente). Este cenário é possível que se possa concretizar, face à evolução recente das principais variáveis demográficas, e a alguns indicadores do Recenseamento Geral da População de 2021. Não obstante, o Cenário B (voluntarista moderado), num contexto de estabilização da capacidade de atração de população migrante deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspectivada até ao final da década.

Com base neste cenário B, em 2025, **a população residente no concelho será 30.749 e, em 2031, de 31.214 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 5,7% face ao valor contabilizado em 2021.**

6.3. Cenarização por domínio específico

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a aumentar de forma expressiva no concelho, num cenário voluntarista moderado (uma variação de 11,1%, entre 2021 e 2031). Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches (0-2 anos) se situará em torno das 683 crianças, em 2031, e concentrar-se-á, sobretudo, nas freguesias de São Teotónio (199 crianças) e de Vila Nova de Milfontes (166 crianças).

Quadro 6. Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Odemira	598	761	1893	627	814	2168	718	834	2374
Boavista dos Pinheiros	55	76	174	55	75	173	54	75	172
Colos	10	12	40	10	12	40	10	12	39
Longueira/Almogrove	43	50	113	43	50	112	42	49	111
Luzianes-Gare	2	3	23	2	3	23	2	3	23
Relíquias	23	31	70	23	31	70	23	31	69
Sabóia	21	25	38	21	25	38	21	25	37
Santa Clara-a-Velha	3	4	22	3	4	22	3	4	22
São Luís	35	51	136	35	51	135	35	50	134
São Martinho das Amoreiras	16	21	54	16	21	54	16	21	53
São Salvador e Santa Maria	66	85	225	77	94	310	89	99	294
São Teotónio	175	218	516	184	237	612	226	247	724
Vale de Santiago	11	12	35	11	12	35	11	12	35
Vila Nova de Milfontes	138	173	447	147	199	544	186	206	661

Cenário Voluntarista (moderado)	2021			2025			2031		
	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos	0-2 anos	0-3 anos	0-9 anos
Concelho de Odemira	598	761	1893	651	823	2049	683	846	2104
Boavista dos Pinheiros	55	76	174	57	78	179	65	85	192
Colos	10	12	40	10	12	41	11	13	42
Longueira/Almogrove	43	50	113	44	51	116	48	53	120
Luzianes-Gare	2	3	23	2	3	24	2	3	24
Relíquias	23	31	70	24	32	72	24	33	74
Sabóia	21	25	38	22	26	39	22	26	40
Santa Clara-a-Velha	3	4	22	3	4	23	3	4	23
São Luís	35	51	136	36	53	140	44	64	158
São Martinho das Amoreiras	16	21	54	16	22	56	17	22	57
São Salvador e Santa Maria	66	85	225	79	98	262	70	90	238
São Teotónio	175	218	516	194	244	561	199	264	596
Vale de Santiago	11	12	35	11	12	36	12	13	37
Vila Nova de Milfontes	138	173	447	153	188	500	166	176	503

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um aumento, quer no cenário tendencial (11,8%), quer no cenário voluntarista (11%), atingindo, em 2031, os 7.477 residentes (cenário tendencial). A maioria desta população estará concentrada nas freguesias de São Teotónio (1.619) e Vila Nova de Milfontes (1.320). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 5.803 residentes no concelho (cenário tendencial).

Quadro 7. Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenário tendencial e voluntarista – cenários de referência para a programação)

Cenário Tendencial	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Odemira	6689	5019	7433	5761	7477	5803
Boavista dos Pinheiros	313	226	352	264	355	256
Colos	277	221	312	258	314	260
Longueira/Almogrove	322	239	363	279	363	271
Luzianes-Gare	121	93	136	109	137	109
Relíquias	310	242	349	283	351	285
Sabóia	389	312	438	363	441	367
Santa Clara-a-Velha	240	191	270	223	272	225
São Luís	575	437	638	480	631	504
São Martinho das Amoreiras	363	279	409	326	411	328
São Salvador e Santa Maria	857	650	965	759	941	745
São Teotónio	1473	1093	1609	1227	1619	1234
Vale de Santiago	284	198	320	231	322	233
Vila Nova de Milfontes	1165	838	1272	959	1320	986

Cenário Voluntarista (moderado)	2021		2025		2031	
	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos	65 e mais anos	70 e mais anos
Concelho de Odemira	6689	5019	7307	5639	7426	5758
Boavista dos Pinheiros	313	226	338	249	361	273
Colos	277	221	299	244	320	267
Longueira/Almogrove	322	239	349	264	372	268
Luzianes-Gare	121	93	130	103	140	112
Relíquias	310	242	334	267	358	272
Sabóia	389	312	419	344	449	377
Santa Clara-a-Velha	240	191	259	211	277	231
São Luís	575	437	620	482	664	507
São Martinho das Amoreiras	363	279	391	308	419	337
São Salvador e Santa Maria	857	650	928	737	940	785
São Teotónio	1473	1093	1638	1256	1592	1169
Vale de Santiago	284	198	306	219	328	239
Vila Nova de Milfontes	1165	838	1296	955	1206	921

Fonte: INE (2021) e RUR (2025 e 2031)

(página propositadamente deixada em branco)

7. Estratégia e programa de ação

A Carta Social de Odemira visa orientar a oferta de equipamentos e resposta sociais no concelho até 2030, identificando as prioridades de investimento no alargamento e qualificação da oferta.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o concelho de Odemira apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, impactantes na capacidade e das condições de resposta da oferta de equipamentos e serviços sociais. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar à procura, em determinados domínios, podendo comprometer os níveis de esforço e de investimentos realizados pelos atores sociais concelhios, regionais e nacionais.

A estratégia definida e o programa de ação delineado, sendo ambiciosos, procuram adaptar-se o mais possível à capacidade de investimento existente, e à sustentabilidade das entidades, de forma a garantir a exequibilidade das propostas e melhor informar os decisores pela sua operacionalização.

7.1. Visão estratégica

O modelo estratégico foi desenhado para responder aos desafios, necessidades e problemáticas que atualmente se identificam no concelho de Odemira, mas também para aqueles que, embora assíncronos, é fundamental atempadamente acautelar e mitigar os potenciais impactes negativos que podem gerar. A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios.

São 3 os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social, encontrando-se estritamente articulados entre si e visando, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e futuros do processo de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionada e assegurada, é determinante para garantir que o município de Odemira se constitui como um território qualificado e uma centralidade relevante no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e sub-regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação poderá conduzir a uma maior eficácia e eficiência dos resultados a gerar.

O terceiro objetivo centra-se no reforço da concertação entre os atores do ecossistema social, porque apesar destes disporem de um amplo histórico de trabalho conjunto, colaborativo, importa garantir a sua continuidade e robustecimento, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Quadro 8. Objetivos da visão estratégica da Carta Social de Odemira

GARANTIR	REFORÇAR	ROBUSTECER
a adequação da oferta e da procura	o caráter multi e intersectorial do domínio social	a concertação entre atores sociais
Ajustar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura, de modo a garantir a melhor qualidade de vida aos munícipes, nas diversas fases de vida.	Reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no concelho, assim como na sub-região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas.	Assegurar a continuidade e o robustecimento do trabalho de concertação entre os vários atores do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho, essencial para assegurar a continuidade das respostas.

Fonte: RUR, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linha com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais em Odemira nos próximos anos, de forma a constituir-se como um processo dinâmico e assente numa visão holística do território, das suas populações e do seu tecido empresarial deve assentar em nove princípios centrais.

Quadro 9. Princípios da visão estratégica da Carta Social de Odemira

Equidade	O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Odemira como um território de iguais oportunidades para todos os cidadãos
Racionalidade	Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso determinante identificar e selecionar os melhores territórios para a localização da oferta social, sem comprometer os demais princípios
Policentrismo	O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal, e sub-regional, policêntrico, visando assim o desenvolvimento de centralidades a múltiplas escalas
Sustentabilidade	A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma a salvaguardar que os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento

Cooperação	O exercício de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais atores do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios existentes e emergentes. Estes devem ser atores ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando potenciais constrangimentos futuros
Transição Climática	Os municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e das suas vulnerabilidades, pelo que as decisões tomadas devem procurar mitigar ao máximo eventuais impactos negativos. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, importa centrar as preocupações e as respostas nos cidadãos mais vulneráveis (crianças, idosos, ...), no território, nos recursos naturais, no património natural e na biodiversidade, considerando ainda que Odemira se insere na NUT II Alentejo, uma região com uma elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas, nomeadamente ao aumento da temperatura e à frequência e amplitude das ondas de calor e das secas meteorológicas
Resiliência	Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc.), que têm demonstrado as dificuldades de responder de forma célere e adequada a essas ocorrências, muitas das quais de forma substancialmente imprevisível. O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa
Digitalização	Na Era da digitalização, é determinante que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição, aplica-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas dos cidadãos
Transparência	O processo de reflexão, concertação e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o superior interesse da população e dos atores setoriais locais e sub-regionais

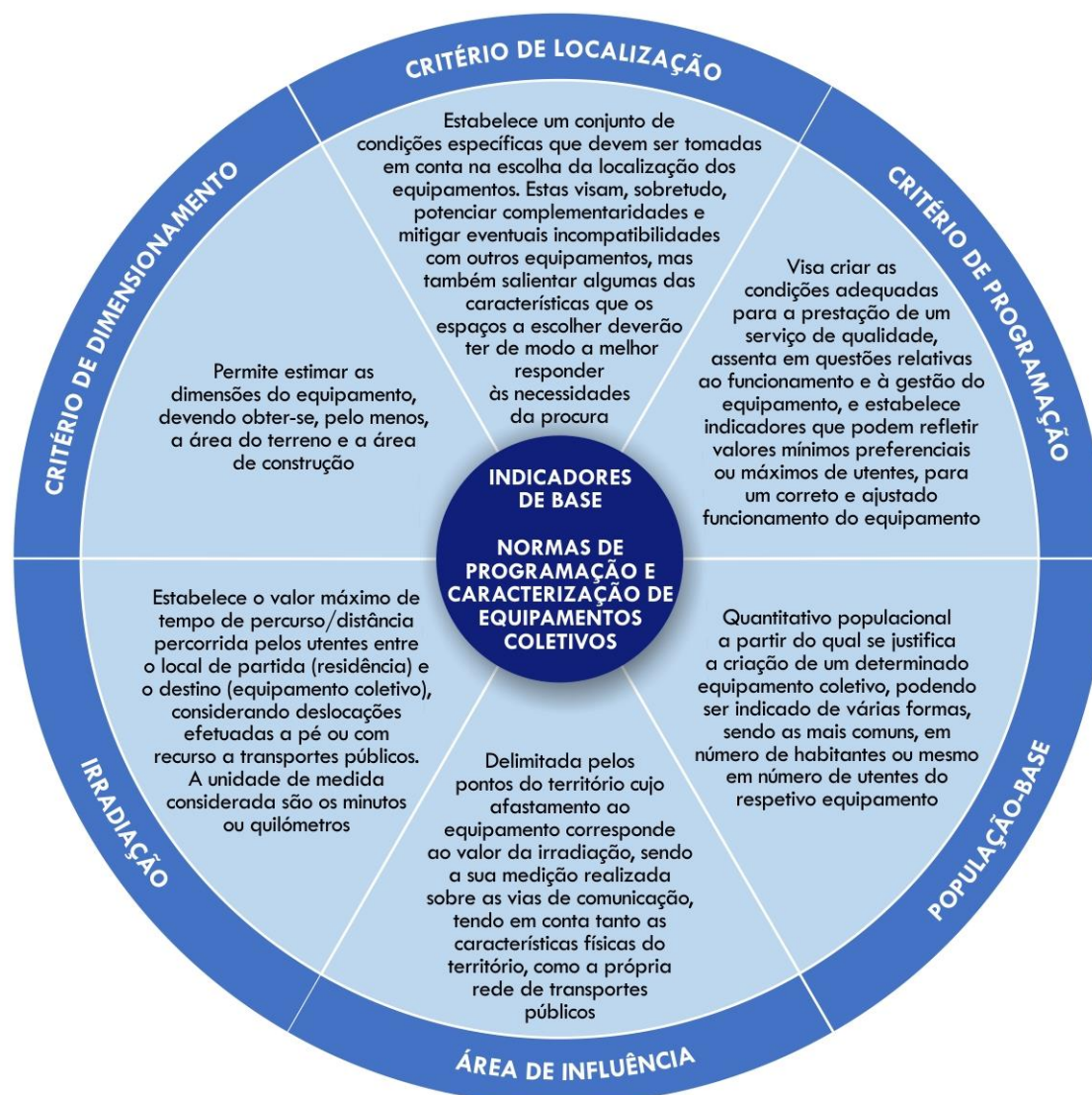
Fonte: RUR, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um círculo virtuoso em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

7.2. Critérios de programação

A programação de equipamentos coletivos deve obedecer a um elenco de critérios e normas de programação. As Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), constituem o referencial de base ao presente exercício, estabelecendo seis indicadores principais: (i) critério de localização; (ii) critério de dimensionamento; (iii) critério de programação; (iv) irradiação; (v) área de influência; (vi) população-base.

Figura 51. Indicadores de base definidos nas normas de programação e caracterização de equipamentos coletivos



Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos anexos, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no concelho de Odemira. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

7.3. Modelo territorial de provisão

A rede de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e sub-regional) policêntrico que assegura equidade no acesso aos equipamentos e serviços sociais. Neste contexto a Carta Social, para além de ser instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como instrumento de ordenamento do território, contribuindo para o reforço do sistema urbano concelhio, se através da (i) consolidação das centralidades urbanas, com a afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central; (ii) dotação das áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé); (iii) revitalização sócio urbanísticos dos espaços urbanos periféricos e das áreas rurais.

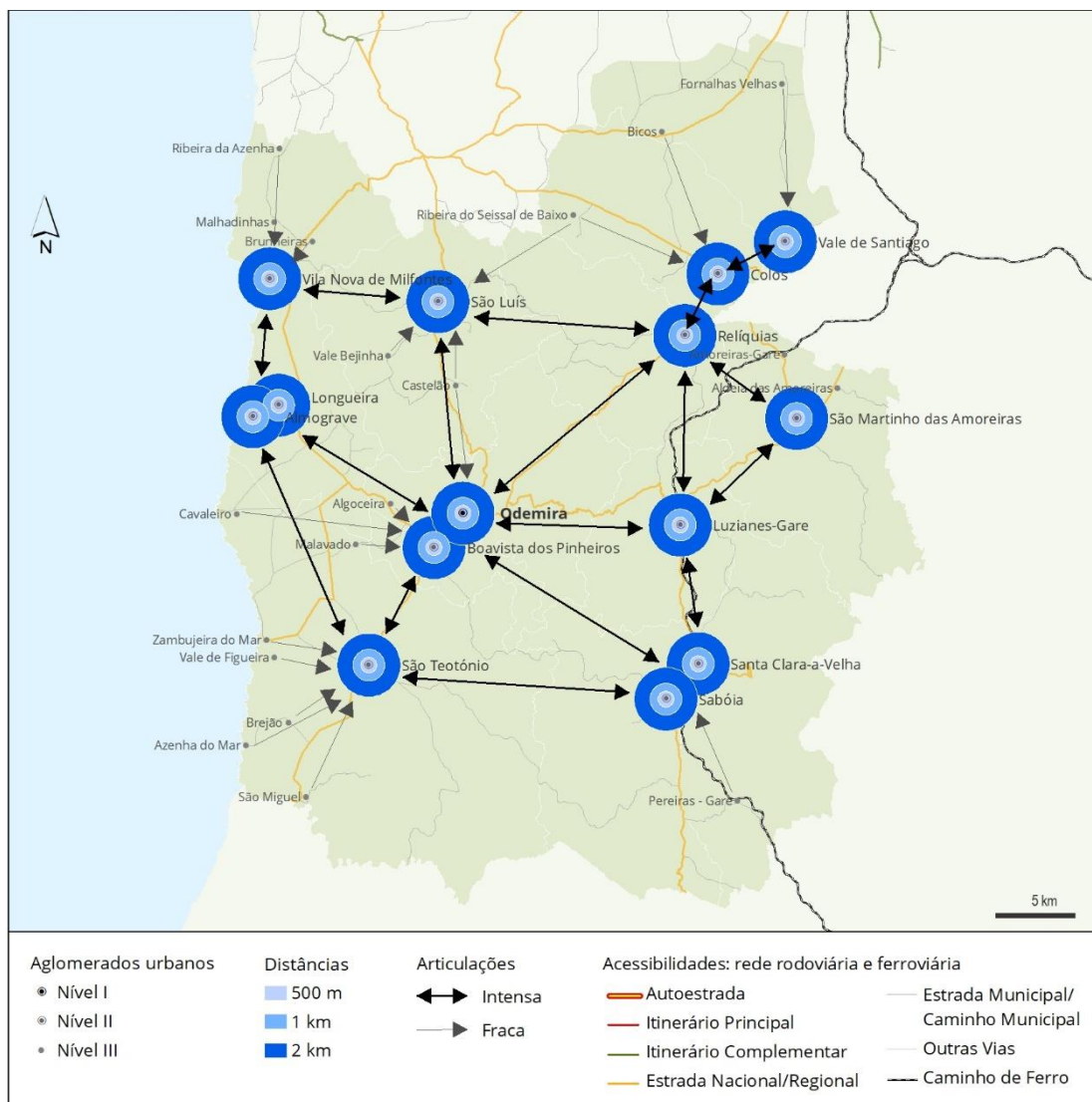
Apesar do concelho de Odemira constituir um território com uma densidade demográfica relativamente reduzida, no contexto do Alentejo Litoral, em função da sua extensão (o maior concelho do país), a vila de Odemira constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, com uma incidência especialmente circunscrita ao seu território municipal. Com uma oferta de funções urbanas bem desenvolvida, em termos de densificação, diversificação e qualificação, fica facilitada a consolidação deste aglomerado enquanto âncora do sistema urbano sub-regional.

A organização do território de Odemira conta, para além da vila sede de concelho ainda com outros aglomerados urbanos relevantes, como S. Teotónio, Boavista dos Pinheiros e S. Luís, na sua faixa central, e os aglomerados de vocação turística, como Vila Nova de Milfontes, Almogrove e Zambujeira do Mar. Acrescem ainda diversos outros aglomerados na faixa interior (Relíquias, Santa Clara-a-Velha, ...). A densidade de articulações entre os vários aglomerados são a evidência de um sistema urbano hierarquizado, mas com relevantes articulações intra-concelhias, nomeadamente Odemira/Almogrove e Odemira/Boavista dos Pinheiros/São Teotónio, desempenhando os equipamentos coletivos uma importância central para o alcançar uma maior polinucleação e protagonismo funcional.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se numa oportunidade de reforçar a principal aglomeração urbana concelhia (Vila de Odemira) e os aglomerados do eixo central do concelho (S. Teotónio, Boavista dos Pinheiros e S. Luís), bem como os diversos aglomerados urbanos localizados quer na faixa litoral (de vocação eminentemente turística), quer na faixa interior (marcados pela produção agrícola, pecuária e florestal). Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar alguns dos constrangimentos atualmente existentes em termos de oferta de equipamentos e respostas sociais e, a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subsequentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na implementação da estratégia proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de atores sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crisis, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subsequentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade ...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 52. Contributo da rede de equipamentos coletivos sociais para o sistema urbano policêntrico do concelho de Odemira



Fonte: RUR, 2023

7.4. Eixos de intervenção e tipologias de ações

A operacionalização da estratégia concretiza-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do município de Odemira, que se detalham no quadro seguinte.

Quadro 10. Estruturação do programa de intervenção da Carta Social de Odemira

Eixo	Foco estratégico	Tipologias de ações
Eixo 1 - aumentar a capacidade de resposta	É fundamental reforçar a capacidade de resposta municipal no domínio de intervenção das crianças e jovens, da população idosa, das pessoas em situação de dependência e para as pessoas com deficiência e considerando a tipologia de respostas já existentes no concelho.	• Reforço da capacidade da resposta “Creche”: Vila de Odemira e, sobretudo, nos aglomerados de São Teotónio e Vila Nova de Milfontes; • Reforço da capacidade da resposta “CATL”: Vila de Odemira, Boavista dos Pinheiros e Vila Nova de Milfontes, incluindo para uma melhor integração de pessoas com deficiência; • Reforço da capacidade da resposta ERPI: Vila de Odemira e, sobretudo, nos aglomerados de São Teotónio e Vila Nova de Milfontes; • Reforço da capacidade da resposta ajuda alimentar: São Teotónio e Odemira; • Reforço da capacidade da resposta CACI; • Reforço da capacidade da resposta (ampliação) do “lar residencial”.
Eixo 2 - diversificar a oferta	É determinante suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais ao nível concelhio	• Promoção de uma nova geração de apoio domiciliário – SAD Inovador; • Construção de uma ERPI (Vila de Odemira) com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto); • Criação de “Residências autónomas”; • Criação de fórum socio ocupacional.
Eixo 3 - promover a acessibilidade territorial	É fundamental fomentar uma maior acessibilidade territorial, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, despoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão	• Criação da resposta “Creche”: Longueira/Almograve, São Luís, Colos e Sabóia/Santa Clara-a-Velha; • Criação da resposta “CATL”: São Teotónio, Longueira/Almograve, São Luís, Colos, Sabóia/Santa Clara-a-Velha; • Criação da resposta “Centro de Dia”: Odemira, Longueira/Almograve e Colos.
Eixo 4 - qualificar a oferta existente	É fundamental promover a melhoria das condições físicas dos equipamentos (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores.	• Qualificação e capacitação dos recursos humanos; • Qualificação das condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico; • Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos; • Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos; • Diversificação da oferta de serviços em Centros de Dia; • Diversificação da oferta de SAD atualmente existente (assente num modelo de apoio domiciliário inovador, apostando em valências de autonomia funcional e cognitiva).

7.5. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social, para o horizonte temporal de 2030. Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica, considerando, sempre que possível, o aglomerado urbano (incluindo as intervenções de expressão territorial concelhia). Optou-se por não apresentar estimativas de investimento, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se assume um horizonte temporal alargado, que se estende de 2024 a 2030. Acresce que para a indicação do investimento seria necessário um estudo pormenorizado das especificidades técnicas, que carece de outro tipo de abordagem, subsequente.

O programa de ação sustenta-se em trinta e quatro ações prioritárias de intervenção apresentando diferentes horizontes de concretização. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, repartidas pelos 3 períodos considerados, enquanto o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos, configurando ações continuadas no tempo (investimento contínuo).

Quadro 1 – Programa de Ação da Carta Social de Odemira

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
EIXO 1	Reforço da resposta “creche”, na Vila de Odemira	Vila de Odemira	X	X	
	Reforço da resposta “creche”, em São Teotónio	São Teotónio	X	X	
	Reforço da resposta “creche”, em Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “CATL” na Vila de Odemira	Vila de Odemira	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “CATL” em Boavista dos Pinheiros	Boavista dos Pinheiros	X	X	
	Reforço da capacidade da resposta “CATL” em Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes	X	X	
	Reforço da resposta “ERPI”, na Vila de Odemira	Vila de Odemira		X	
	Reforço da resposta “ERPI”, em São Teotónio	São Teotónio		X	
	Reforço da resposta “ERPI”, em Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes		X	
	Reforço da capacidade do CACI	Vila de Odemira	X	X	
	Reforço da resposta “ajuda alimentar”, em Odemira	Vila de Odemira	X	X	
	Reforço da resposta “ajuda alimentar”, em São Teotónio	São Teotónio	X	X	
	Ampliação do “Lar Residencial”, da Associação de Paralisia Cerebral de Odemira	Vila de Odemira	X	X	
	Criação de SAD Inovador	Concelho de Odemira	X	X	
EIXO 2	Construção de ERPI com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto)	Vila de Odemira		X	
	Criação de “Residências autónomas”	Concelho de Odemira		X	
	Criação de fórum socio ocupacional	Vila de Odemira		X	X
	Criação da resposta “Creche”, em Longueira/Almograve	Longueira/Almograve	X	X	
EIXO 3	Criação da resposta “Creche”, em São Luís	São Luís	X	X	

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2024-2025	2026-2028	2029-2030
	Criação da resposta “Creche”, em Colos	Colos	X	X	
	Criação da resposta “Creche”, em Sabóia/Santa Clara-a-Velha	Sabóia/Santa Clara-a-Velha	X	X	
	Criação da resposta “CATL” em São Teotónio	São Teotónio	X	X	
	Criação da resposta “CATL”, em Longueira/Almograve	Longueira/Almograve		X	X
	Criação da resposta “CATL”, em São Luís	São Luís		X	X
	Criação da resposta “CATL”, em Colos	Colos		X	X
	Criação da resposta “CATL”, em Sabóia/Santa Clara-a-Velha	Sabóia/Santa Clara-a-Velha		X	X
	Criação da resposta “Centro de Dia” em Odemira	Vila de Odemira		X	
	Criação da resposta “Centro de Dia” em Longueira/Almograve	Longueira/Almograve		X	
	Criação da resposta “Centro de Dia” em Colos	Colos		X	
EIXO 4	Qualificação e capacitação dos recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Qualificação das condições de operacionalidade (eficiência energética e conforto térmico)	Concelho	X	X	X
	Reabilitação do edificado com constrangimentos físicos	Concelho	X	X	X
	Melhoria da articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho	X	X	X
	Diversificação e qualificação da oferta de serviços em Centros de Dia	Concelho	X	X	X

Fonte: RUR, 2023

O atual quadro de financiamento comunitário, Portugal 2030, que materializa o Acordo de Parceria, envolve 23 mil milhões de euros dos fundos europeus, constituindo uma importante fonte de financiamento. Quer os programas temáticos, nomeadamente o PESSOAS 2030 e o SUSTENTÁVEL 2030, quer o Programa Regional Alentejo 2030, poderão ser potencialmente mobilizados para a execução das intervenções propostas. Estes apoios têm um papel fulcral para assegurar a operacionalização de diversas medidas de combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social.

A estes instrumentos de apoio acresce o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que até 2026, poderá também financiar diversas das intervenções a delinear no âmbito da Carta Social de Odemira. Na dimensão de Resiliência, consideram-se 9 componentes com vista a reforçar a resiliência social, económica e territorial de Portugal. Especificamente, na Componente 3 “Respostas Sociais”, procura-se apoiar intervenções que concorram para “reforçar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias”.

8. Referências bibliográficas

- Europa, C. d. (2005). *Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.
- Europeia, C. (2017). *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*. Gotemburgo. Obtido de https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights_pt
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2013). *Rede Local de Intervenção Social (RLIS)*. Lisboa.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)*. Lisboa.
- Ministros, P. d. (2020). *Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto*.
- Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, S. e. (2021). *Portaria n.º 66/2021 de 17 de março*.
- Portuguesa, R. (2021). *Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro*. Lisboa: Ministério do Planeamento.
- República, A. d. (2018). *Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais*.
- Saúde, M. d. (2006). *Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados*.
- Social, I. d. (2003). *Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais*.
- Social, M. d. (2006). *Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de junho*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)*.
- Social, M. d. (2006). *Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)*.
- Social, M. d. (2007). *Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)*.

Anexos

A.1. Entidades da Rede Social

Anexo 1 - Entidades que integram o Conselho Local de Ação Social (CLAS), 2023

CLAS
3 em Pipa - Associação de Criação Teatral e Animação Cultural
ADL - Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano
ADMIRA - Associação para o Desenvolvimento da Região do Mira
Agrupamento de Escolas de Colos
Agrupamento de Escolas n.º 1 de Odemira
Agrupamento de Escolas de Sabóia
Agrupamento de Escolas de São Teotónio
Agrupamento de Escuteiros 1322 de São Teotónio
Agrupamento Escuteiros 1179 de Colos
Agrupamento Escolas de Vila Nova de Milfontes
AQUADRILOS – Turismo e Publicidade, Lda
Associação Amigos da Grande Idade – Inovação e Desenvolvimento
Associação Cultural Recreativa e Desportiva Zambujeirense
Associação Cultural Desportiva "Águias de Campilhas" de Bicos
Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Brunheiras
Associação Cultural e de Desenvolvimento Económico e Social do Brejão
Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Moradores Almogrove
Associação de Beneficiários do Mira
Associação de Caçadores da Costa Alentejana
Associação de Estudantes da Escola Profissional de Odemira
Associação Evangélica Assembleia de Deus de Portimão
Associação de Horticultores do Sudoeste Alentejano (AHSA)
Associação de Moradores das Brunheiras, Galeado, Fors das Pereiras, Pereirinha e Aldeia Bugaga
Associação de Moradores Vale Bejinha Carrasqueira
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Damião de Odemira
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Colégio de Nossa Senhora da Graça
Associação de Pais e Encarregados de Educação do J.I. e EB de V. N. Milfontes
Associação de Pais e Encarregados de Educação e Agrupamento de Escolas de Colos
Associação Pais em Rede – Núcleo Litoral Alentejano
Associação de Paralisia Cerebral de Odemira
Associação de Reformados e Idosos de V. N. Milfontes
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Teotónio
Associação RIO – Reviver e Inovar Odemira
Associação de Solidariedade Social N.º Sr.ª do Mar
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Odemira
Associação Humanitária D. Ana Pacheco (AHDAP)
Associação Humanitária Dadores de Sangue Vale Santiago
Associação Sócio Cultural de Desporto Aventura São TT
Associação Sócio Cultural dos Troviscais
Associação para o Desenvolvimento de Amoreiras- -Gare

CLAS
Coletivo Artístico Intervenção Social (CAIS) – Associação Cultural
Câmara Municipal de Odemira
Casa do Adro
Casa do Povo de Relíquias
Casa do Povo de Santa Clara-a-Velha
Casa do Povo de São Luís
Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras
Casa do Povo de Vila Nova de Milfontes
CAUTCHÚ – Associação de Promoção e Desenvolvimento de Desporto
Centro de Emprego de Sines
Centro de Saúde de Odemira
Centro Desportivo e Cultural do Cavaleiro
Centro Distrital de Segurança Social de Beja
Clube de Caça e Pesca Desportiva de S. Miguel
Clube Desportivo de Caça e Pesca do Cavaleiro
Clube Náutico do Litoral Alentejano
Clube Náutico de Vila Nova de Milfontes
Conselheira Local para a Igualdade
Comissão de Moradores de Vale Ferro
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira
Companhia Equestre do Mira "Os Perdidos"
CRESCER – Associação
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Colos
Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE)
Duna Parque S.A.
Estabelecimento Prisional Regional de Odemira (EPRO)
Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME)
Espaço FARMA
Fábrica da Igreja Paroquial da Igreja de São Teotónio
Fabrica das Artes – Diverta
Farol do Mira - Associação Cultural
Centro Escolar Empresarial do Sudoeste Alentejano, S.A.
Futebol Clube Pereirense
Gaia - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental – Alentejo
Grupo Desportivo e Recreativo de Luzianes-Gare
Grupo Desportivo Renascente de S. Teotónio
Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural do Castelão
Grupo Desportivo e Recreativo de Amoreiras-Gare
Grupo Motard de Luzianes-Gare
Grupo Motard Lontras do Mira
Guarda Nacional Republicana (GNR) - Destacamento Territorial de V. N. Milfontes
Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Odemira
Igreja Evangélica de Milfontes
Infantário Lápis de Cor (IPSS) – A.S.S.V.N.M. – Creche, Jardim de Infância e ATL

CLAS
Instituto de Nossa Senhora de Fátima, IPSS
Instituto Português da Juventude (IPJ)
J. Duarte Silva, F. Lda.
Jardim-de-infância Nossa Senhora da Piedade
Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros
Junta de Freguesia de Colos
Junta de Freguesia de Longueira/Almograve
Junta de Freguesia de Luzianes-Gare
Junta de Freguesia de Relíquias
Junta de Freguesia de Sabóia
Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha
Junta de Freguesia de São Luís
Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras
Junta de Freguesia de São Salvador Santa Maria
Junta de Freguesia de São Teotónio
Junta de Freguesia de V.N. de Milfontes
Junta de Freguesia de Vale Santiago
Loja SOL e LUA
Município de Odemira
Nã Drome – Clube BTT do Sudoeste
Núcleo de Combatentes do Concelho de Odemira
Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira
Odemira + - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Odemira
Organizações 24
Pão, Café e Companhia, Lda.
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
Plataforma Social de Odemira (PLAS), associação social
Rosa dos Ventos - Clube de Pesca Desportiva do Almograve
Sabóia Atlético Club
Santa Casa da Misericórdia de Odemira
Serviço Local da Segurança Social/ NLI de Odemira
Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Odemira
Sociedade Recreativa Musical Sanluizense
Sociedade Recreativa S. Teotoniense, IPSS
Solidariedade Imigrante - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes (SOLIM)
Sorrisos – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de S. Teotónio
Sport Brejão e Benfica
TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira
TIC TAC – Associação para a Promoção dos Tempos Livres das Crianças e Jovens
ZMAR - Multiparques a Céu aberto, S.A.

Fonte: <https://www.cm-odemira.pt/pages/244>

A.2. Entidades gestoras dos equipamentos sociais

Anexo 2. Designação das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Entidades Gestoras dos Equipamentos Sociais
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância e ATL
Associação de Solidariedade Social Nossa Sra. do Mar
Associação Humanitária D. Ana Pacheco
Associação Paralisia Cerebral Odemira
Casa do Povo de Relíquias
Casa do Povo de S. Luís
Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras
Freguesia de Santa Clara a Velha
Instituto de Nossa Senhora de Fátima
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade
Santa Casa da Misericórdia de Odemira
Sociedade Recreativa S. Teotoniense, IPSS
TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Crl

Anexo 3. Equipamentos por entidade gestora e natureza jurídica da entidade (N.º)

Entidades Gestoras	Sem fins lucrativos					Públicas	Com fins lucrativos	Total
	Privadas							
	Ass. de Solidariedade Social	Fundação de Solidariedade Social	Irmandade da Misericórdia	IPSS	Cooperativa	Junta de Freguesia		
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes		1	-	-	-	-	-	1
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio	1	-	-	-	-	-	-	1
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância e ATL	1	-	-	-	-	-	-	1
Associação de Solidariedade Social Nossa Sra. do Mar	1	-	-	-	-	-	-	1
Associação Humanitária D. Ana Pacheco	1	-	-	-	-	-	-	1
Associação Paralisia Cerebral Odemira	2	-	-	-	-	-	-	2
Casa do Povo de Relíquias		-	-	1	-	-	-	1
Casa do Povo de S. Luís	1	-	-	-	-	-	-	1
Casa do Povo de S. Martinho das Amoreiras	1	-	-	-	-	-	-	1
Freguesia de Santa Clara a Velha	-	-	-	-	-	1	-	1
Instituto de Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	1	-	-	-	1
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade	-	-	-	3	-	-	-	3
Santa Casa da Misericórdia de Odemira	-	-	2		-	-	-	2
Sociedade Recreativa S. Teotoniense, IPSS	-	-	-	1	-	-	-	1
TAIPA - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Crl	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	8	1	2	6	1	1	-	19

Anexo 4. Entidades gestoras segundo o âmbito geográfico de atuação

Unidade	Nacional	Regional	Concelhio/Local	Total
N.º	-	4	15	19
%	5%	21%	74%	100%

Anexo 5. Entidades gestoras segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	4
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	9
Pessoas adultas com deficiência	1
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	6
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	1

Anexo 6. Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde estão localizados os equipamentos sociais das entidades gestoras/proprietárias

	N.º de entidades	N. de equipamentos	N. de equipamentos			
			Ampliação das instalações	Renovação e remodelação	Aquisição de equipamento	Outras
São Martinho das Amoreiras	1	1	1	1		
São Salvador e Santa Maria	1	1				1
São Teotónio	2	2	2	1	1	
Vila Nova de Milfontes	2	2	1			1
Total	6	6	4	2	1	2

A.3. Caracterização dos equipamentos sociais

Anexo 7. Equipamentos segundo o domínio de intervenção

Domínio/Subdomínio de atuação	N.º
I. Infância e juventude	
Crianças e Jovens	6
Crianças e Jovens em situação de perigo	-
Crianças e jovens com deficiência	1
II. População adulta	
Pessoas idosas	10
Pessoas adultas com deficiência	2
Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico	-
III. Família e comunidade	
Família e comunidade em geral	7
Pessoas com VIH/SIDA e suas famílias	-
Pessoas com comportamentos aditivos e suas famílias	-
IV. Pessoas vítimas de violência	
Pessoas vítima Centro de atendimento	-
V. Pessoas imigrantes	
Centro de atendimento	1

Anexo 8. Equipamentos por freguesia, segundo a natureza jurídica da entidade, em 2021 (N.º)

Freguesia	Sem fins lucrativos	Com fins lucrativos	Total
Boavista dos Pinheiros	2	-	2
Colos	1	-	1
Relíquias	1	-	1
Sabóia	1	-	1
Santa Clara-a-Velha	1	-	1
São Luís	1	-	1
São Martinho das Amoreiras	1	-	1
São Salvador e Santa Maria	4	-	4
São Teotónio	4	-	4
Vila Nova de Milfontes	3	-	3
Total	19	0	19

Anexo 9. Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento

Ano de entrada em funcionamento	N.º	%
1960-1969	1	5%
1970-1979	0	0%
1980-1989	0	0%
1990-1999	4	21%
2000-2009	7	37%

Ano de entrada em funcionamento	N.º	%
2010-2019	7	37%
Total	19	100%

Anexo 10. Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, tipo de construção e regime de ocupação

Tipo de instalações	N.º	%
Sala	1	5%
Andar	0	0%
Morada/Vivenda	0	0%
Edifício	18	95%
Outro (complexo)	0	0%
Total	19	100%
Tipo de construção	N.º	%
Adaptada	5	26%
Mista	1	5%
Raiz	13	68%
Total	19	100%
Regime de ocupação	N.º	%
Propriedade	14	74%
Arrendamento	2	11%
Cedência	3	16%
Total	19	100%

Anexo 11. Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento

	N.º		%	
	Sim	Não	Sim	Não
Avaliação do nível de conforto				
Iluminação natural	19	0	100%	0%
Ventilação natural	19	0	100%	0%
Climatização artificial	8	11	42%	58%
Gás de rede	18	1	95%	5%
Água quente	18	1	95%	5%
Telefone	18	1	95%	5%
Internet	18	1	95%	5%
Avaliação do nível ambiental				
Esgotos de rede	19	0	100%	0%
Fossa	6	13	32%	68%
Separação de resíduos sólidos	15	4	79%	21%
Recolha de resíduos hospitalares	9	10	47%	53%
Avaliação do nível de autonomia				
Reservatório de água	3	16	16%	84%
Gerador de energia	5	14	26%	74%
Painéis solares	12	7	63%	37%
Avaliação do nível de segurança				
Simbologia de evacuação	18	1	95%	5%
Saídas de emergência	18	1	95%	5%

	N.º		%	
	Sím	Não	Sím	Não
Proteção contra roubo e intrusão	17	2	89%	11%
Sistema de deteção de incêndios	17	2	89%	11%
Extintores	19	0	100%	0%
Plano de evacuação	18	1	95%	5%

Anexo 12. Condições de mobilidade e acesso ao edifício, pessoas com mobilidade condicionada

	N.º			%		
	Sím	Não	NR	Sím	Não	NR
Acesso ao edifício						
Por rampa	14	5	0	74%	26%	0%
Por dispositivo mecânico para pessoas c/ mobilidade condicionada	6	13	0	32%	68%	0%
Vão livre da porta principal > ou = a 0,87m	14	5	0	74%	26%	0%
Mobilidade no edifício						
Ascensores (largura útil do vão da porta > ou = a 0,80 m)	13	5	1	68%	26%	5%
Portas interiores (larg. livre de passagem 0,77 m)	18	1	0	95%	5%	0%
Balcões ou guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m)	10	8	1	53%	42%	5%
Instalações sanitárias adaptadas a pop. portadora de deficiência	18	1	0	95%	5%	0%
Parqueamento						
Parque de estacionamento privativo para visitantes	3	16	0	16%	84%	0%
Lugares privativos para tomada e largada de passageiros	9	10	0	47%	53%	0%
Lugar privativo para ambulâncias	6	13	0	32%	68%	0%
Lugar privativo para cargas e descargas	9	10	0	47%	53%	0%

Anexo 13. Funcionalidades dos equipamentos

Nível de funcionalidades	Sím	%
Cozinha	16	84%
Lavandaria	16	84%
Biblioteca	2	11%
Bar	2	11%
Salão Polivalente	13	68%
Piscina interior	0	0%
Piscina exterior	0	0%
Parque infantil	5	26%
Sala de informática	4	21%
Sala de enfermagem	9	47%
Logradouro	11	58%
Jardim	9	47%
Outra (refeitório e terraço)	2	11%

Anexo 14. Estado de conservação dos equipamentos

	N.º	%
Bom	13	68%
Razoável	6	32%
Deficiente	0	0%
Total	19	100%

Anexo 15. Fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica
Administração central	1	1	3	1	13
Administração local	5	3	1	1	9
Privados (Mecenato)	4	1	0	0	14
Fundos Comunitários	0	0	3	4	12
Capitais próprios	2	2	1	6	8

Anexo 16. Fontes de financiamento para funcionamento

	≤25%	26 a 50%	51 a 75%	≥ 76%	Não se aplica
Comparticipação dos associados	11	1	0	0	7
Comparticipação dos utentes	5	5	4	3	2
Acordo de cooperação	0	2	10	5	2
Subsídios eventuais	10	1	0	0	8
Donativos/mecenato	11	0	0	0	8
Programas	5	1	0	0	13
Protocolos com a Autarquia	7	1	0	0	11
Protocolos com a J.F.	4	0	0	1	14

Anexo 17. Recursos humanos afetos aos equipamentos

	N.º	%
Total	519	100%
Do sexo feminino	490	94%
De nacionalidade estrangeira	27	5%
Com deficiência	3	1%

A.4. Caracterização das respostas sociais

Infância e juventude

CRECHE

Designação	Freguesia
Creche Os Calculinhos	São Teotónio
Casa Beatriz Gambôa	Boavista dos Pinheiros
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância e ATL	Vila Nova de Milfontes

NOTA: Há 4 creches no concelho de Odemira, mas uma das creches apesar de ter respondido ao inquérito ao equipamento não respondeu ao inquérito da resposta social – Jardim de infância Nossa Senhora da Piedade

Anexo 18. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	191
Capacidade	n.º	197
Taxa de ocupação	%	97%

Anexo 19. Caracterização dos recursos humanos afetos às creches

	N.º	%
Total	62	-
Do sexo feminino	36	58%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	6	10%
Intervalo de idades		
≤29anos	3	5%
30-39	25	40%
40-49	24	39%
50-59	7	11%
≥60	3	5%
Habilitações literárias		
Ensino superior	18	29%
Ensino secundário	29	47%
3º CEB	10	16%
2º CEB	4	6%
1ºCEB	0	0%
5/nível de escol. completo	1	2%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	50	81%
Outro	12	19%
Afetação horária		
Tempo inteiro	53	85%
Tempo parcial	9	15%
Função		
Dirigente	3	5%
Técnico/a	13	21%
Cozinheiro/a	16	26%
Auxiliar	21	34%
Motorista	0	0%
Outra – Auxiliar de serviços gerais	3	5%
Outra – Educadora de infância	5	8%
Outra - Rececionista	1	2%

Anexo 20. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	205
2020/2021	195
2021/2022	191

Anexo 21. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Com menos de 1 ano	13	12	25	14%
Com 1 ano	25	32	57	31%
Com 2 anos	46	55	101	55%
Total	84	99	183	100%

Anexo 22. Fontes de financiamento específicas para a valência Creche

	N.º	%
Acordo de cooperação	3	100%
Comparticipação dos utentes	3	100%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	1	33%
Programas	1	33%
Donativos	0	0%
Outros	0	0%

Anexo 23. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	100%
Razoável	0	0%
Deficiente	0	0%

Anexo 24. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	3	100%
Não	0	0%

Anexo 25. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	2	67%
Não	1	33%

Anexo 26. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	1
Renovação e remodelação	0
Aquisição de equipamento	0
Outra: Construção de um equipamento para aumentar a capacidade de resposta.	1

CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres

Designação	Freguesia
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes - Creche, Jardim de Infância e ATL	Vila Nova de Milfontes
Casa Beatriz Gambôa	Boavista dos Pinheiros
Casa Maria Luísa Cordes da Ponte	Boavista dos Pinheiros
Instituto de Nossa Senhora de Fátima	Vila Nova de Milfontes
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade	São Salvador e Santa Maria

Anexo 27. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	120
Capacidade	n.º	150
Taxa de ocupação	%	80%

Anexo 28. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	55	-
Do sexo feminino	48	87%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	51	93%
Intervalo de idades		
≤29anos	3	5%
30-39	15	27%
40-49	22	40%
50-59	6	11%
≥60	9	16%
Habilitações literárias		
Ensino superior	21	38%
Ensino secundário	22	40%
3º CEB	7	13%
2º CEB	4	7%
1ºCEB	1	2%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	48	87%
Outro	7	13%
Afetação horária		
Tempo inteiro	5	9%
Tempo parcial	50	91%
Função		
Dirigente	5	9%
Técnico/a	19	33%
Cozinheiro/a	9	16%
Auxiliar	19	33%
Motorista	1	2%
Outra – Escriturária	1	2%
Outra – Rececionista	3	5%

Anexo 29. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	171
2020/2021	125
2021/2022	159

Anexo 30. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 5 anos	0	0	0	0%
Com 6 anos	31	35	66	15%
Com 7 anos	52	41	93	22%
Com 8 anos	57	61	118	27%
Com 9 anos	59	38	97	23%
Com 10 anos ou mais	26	31	57	13%
Total	225	206	431	100%

Anexo 31. Fontes de financiamento específicas para a valência CATL

	N.º	%
Acordo de cooperação	4	80%
Comparticipação dos utentes	5	100%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	0	0%
Donativos	0	0%
Outros	0	0%

Anexo 32. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	5	100%
Razoável	0	0%
Deficiente	0	0%

Anexo 33. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	5	100%
Não	0	0%

Anexo 34. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	20%
Não	4	80%

Anexo 35. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	1
Aquisição de equipamento	1
Outra	0

Intervenção precoce

Designação	Freguesia
Associação Paralisia Cerebral Odemira	São Salvador e Santa Maria

Anexo 36. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	10	-
Do sexo feminino	10	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	4	40%

Anexo 37. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019/2020	108
2020/2021	122
2021/2022	121

Anexo 38. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Até 1 ano	1	1	2	3%
Com 2 anos	8	6	14	19%
Com 3 anos	13	6	19	25%
Com 4 anos	4	5	9	12%
Com 5 anos	10	4	14	19%
Com 6 anos	12	5	17	23%
Maiores de 6 anos	0	0	0	0%
Total	48	27	75	100%

População adulta

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Designação	Freguesia
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio	São Teotónio
Associação Humanitária D. Ana Pacheco	Sabóia
Casa de Repouso de Santo António- ERPI de Colos	Colos
Casa do Povo de Relíquias	Relíquias
Casa do Povo de S. Luís	São Luís
Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras	São Martinho das Amoreiras
Lar Nossa Senhora da Visitação	São Salvador e Santa Maria

Anexo 39. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	321
Capacidade	n.º	325
Taxa de ocupação	%	99%

Anexo 40. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	247	
Do sexo feminino	235	95%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	61	25%
Intervalo de idades		
≤29anos	17	9%
30-39	31	16%
40-49	35	18%
50-59	79	41%
≥60	31	16%
Habilitações literárias		
Ensino superior	20	10%
Ensino secundário	53	27%
3º CEB	44	23%
2º CEB	32	17%
1ºCEB	44	23%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	215	97%
Outro	6	3%
Afetação horária		
Tempo inteiro	229	93%
Tempo parcial	18	7%
Função		
Dirigente	6	3%
Técnico/a	20	11%
Cozinheiro/a	18	10%
Auxiliar	117	62%
Motorista	2	1%
Outra - Administrativos	1	1%
Outra - Auxiliares de serviços gerais	3	2%
Outra - Ajudante de ação direta	11	6%
Outra - Ajudante de cozinheiro/a	5	3%
Outra - Animador/a	2	1%
Outra - Encarregado/a	2	1%

	N.º	%
Outra - Escriturário/a	1	1%

Anexo 41. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	336
2020	330
2021	336

Anexo 42. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0%
Dos 55 aos 59 anos	1	0	1	0%
Dos 60 aos 64 anos	2	2	4	1%
Dos 65 aos 69 anos	9	0	9	3%
Dos 70 aos 74 anos	5	7	12	4%
Dos 75 aos 79 anos	9	27	36	11%
Dos 80 aos 84 anos	35	51	86	27%
Dos 85 aos 89 anos	33	56	89	28%
≥ 90 anos	19	63	82	26%
Total	113	206	319	100%

Anexo 43. Entidades com lista de espera

	N.º	%
Sim	8	100%
Não	0	0%

Anexo 44. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	8	100%
Comparticipação dos utentes	7	88%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	1	13%
Programas	0	0%
Donativos	1	13%
Outros	0	0%

Anexo 45. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	5	63%
Razoável	3	38%
Deficiente	0	0%

Anexo 46. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	8	100%
Não	0	0%

Anexo 47. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	13%
Não	7	88%

Anexo 48. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	0
Aquisição de equipamento	1
Outra	0

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Designação	Freguesia
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio	São Teotónio
Associação de Solidariedade Social Nossa Sra. do Mar	São Teotónio
Associação Humanitária D. Ana Pacheco	Sabóia
Associação Paralisia Cerebral Odemira	São Salvador e Santa Maria
Casa de Repouso de Santo António	Colos
Casa do Povo de Relíquias*ERPI*CD*SAD	Relíquias
Casa do Povo de S. Luís	São Luís
Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras	São Martinho das Amoreiras
Serviço de Apoio Domiciliário de Odemira	São Salvador e Santa Maria

Anexo 49. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	264
Capacidade	n.º	590
Taxa de ocupação	%	45%

Anexo 50. Número médio de refeições diárias servidas*

	N.º
Pequeno-almoço	97
Almoço	218
Lanche	71
Jantar	160

Anexo 51. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	93	
Do sexo feminino	89	96%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	50	54%
Intervalo de idades		
≤29anos	5	6%
30-39	11	14%
40-49	17	21%
50-59	30	38%
≥60	17	21%
Habilitações literárias		
Ensino superior	10	13%
Ensino secundário	26	33%
3º CEB	19	24%
2º CEB	13	16%
1ºCEB	12	15%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
Vínculo contratual		
Sem termo	80	99%
Outro	1	1%
Afetação horária		

	N.º	%
Tempo inteiro	67	72%
Tempo parcial	26	28%
Função		
Dirigente	5	5%
Técnico/a	14	15%
Cozinheiro/a	13	14%
Auxiliar	41	43%
Motorista	7	7%
Outra - Administrativo/a	2	2%
Outra - Ajudantes de ação direta	8	8%
Outra - Ajudante de cozinha	5	5%
Outra - Encarregado/a	1	1%

Anexo 52. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	300
2020	283
2021	273

Anexo 53. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	7	2	9	4%
Dos 55 aos 59 anos	6	2	8	6%
Dos 60 aos 64 anos	7	0	7	3%
Dos 65 aos 69 anos	7	1	8	6%
Dos 70 aos 74 anos	12	9	21	7%
Dos 75 aos 79 anos	21	18	39	21%
Dos 80 aos 84 anos	39	31	70	19%
Dos 85 aos 89 anos	27	37	64	21%
≥ 90 anos	14	16	30	13%
Total	140	116	256	100%

Anexo 54. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	9	90%
População com deficiência	2	20%
População em situação de dependência	5	50%

Anexo 55. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	10	100%
Comparticipação dos utentes	9	90%
Protocolos com a C.M.	2	20%

	N.º	%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	1	10%
Programas	0	0%
Donativos	1	10%
Outros	0	0%

Anexo 56. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	4	40%
Razoável	6	60%
Deficiente	0	0%

Anexo 57. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	10	100%
Não	0	0%

Anexo 58. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	10%
Não	9	90%

Anexo 59. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	0
Aquisição de equipamento	0
Outra: Obras de manutenção	1

Centro de Dia

Designação	Freguesia
Associação de Reformados e Idosos de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio	São Teotónio
Associação de Solidariedade Social Nossa Sra. do Mar	São Teotónio
Associação Humanitária D. Ana Pacheco	Sabóia
Casa do Povo de Relíquias*CD*SAD	Relíquias
Casa do Povo de s. Luís	São Luís
Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras	São Martinho das Amoreiras

Anexo 60. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	67
Capacidade	n.º	235
Taxa de ocupação	%	29%

Anexo 61. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	72
Almoço	72
Lanche	72
Jantar	55

Anexo 62. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	68	
Do sexo feminino	60	88%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	29	43%
Intervalo de idades		
≤29anos	6	9%
30-39	7	10%
40-49	19	28%
50-59	27	40%
≥60	9	13%
Habilitações literárias		
Ensino superior	11	16%
Ensino secundário	26	38%
3º CEB	20	29%
2º CEB	8	12%
1ºCEB	3	4%
S/nível de escol. completo	0	0%
Outro	0	0%
NR	11	16%
Vínculo contratual		
Sem termo	55	81%
Outro	13	19%
Afetação horária		
Tempo inteiro	50	74%
Tempo parcial	18	26%
Função		

	N.º	%
Dirigente	4	6%
Técnico/a	13	18%
Cozinheiro/a	10	14%
Auxiliar	27	38%
Motorista	8	11%
Outra - Administrativos	2	3%
Outra - Ajudantes de ação direta	3	4%
Outra - Ajudante de cozinha	3	4%
Outra - Encarregado/a	1	1%

Anexo 63. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	133
2020	66
2021	47

Anexo 64. Utes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0%
Dos 55 aos 59 anos	1	1	2	3%
Dos 60 aos 64 anos	2	1	3	4%
Dos 65 aos 69 anos	2	2	4	6%
Dos 70 aos 74 anos	5	0	5	7%
Dos 75 aos 79 anos	4	10	14	21%
Dos 80 aos 84 anos	3	5	8	12%
Dos 85 aos 89 anos	9	7	16	24%
≥ 90 anos	3	12	15	22%
Total	29	38	67	100%

Anexo 65. Grupos-alvo apoiados

	N.º	%
População idosa	7	100%
População com deficiência	1	14%
População em situação de dependência	4	57%

Anexo 66. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	7	100%
Comparticipação dos utentes	6	86%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	0	0%
Donativos	0	0%
Outros	0	0%

Anexo 67. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	3	43%
Razoável	4	57%
Deficiente	0	0%

Anexo 68. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	7	100%
Não	0	0%

Anexo 69. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	1	14%
Não	6	86%

Anexo 70. Áreas de investimento

	N.º
Ampliação das instalações	0
Renovação e remodelação	0
Aquisição de equipamento	1
Outra	0

Centro de Convívio

Designação	Freguesia
Casinha da Aldeia (Junta Freguesia Santa Clara a Velha)	Santa Clara-a-Velha

Anexo 71. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	15
Capacidade	n.º	25
Taxa de ocupação	%	60%

Anexo 72. Serviços prestados

Serviços
Serviço de refeições
Atividades desportivas
Atividades musicais
Atividades culturais

Anexo 73. Número médio de refeições diárias servidas

	N.º
Pequeno-almoço	0
Almoço	0
Lanche	15
Jantar	0

Anexo 74. Caracterização dos recursos humanos*

	N.º	
Total	1	100%
Do sexo feminino	1	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0%

Anexo 75. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	12
2020	15
2021	18

Anexo 76. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 50 aos 54 anos	0	0	0	0%
Dos 55 aos 59 anos	0	0	0	0%
Dos 60 aos 64 anos	0	0	0	0%
Dos 65 aos 69 anos	2	2	4	21%
Dos 70 aos 74 anos	2	3	5	26%
Dos 75 aos 79 anos	1	2	3	16%
≥ 80 anos	2	5	7	37%
Total	7	12	19	100%

Anexo 77. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	-	-
Comparticipação dos utentes	-	-
Protocolos com a C.M.	-	-
Protocolos com a J.F.	1	100%
Subsídios eventuais	-	-
Programas	-	-
Donativos	-	-
Outros	-	-

Anexo 78. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	1	100%
Razoável	0	0%
Deficiente	0	0%

Anexo 79. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	1	100%
Não	0	0%

Anexo 80. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0%
Não	1	100%

Pessoas adultas com deficiência

Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Designação	Freguesia
Associação Paralisia Cerebral Odemira	São Salvador e Santa Maria

Anexo 81. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	25
Capacidade	n.º	30
Taxa de ocupação	%	83%

Anexo 82. Serviços prestados

Serviços
Serviço de refeições
Ateliers ocupacionais
Viagens/organização de passeios
Atividades culturais/recreativas
Apoio psicológico
Outro. Terapia da fala
Outro. Fisioterapia
Outro. Psicomotricidade

Anexo 83. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	17	
Do sexo feminino	16	94%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	7	41%

Anexo 84. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	25
2020	25
2021	25

Anexo 85. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
<20 anos	0	0	0	0%
Dos 20aos 29	3	2	5	20%
Dos 30 aos 39	4	2	6	24%
Dos 40 aos 49	2	4	6	24%
Dos 50 aos 59	4	3	7	28%
≥ 60 anos	0	1	1	4%
Total	13	12	25	100%

Anexo 86. Utentes segundo a tipologia de deficiência

	N.º	%
Motora	5	20%
Audição, Visão, Linguagem	0	0%
Psicológica/intelectual	12	48%
Multideficiência (deficiência profunda)	8	32%

Anexo 87. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	
Comparticipação dos utentes	X	
Protocolos com a C.M.	X	
Protocolos com a J.F.		X
Subsídios eventuais		X
Programas		X
Donativos	X	
Outros		X

Lar Residencial (Deficiência)

Designação	Freguesia
Associação de Paralisia Cerebral de Odemira	São Salvador e Santa Maria

Anexo 88. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	24
Capacidade	n.º	24
Taxa de ocupação	%	100%

Anexo 89. Serviços prestados

Serviços
Serviço de refeições
Ateliers ocupacionais
Viagens/organização de passeios
Tratamento de roupas
Atividades culturais/recreativas
Cuidados de saúde
Higiene pessoal

Anexo 90. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	25	
Do sexo feminino	24	96%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	7	28%

Anexo 91. Evolução do número de utentes

Ano	N.º
2019	24
2020	24
2021	24

Anexo 92. Utentes, segundo grupo etário e género

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
Dos 20 aos 29	3	0	3	13%
Dos 30 aos 39	4	1	5	21%
Dos 40 aos 49	5	3	8	33%
Dos 50 aos 59	4	2	6	25%
≥60 anos	1	1	2	8%
Total	17	7	24	100%

Anexo 93. Utentes segundo a tipologia de deficiência

	N.º	%
Motora	10	42%
Audição, Visão, Linguagem	15	63%
Psicológica/intelectual	22	92%
Multideficiência (deficiência profunda)	4	17%

Anexo 94. Fontes de financiamento específicas para a valência

	Sim	Não
Acordo de cooperação	X	
Comparticipação dos utentes	X	
Protocolos com a C.M.	X	
Protocolos com a J.F.		X
Subsídios eventuais		X
Programas		X
Donativos	X	
Outros		X

Família e comunidade

Ajuda alimentar

Designação	Freguesia
Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Freguesia de São Teotónio	São Teotónio
Associação de Solidariedade Social de Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
Associação Humanitária D. Ana Pacheco	Sabóia
Casa do Povo de S. Luís	São Luís
Casa do Povo de São Martinho das Amoreiras	São Martinho das Amoreiras
Jardim de Infância Nossa Senhora da Piedade	São Salvador e Santa Maria

Anexo 95. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	339
Capacidade	n.º	349
Taxa de ocupação	%	97%

Anexo 96. Serviços prestados

Serviços	N.º	%
Fornecimento e distribuição de géneros alimentícios/atribuição de cabazes	6	100%
Recolha e distribuição de excedentes alimentícios não confeccionados	0	0%
Diagnosticar/avaliar outras necessidades das/dos utentes	0	0%
Encaminhamento para respostas, serviços ou prestações	1	17%
Outro	0	0%

Anexo 97. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	16	-
Do sexo feminino	14	88%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	15	88%
Voluntários		
Total	0	0%
Do sexo feminino	0	0%

Anexo 98. Evolução do número de utentes

Ano	N.º	
	Indivíduos	Famílias
2019	181	27
2020	288	59
2021	299	67

Nota: 5 das entidades referem que os utentes são indivíduos e 1 entidade assinala que o nº de utentes se refere a famílias

Anexo 99. Cabazes distribuídos nos últimos 3 anos

Ano	N.º
2019	347
2020	583
2021	625

Anexo 100. Fontes de financiamento específicas para a valência

	N.º	%
Acordo de cooperação	3	50%
Comparticipação dos utentes	0	0%
Protocolos com a C.M.	0	0%
Protocolos com a J.F.	0	0%
Subsídios eventuais	0	0%
Programas	5	83%
Donativos	0	0%
Outros	1	17%

Anexo 101. Estado de conservação das instalações

	N.º	%
Bom	4	67%
Razoável	1	17%
Deficiente	1	17%

Anexo 102. Considera que o espaço reúne as condições adequadas para a prestação do serviço?

	N.º	%
Sim	5	83%
Não	1	17%

Anexo 103. Investimentos programados a curto prazo (2 anos)

	N.º	%
Sim	0	0%
Não	6	100%

Cantina Social

Designação	Freguesia
Casa do Povo de S. Luís	São Luís
Santa Casa da Misericórdia de Odemira*	São Salvador e Santa Maria

Nota: A Santa Casa da Misericórdia de Odemira respondeu ao inquérito à resposta social, no entanto, atualmente, não tem utentes nem fornece qualquer refeição. Assinala que teve 2 utentes em 2021 (o inquérito foi respondido em 2022 – ver Excel “Odemira-Anexos”). Os dados apresentados são referentes à casa do Povo de S. Luís.

Anexo 104. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	7
Capacidade	n.º	12
Taxa de ocupação	%	58%

Anexo 105. Número médio de refeições diárias servidas*

	N.º
Pequeno-almoço	0
Almoço	7
Lanche	0
Jantar	5

Anexo 106. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	4	-
Do sexo feminino	4	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	4	100%

Anexo 107. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	5
2020	9
2021	7

Pessoas Imigrantes

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

Designação	Freguesia
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes / TALPA	São Teotónio

Anexo 108. Capacidade de resposta do serviço

Utentes	n.º	110*
Capacidade	n.º	250*
Taxa de ocupação	%	44%

*por mês

Anexo 109. Serviços prestados

Serviços
Apoio informativo
Encaminhamento para respostas e serviços

Anexo 110. Caracterização dos recursos humanos

	N.º	%
Total	2	-
Do sexo feminino	2	100%
Que acumulam funções com outras respostas sociais/valências do equipamento	0	0%

Anexo 111. Evolução do número de utentes

Ano	N, °
2019	2.595
2020	860
2021	473

Anexo 112. Utentes, segundo grupo etário e género, em 2021

	Masculino	Feminino	Total	
	N.º	N.º	N.º	%
<18	24	22	46	10%
Dos 18 aos 25	44	24	68	14%
Dos 26 aos 35	133	47	180	38%
Dos 36 aos 45	92	25	117	25%
Dos 46 aos 55	20	13	33	7%
Dos 56 aos 65	8	7	15	3%
> 65	9	5	14	3%
Total	330	143	473	100%

Anexo 113. Utentes/atendimentos, por tipologia de atendimento, em 2021

	N.º
Regularização da documentação	853
Pedido de nacionalidade	10
Reagrupamento Familiar	241
Habitação	1
Retorno voluntário	0
Emprego	27
Saúde	29
Educação/formação	37
Apoio social	3
Finanças	12

Anexo 114. Proveniência dos utentes (% aproximada), em 2021

	% do total de atendimentos em 2021
Brasil	7,00%
China	0,00%
França	0,40%
Índia	38,00%
Nepal	31,00%
PALOP	0,64%
Reino Unido	0,80%
Ucrânia	2,15%
Bangladesh	5,00%
Paquistão	3,00%

B. Normas de Programação

Anexo 115. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5.000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas
	CATL/CAF	2.000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sénior	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m²/pessoa Área de construção – 4 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	3. Espaço central, de modo a evitar que os utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários 4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Centro de Convívio/Espaços Sénior e Respostas Sociais Similares				
	Centro de Dia				

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Anexo 116. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	Variável consoante o número de idosos	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m²/pessoa Área de construção – 32 m²/pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização 2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário / Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m²/pessoas Área de construção - 10 m²/pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por transportes públicos 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de jovens e adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO/DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes.

Anexo 117. Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Ser servido por rede de transportes públicos
	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54.297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por rede de transportes públicos
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes	1. Implantar-se em zonas habitacionais

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS				Unidade máxima – 60 utentes	e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por RUR das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.



Estudo:
Carta Social de Odemira

Documento:
Relatório Final

Data:
30 de abril de 2024